

TATIANE PECORARO

**Práticas discursivas, gêneros e sexualidades na atuação profissional de  
psicólogas e psicólogos**

ASSIS

2024

TATIANE PECORARO

**Práticas discursivas, gêneros e sexualidades na atuação profissional de  
psicólogas e psicólogos**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista  
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis,  
para a obtenção do título de Doutora em Psicologia  
(Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Leonardo Lemos de Souza

ASSIS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Ana  
Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

P369p Pecoraro, Tatiane  
Práticas discursivas, gêneros e sexualidades na atuação  
profissional de psicólogas e psicólogos / Tatiane Pecoraro.  
— Assis, 2024  
174 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista  
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

1. Estudos feministas. 2. Psicologia. 3. Identidade de  
gênero. 4. Pessoas LGBT - Saúde mental. 5. Teoria Queer.  
I. Título.

CDD 155.33



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA



Câmpus de Assis

## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Práticas discursivas, gêneros e sexualidades na atuação profissional de psicólogas e psicólogos

**AUTORA: TATIANE PECORARO**

**ORIENTADOR: LEONARDO LEMOS DE SOUZA**

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Participação Virtual)  
Departamento de Psicologia Social / UNESP/Assis

Prof. Dr. RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES (Participação Virtual)  
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências / UFSB/Itabuna

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SANDRA ELENA SPOSITO (Participação Virtual)  
Fundação Educacional de Penápolis / FUNEPE/Penápolis

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ANNA PAULA UZIEL (Participação Virtual)  
Instituto de Psicologia/UERJ/Rio de Janeiro

Prof. Dr. FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO (Participação Virtual)  
Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/Assis

Assis, 13 de novembro de 2020

## AGRADECIMENTOS

Ao tecer esta tese que lhes apresento, encontro-me ao tempo em que esses discursos se tornam performatividade no mundo. A compreensão dos múltiplos processos que me habitam, assim como pessoas que compartilham comigo esse espaço do comum, engendram-me e também marcam a diferença dessas dobras da minha vida. Dos territórios que habitei, encontrar mulheres feministas para falar de Psicologia não era frequente. Assim, quero começar agradecendo a todas as mulheres que vieram antes de mim e lutaram para me permitir ir para a faculdade, ter uma profissão, ser pessoa com plenos direitos. Minhas primeiras referências feministas são minha mãe e minhas avós, mulheres fortes que enfrentaram todas as dificuldades dos tempos e espaços que habitaram, com doçura e coragem.

As mulheres *parresiasistas* dos Estudos Feministas, as quais ousaram questionar a Ciência e, nas palavras de Donna Haraway, que tomo emprestadas, retiradas do texto “Saberes Localizados” – “A ciência foi utópica e visionária desde o início; esta é a razão pela qual ‘nós’ precisamos dela” –, marco o compromisso com uma Psicologia engajada e afirmativa da vida. Agradeço a esses Estudos e a outros autores que me ensinaram compreender o mundo a partir desse lugar fronteiro entre a ciência, a ética, a estética, a política e a clínica, com possibilidade de inventar significados e corpos para uma vida afirmativa da diferença.

Agradeço às psicólogas e psicólogos que compuseram meu grupo-teste e as valiosas contribuições sobre o desenvolvimento do questionário, aos que responderam ao questionário *on-line* e aos que aceitaram prontamente colaborar, por meio da entrevista. Vocês foram os intercessores que possibilitaram que este trabalho acontecesse. Por questões éticas, não os nomeio aqui, mas serei sempre grata à colaboração de vocês.

Agradeço ao Conselho Regional de Psicologia do Paraná, por colaborar com a divulgação desta pesquisa para profissionais de Psicologia.

Agradeço ao meu orientador, Leonardo Lemos de Souza, pela gentileza e afeto com que ensina e orienta, por dilatar esses espaços da docência através de encontros que me permitiram desconstruir e construir afetos, saberes, ética, nesta intersecção entre a vida, a Psicologia e a Ciência; que me acolheu em Assis, compartilhou muitas rodas e histórias sobre bons encontros e, para além disso, na compreensão e incentivo diante dos processos da materialização da vida, os quais interferem em nossos tempos e modos de escrita, e por tê-lo feito com generosidade e a crueldade amorosa necessária para o meu crescimento. Obrigada por tanto!

Agradeço ao Rafael Siqueira de Guimarães, meu orientador do Mestrado e amigo para a vida: gratidão por me acompanhar nesse percurso de formação desde a Graduação em Psicologia, por me apresentar teorias, autores e, principalmente, afetos com tantas tonalidades que me propiciaram uma vida inventiva de força e luta. “Lembre-se de se divertir por esse caminho...” – disse-me, certa vez, quando eu lhe confiava em prantos minhas dificuldades. E isso, entre tantos outros momentos que compartilhamos, me permitiu inventar tanto! Que continuemos dispostos a nos encontrar pela vida e fazer dela acontecimentos potentes.

A Sandra Sposito, pela leitura atenta e pelas contribuições tão potentes para a Qualificação e, agora, na Banca do Doutorado. Agradeço por compartilhar essa trajetória de luta pela Psicologia, que tanto inspira e contribui com este texto, de modo ímpar. Do mesmo modo, estendo a Ana Paula Uziel, pelas contribuições que fará nesta defesa.

Ao professor Fernando Teixeira Filho, por me escolher para fazer parte da UNESP, pelas aulas intensas e provocantes que me mobilizaram tanto e criaram as condições para o conhecimento, assim como as valorosas contribuições com este texto, desde as reflexões iniciais na sala de aula até agora, na Banca de Defesa.

Dos atravessamentos que esse processo formativo me possibilitou, agradeço aos professores William Siqueira Peres, o qual me aceitou para a UNESP, a José Sterza Justo, Silvio Yasui, Dolores Galindo e Fernando Pocahy, pelas aulas com tanto conhecimento, que dividi com amigos dessa jornada: Marcos, Ruth, Tânia, Clarck, Herbert, Gilson, Barbara, Claudia, Rogério, entre outros.

Agradeço às minhas amigas de Doutorado, Molise de Bem Magnabosco e Camila Cuencas Funari Mendes e Silva. Camila, pelas trocas intelectuais e afetivas que me fazem querer ser melhor, pelas críticas sagazes sobre a vida, pelas caronas e cafés maravilhosos que compartilhamos, uma amiga querida que levo para além desse processo. À Molise, outro presente desta jornada para a vida, dos abraços afetuosos, da preocupação sincera e do companheirismo único que me amparou em tantos momentos.

Chegar ao fim deste processo de Doutorado e pensar em agradecer fortalece a certeza de que não percorri esse caminho sozinha. Agradeço a minha mãe, Neusa Arisi Pecoraro, e meu pai, Valmor Pecoraro, por me darem a coragem e liberdade para inventar minha própria história, pelo amor de sempre, por todos os esforços financeiros e logísticos que me auxiliaram a chegar até aqui, pelas gentilezas cotidianas que tornaram a minha vida muito mais fácil, da comidinha da mãe, das caronas do pai, da preocupação para que eu estivesse bem e conseguisse estudar e me dedicar. Estar aqui foi por vocês!

Agradeço ao meu companheiro, Francis Andrei Battisti, pelo incentivo e todos os arranjos necessários que organizaram nossa ausência de rotina, pelas viagens, estudos, usos da casa e dos tempos de lazer, que me fez continuar sempre, mesmo quando eu estava cansada, sem forças, de mau humor. A você, companheiro gentil e amado desta feliz vida, o qual considero minha plataforma de lançamento, que me permite voar para o mundo e sempre ter um lugar amigo e seguro para retornar e recuperar minhas forças, que a vida continue nos presenteando com tanto amor. Obrigado por construir comigo esse lugar que chamo de lar, junto com seus afetos e minha companheira não humana, Mary Jane, inseparável, que acompanhou cada palavra lida e escrita, com afeto incondicional, que me ensinou a ter paciência e cuidar, no sentido mais profundo. Pelas vezes que me fez passear, parar, respirar, contemplar o mundo e ter paciência, e, com essa simplicidade do afeto, me deu saúde e paz para esses dias tão difíceis.

Agradeço por ter tido o privilégio de crescer com avós. Vó Vina, que me abraça com tanto carinho e orgulho, uma grande sabedora das plantas e das formas de cuidado, que investiu em me ensinar sobre o mundo, desde muito cedo. Talvez eu não me torne benzedeira, vó, mas continuo tentando diminuir o sofrimento das pessoas. E aqueles que já partiram, mas que continuam em mim como referências: ao Vô Rolino, pela gentileza e alegria com que levava a vida, amante dos filmes pornô e sempre disposto a uma piada. À Vó Tereza, trabalhadora incansável, a qual se esforçou muito para educar seus filhos e mantê-los unidos. Ao vô Luiz, por partilhar comigo seu amor pela política, mas, principalmente, por me mostrar, em seus três mandatos de prefeito, como fazer política com ética e amizade.

Agradeço aos meus tios, por estarem presentes – Beto, Leila, Zelinda, Lauro, Neiva, Aldo, Elizete – e por me incentivarem sempre. Aos meus afilhados, Elivelton, Murilo e Isabela, que enchem minha vida de cor e alegria. E às minhas amigas, Cláudia e Mônica, pela paciência e insistência para termos momentos juntas, sempre tão afetuosos e revigorantes.

Agradeço a Joana Bertani de Campos, minha professora de inglês, incentivadora e que traduziu muitos dos meus textos. Ao Cristian Nesi Martins, que corrigiu esta tese, atendendo aos meus prazos urgentes, sempre com carinho e prontidão, além da competência técnica. E a Tainara Valdameri, que auxiliou no processo de transcrição, com a afetividade e qualidade de sempre.

Agradeço ao Helton e Beto, prefeitos de Salgado Filho, por me permitirem fazer os arranjos necessários para que eu pudesse frequentar as aulas e cumprir minhas horas de trabalho tão necessárias ao financiamento destes estudos.

Agradeço à Taise Signorini, pelo incentivo e confiança, por ser exemplo de um trabalho comprometido com uma prática profissional de respeito e alteridade, por me dar espaço, tempo e condições concretas para que eu me tornasse professora, pelas tantas vezes que me acolheu e orientou, por compreender esse processo de Doutorado como um investimento e, diante desse fazer profissional, por ter-se tornado uma Amiga muito querida. Esse carinho estendo aos demais colegas da Unipar, os quais vibraram junto comigo, neste processo de Doutorado: Thais, Graciane, Claudia, Sabrina, Everline, Alessandro, Juliana, Francieli, Alessandra, Cris, Mirian, Luana, Cleverson, Jaqueline, entre outros com que aprendo diariamente essa difícil arte de ser professora.

Gostaria de agradecer às minhas alunas e alunos, colegas de Psicologia, que, nos encontros para falar sobre essa profissão, se constituíram nos intercessores e motivadores desta tese, principalmente ao meu primeiro grupo de estágio de Intervenções Psicossociais de Gêneros e Sexualidades, que me ensinaram tanto: Regi, Tai, Be, Fer, Maria, Ale, Pati, Ster, Kely e Josi. Ao projeto Diálogos LGBTrans e à professora Melissa Barbieri, que criou um coletivo do qual tiro forças para continuar na luta.

É da vida e desses entre muitos encontros que esta escrita pulsa! Por isso, agradeço à criança que fui e que sonhou estudar até o último nível, antes mesmo de saber que profissão seguiria, e das várias vezes que me reencontro com ela e com os agenciamentos potentes que me trouxeram até aqui, para realizar esse sonho.

*Trata-se sempre de liberar a vida lá onde  
ela é prisioneira, ou de tentar fazê-lo num  
combate incerto.*

(Gilles Deleuze e Félix Guattari)

PECORARO, Tatiane. **Práticas discursivas, gêneros e sexualidades na atuação profissional de psicólogas e psicólogos**. 2024. 174 p. Tese (Doutorado em Psicologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2020.

## RESUMO

O debate público sobre gêneros e sexualidades, bem como a busca por saúde mental de pessoas LGBTQIA+, implica as Psicologias em produzir teorias e técnicas de atuação profissional compromissadas com a multiplicidade dos modos de viver. Nesse ensejo, as Epistemes Feministas, os Estudos *Queer*, a Filosofia da Diferença e os Estudos Culturais criam condições de problematizar as práticas discursivas das Psicologias e dilatar suas propostas de intervenção no mundo. Assumem-se as Psicologias e a atuação profissional de psicólogas e psicólogos como objeto de pesquisa, com o objetivo de conhecer as práticas discursivas sobre gêneros e sexualidades de psicólogas e psicólogos, a partir das narrativas de suas experiências profissionais. A investigação foi operacionalizada por um estudo quantitativo, realizado por meio de questionário *on-line*, com 106 psicólogas e psicólogos, os quais responderam sobre sua formação, demandas de gêneros e sexualidades, aspectos que facilitam ou dificultam a atuação profissional, entre outros. Desse grupo, entrevistaram-se 10 profissionais de diferentes áreas e abordagens teóricas das Psicologias, buscando, nas narrativas, intercambiar experiências, nessa dimensão do discurso vivo, para visibilizar as experiências narradas, a fim de adentrar nas histórias (ainda) não contadas sobre o trabalho desses profissionais e seus desdobramentos, suas redes nas vidas das pessoas e instituições. Isso possibilitou aprofundar as discussões sobre as práticas discursivas, considerando que, antes de representar o mundo, os discursos são uma forma de nele intervir. Nesse percurso, evidenciou-se a negligência de muitas instituições formadoras, as quais não incluem a discussão de gêneros e sexualidades na formação em Psicologia, a dificuldade do uso de bases teórico-metodológicas para orientar a prática profissional, as demandas direcionadas para as Psicologias, em seus múltiplos espaços de intervenção, e, com base nelas, a reprodução da lógica do dispositivo da sexualidade nas práticas discursivas. Assim, as implicações da *parresía* técnica, política e ética, constituíram dimensões inseparáveis da atuação profissional, como perspectivas para o compromisso das Psicologias com a vida afirmativa das multiplicidades e diferenças. Concluiu-se sobre a necessidade de avanços nesse debate, dentro da formação e produção teórico-metodológica das Psicologias, a premência de implicação das instituições formadoras para auxiliar na produção de práticas discursivas e narrativas, de sorte a tensionar e agenciar perspectivas de intervenção que desconstruam os processos de colonização e controle sobre os corpos, desejos e prazeres.

**Palavras-chave:** Estudos Feministas. Psicologias. Gêneros. Sexualidades. Práticas discursivas.

PECORARO, Tatiane. **Discursive practices, genders and sexualities in the professional performance of psychologists.** 2024. 174 p. Thesis (Doctorate in Psychology) São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2020.

### ABSTRACT

The public debate about genders and sexualities, as well as the search for mental health of LGBTQIA + people, involves Psychologies in producing theories and techniques of professional performance committed to the multiplicity of ways of living. In this opportunity, the Feminist Epistemes, Queer Studies, Philosophy of Difference and Cultural Studies create conditions to problematize the discursive Psychologies practices and to expand their proposals for intervention in the world. We assume Psychologies and the professional performance of male and female psychologists as an object of research, with the objective of those psychologists knowing the discursive practices about genders and sexualities of, from the narratives of their professional experiences. The research was made operational by a quantitative study, carried out through an online questionnaire, with 106 male and female psychologists who answered about their education, gender and sexuality demands, aspects that facilitate or hinder professional performance, among others. From this group, we interviewed 10 professionals from different areas and theoretical approaches to Psychology. Therefore, seeking, in the narratives, to exchange experiences, in this dimension of the living discourse, to make the experiences narrated visible. We did that in order to enter the stories (not yet) told about the work of these professionals, their consequences and their networks in the lives of people and institutions. All that research made it possible to deepen the discussions on discursive practices, considering that before representing the world, speeches are a way of intervening in it. Along this path, we have evidenced the neglect of many educational institutions, which do not include the discussion of genders and sexualities in Psychology training. Also, the difficulty of using theoretical and methodological bases to guide professional practice, the demands directed towards Psychologies, in their multiple intervention spaces, and from them, the reproduction of the logic of the sexuality device in discursive practices. And so, the implications of technical, political, and ethical *parresía* as inseparable dimensions of professional performance, as perspectives for the commitment of Psychologies to the affirmative life of multiplicities and differences. In the end, we concluded the need for advances in this debate, within the formation and theoretical methodological production of Psychologies, the need for implication of the training institutions to assist in the discursive production and narrative practices, to tension and manage perspectives of intervention that deconstruct the colonization processes and control over bodies, desires and pleasures.

**Key-words:** Feminist Studies. Psychologies. Genres. Sexualities. Discursive practices.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 LOCALIZANDO O TEMPO, OS PROCESSOS E OS SABERES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA PSICOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Sobre o tempo e os processos políticos que habitamos.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 Epistemes Feministas e posicionamentos <i>queers</i>: implicações nos discursos e práticas psis sobre gêneros e sexualidades .....</b>	<b>30</b>
<i>1.2.1 As Feministas nas Ciências .....</i>	<i>31</i>
<b>1.3 Feminismos e Psicologias: alianças e embates na produção conceitual sobre gêneros e sexualidades.....</b>	<b>35</b>
<i>1.3.1 As ondas do Feminismo nas Psicologias.....</i>	<i>40</i>
<b>2 APRESENTANDO PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS INTERCESSORES DA PESQUISA .....</b>	<b>42</b>
<b>2.1 Resultados obtidos com os questionários para a revisão do método de pesquisa.....</b>	<b>45</b>
<b>2.2 Apresentando psicólogas e psicólogos intercessores.....</b>	<b>46</b>
<b>2.3 Da formação em Psicologia às experiências profissionais.....</b>	<b>53</b>
<i>2.3.2 Revisando as abordagens psicológicas a partir das problematizações feministas.....</i>	<i>58</i>
<b>2.4 A formação de psicólogas e psicólogos para gêneros e sexualidades .....</b>	<b>62</b>
<b>3. ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>3.1 Gêneros e seus espaços relacionais.....</b>	<b>70</b>
<b>3.2 Violência para diversidades sexuais e de gênero .....</b>	<b>74</b>
<b>3.3 Relações de subalternização entre cliente, profissionais e intelectuais de Psicologia.</b>	<b>80</b>
<b>4 NARRATIVAS DE PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>4.1 O método da narrativa .....</b>	<b>84</b>
<b>4.2 Práticas discursivas e a performatividade na Psicologia .....</b>	<b>89</b>
<i>4.2.1 Retratos de Clarissa .....</i>	<i>90</i>
<i>4.2.2 Retratos de Marielle .....</i>	<i>92</i>
<i>4.2.3 Retratos de Lua.....</i>	<i>94</i>
<i>4.2.4. Retratos de Beatriz .....</i>	<i>96</i>
<i>4.2.5 Retratos de Pierre.....</i>	<i>98</i>
<i>4.2.6 Retratos de Félix.....</i>	<i>100</i>
<i>4.2.7 Retratos de Rose .....</i>	<i>101</i>
<i>4.2.8 Retratos de Darneli .....</i>	<i>103</i>
<i>4.2.9 Retratos de Marina.....</i>	<i>108</i>

<i>4.2.10 Retratos de Suely</i> .....	109
<b>4.3 Dispositivo da sexualidade e as narrativas de psicólogas e psicólogos com gêneros e sexualidades</b> .....	112
<b>5 ÉTICA, TÉCNICA E POLÍTICA NAS NARRATIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA</b> .....	126
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA UMA PSICOLOGIA QUE SE FUNDA NA PARRESÍA E ÉTICA</b> .....	147
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	153
<b>APÊNDICE A – Questionário on-line sobre a “Atuação Profissional de Psicólogas(os) sobre gêneros e sexualidades</b> .....	159
<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevista</b> .....	174

## INTRODUÇÃO

Esta tese é uma máquina de guerra<sup>1</sup>! Sua problemática se direciona para a Psicologia, ou as Psicologias<sup>2</sup>, ao questionarmos se conseguimos fundamentar, em suas teorias e saberes, a atuação de seus profissionais para as demandas de gêneros e sexualidades. Ou, ainda, se as Psicologias conseguem promover práticas profissionais problematizadoras de como os discursos sobre gêneros e sexualidades incidem sobre a vida das pessoas. Em torno dessas questões, nós nos dedicaremos ao longo desta tese, tomando as próprias Psicologias como objeto de estudo e, com elas, a atuação profissional das psicólogas e psicólogos<sup>3</sup>.

Partimos do princípio, aparentemente óbvio, de que gêneros e sexualidades são dimensões comuns das vidas humanas, assim como a felicidade, a identidade, a raça/etnia, a geração, entre outros. Podemos considerar, pois, que participam de todos os territórios habitados pelos profissionais de Psicologia. Mas esses profissionais conseguem reconhecer as dimensões de gêneros e sexualidades, em suas experiências profissionais? Trabalhar com elas? Possibilitar reflexões sobre elas? Ter instrumentos teóricos para responder ao que lhes é demandado? Explicar a constituição subjetiva de gêneros? As implicações na sexualidade?

---

<sup>1</sup> A máquina de guerra é descrita por Deleuze (1997, s/p) como “[...] a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose. *Desata o liame assim como trai o pacto*. Faz valer um *furor* contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho”. A máquina de guerra, desse modo, se configura por agenciamentos que mobilizam forças instituintes e de resistências de diferentes intensidades. E, no âmbito das ciências, a máquina de guerra atualiza uma ciência nômade, de saberes locais, devires e processos que ocupam as bordas e as fronteiras, exteriores à ciência do Estado. Nas Psicologias, compreendemos esses saberes que afirmam as diferenças e produzem novas demandas e acontecimentos aliados à vida.

<sup>2</sup> A emergência da Psicologia como ciência moderna vive crise permanente, assim como outras ciências humanas. Tal crise se explicita por uma grande diversidade de “[...] posturas metodológicas e teóricas em persistente e irreduzível oposição” (Figueiredo, 2003, p. 11). Estamos aludindo a uma dificuldade de estabelecer uma identidade única para a Psicologia, o que possibilita uma pluralidade de enfoques. Assim, vamos nos referir às “Psicologias”, que, embora assumam divergências significativas quanto aos seus métodos, objetos e doutrinas, é a ciência da conduta, que se distingue mais pelo objeto do que pelo método (Canguilhem, 1999). Mais do que a unificação sobre a Psicologia, como aponta Figueiredo (2003), nos cabe assumir a contraditoriedade como positividade das ciências *psis*.

<sup>3</sup> Nesta tese, usaremos o *Manual para uso não sexista da linguagem* (2006), que, particularmente para profissões, recomenda o uso masculino e feminino. Como a Psicologia, no Brasil, é uma categoria profissional em que 88% são mulheres (Lhullier, 2013), escrevemos dando visibilidade às mulheres psicólogas e, depois, ao masculino. Esse número expressivo se repete em nossa pesquisa, que, mesmo sendo contemplado por pessoas que se identifiquem com outras expressões de gênero, o fazem sem romper totalmente com os lugares de feminino e masculino. No entanto, para além desse grupo representado nesta investigação, consideramos necessário marcar, em alguns momentos do texto, as expressões de gênero não contempladas nessa perspectiva binária e, nesses casos, fazemos uso do “e” adicionado aos termos, como modo de representação. Utilizar as expressões “gêneros” e “sexualidades” no plural indica a contestação do masculino e da predominância do patriarcado, em prol da diversidade.

Essas questões nos aproximam do primeiro deslocamento necessário para compreendermos essa problemática, que seria o reconhecimento sobre a atual condição das Psicologias em responder à constituição subjetiva das identidades de gêneros, assim como a diversidade de práticas sexuais. O segundo deslocamento, e interdependente, reposiciona as Psicologias para uma perspectiva decolonial, considerando esse lugar de construção e aplicação de práticas discursivas que chamaremos do lugar do intelectual.

Desse modo, operamos com os princípios do pós-estruturalismo, do feminismo e da Teoria *Queer*, os quais iremos apresentar nesta tese, problematizando que surgem em contextos políticos, econômicos, sociais distintos dos nossos, que são miscigenados, com grande desigualdade social, atravessando uma eleição presidencial marcada por uma guerra contra gêneros e sexualidades dissidentes do heteronormativo e enfatizando a necessidade da “cura gay”, com o apoio, inclusive, de psicólogas e psicólogos. Poderíamos, por conseguinte, seguir os mesmos preceitos e dar ênfase aos mesmos aspectos?

Essas inquietações são frequentes nos diversos territórios que habito como psicóloga, estudante e professora de Psicologia, que constituem saberes localizados em territórios de passagens políticas, afetivas e técnicas. Por isso, assumo uma escrita polifônica, minha, mas também de outras vozes, autoras e autores, psicólogas e psicólogos, estudantes, pessoas comuns que perguntam, que inspiram e fazem tecer estas linhas. Desde já, pedirei licença, com todo o respeito, à polifonia desses outros autores que me compõem e estão inscritos nesses pensamentos e palavras sem fronteiras, de onde não consigo mais dizer o que sou eu ou as outridades que passaram a me compor. Tentarei, na medida possível e identificável, respeitar as diversas autorias presentes nesta tese; quando isso não for possível, agradeço as contribuições que engendram este texto.

Nessa trajetória, convido o leitor a conhecer alguns princípios e conceitos norteadores. Um princípio que estará em meu horizonte é a lógica rizomática e os conceitos propostos por Deleuze e Guattari (1987) sobre ética-estética-política. Nessa produção de conhecimento, por mais que não se assente como teorias principais no enredo das discussões sobre gêneros e sexualidades, a perspectiva desses autores inspira o método aqui desenvolvido, de sorte a interrogar, desconstruir e criar novas possibilidades de inteligibilidade e agenciamentos entre gêneros e sexualidades e suas relações com o fazer Psicologia(s)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A perspectiva teórica que assumimos para nos referir à Psicologia parte desse campo teórico-político pensado por Michel Foucault, Judith Butler, Gilles Deleuze e Félix Guattari, o qual trata de uma análise micropolítica dos

Operamos, também, com a perspectiva genealógica e ontológica descrita por Foucault (2014c), no processo no qual, desde o século XIX, diversos campos do conhecimento engendraram princípios e leis sobre a sexualidade humana. Essas mudanças descritas referem-se às elaborações culturais que constituem os indivíduos e ao modo como estes experimentam os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais, que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas ao exercício do poder, na sociedade. As sexualidades passam a ser produzidas por táticas de poder e saber que constituem processos de subjetivação, nomeados pelo autor como dispositivo da sexualidade, o qual tem por objetivo controlar as populações e seus modos de vida.

As Psicologias e suas formas de fazer profissional atuam na produção e reprodução do dispositivo da sexualidade, compondo o campo de forças e tecnologias gerativas e mantenedoras dessa maquinaria social. Na pretensão de neutralidade sustentada pelas perspectivas positivistas que compõem e nutrem muitos sistemas teóricos, assumiram um caráter cínico, ao negar que nossas ações fazem política, são estratégias de governabilidade e disputam esse campo de controle da vida que denominamos micropolítica.

O problema que apresentamos vem do campo de embate de forças ativas e reativas, as quais, em seu incessante processo de repetição, tende a apresentar as forças ativas e gerativas da vida que contêm em si, na própria repetição, a diferença. Tratamos das diferenças de intensidade, de qualidade, diferenças imperceptíveis, que têm o poder do novo e se colocam como provocações para as Psicologias, através das vivências das sexualidades, dos prazeres e das expressões de gênero, que pulsam dos desejos de vida, insistem em implicar e tencionar as Psicologias, para que assumam sua responsabilidade política, técnica e ética, aliada à vida.

Nesse processo, gêneros, tendo em vista sua multiplicidade, são explicitados, de acordo com Scott (1995), como uma forma primária de “dar significado às relações de poder”. Conforme a autora, gênero é o campo por meio do qual o poder é articulado às relações e às

---

agenciamentos, investimentos desejantes e de poder que propõe um cartografia das relações clínicas, institucionais, sociais e políticas. Assim, instaura-se um novo paradigma: o ético-estético-político, o qual opera nas lógicas e práticas críticas que incitam processos instituintes, desejantes, de experimentação e a expressão das diferenças e multiplicidades, em vez de hierarquia e das normas adaptativas (Hur, 2018). No entanto, vamos nos referir às “Psicologias”, nesta tese, por considerar a multiplicidade de teorias e posicionamentos metodológicos, elegendo gêneros e sexualidades como debate necessário em todas elas, como uma dimensão da vida humana. Tomamos essa decisão pautados nas respostas das psicólogas e psicólogos, que implicaram as questões de gêneros e sexualidades nas diferentes abordagens e em ampla variedade de espaços de atuação profissional, e nas possibilidades de abertura para o tensionamento das práticas discursivas de gêneros e sexualidades, para além desse campo que delimitamos.

dimensões da vida cotidiana. Para ela, há outros campos que também articulam poder – como raça/cor, etnia, classe –, no entanto, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas, o gênero é o primeiro.

Existem outras definições de gêneros. Em nossa compreensão, podem ser entendidos como uma perspectiva que concerne a uma performatividade singular e de muitas, partindo do princípio de *re-ligare* – por exemplo: a minha história de vida, em conexão com as histórias de outras muitas que viveram antes de mim. É ter consciência que uma parte de mim se faz desde um tempo e um espaço do outro, e que se conecta, nesta travessia, com as mulheres, homens, *gays*, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais, entre tantos outros que performatizam suas vidas. Desse modo, é um devir intensivo de conexões muitas que habitam o ser do gênero, mas que coexistem igualmente nos usos do planeta, nas outras espécies e, também, nos outros múltiplos homens e gêneros possíveis que existiram e que possibilitam um futuro, para que existam de forma afirmativa.

Gêneros são atravessados por relações de poder, assim como as sexualidades. Ambos tratam de dimensões específicas e inter-relacionadas. As sexualidades se referem primeiro à maneira como estabelecemos relação com nossos corpos e o uso dos prazeres, incluindo uma dimensão afetiva, uma dimensão de afetabilidade, que permite a experimentação do corpo, dos prazeres, das práticas sexuais, eróticas e dos modos de relação com o(s) outro(s) e outras. A zona afetiva em que a cultura atua, materializada em um corpo político, pode assumir os enrijecimentos e preconceitos, assim como a abertura para as possibilidades de experimentações outras das sexualidades, que se fazem em atos performativos encarnados no corpo.

Diante desses conceitos centrais, pensamos no processo de pesquisa com psicólogas e psicólogos, incluídos como colaboradoras e colaboradores, a partir da adesão voluntária em responder ao questionário sobre atuação profissional em relação a gêneros e sexualidades, disparado pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná e via redes sociais. Com essas informações, selecionamos dez participantes representativos das diversas áreas de atuação para uma entrevista semiestruturada.

As informações advindas dessas diferentes fontes foram se compondo em narrativas das experiências profissionais, as quais abordam aspectos das perspectivas formativas, dos saberes, das demandas, das práticas, das dificuldades e facilidades do cotidiano e das experiências de intervenções sobre gêneros e sexualidades. As experiências narradas estão atravessadas por discursos que nem sempre são específicos sobre gêneros e sexualidades, contudo, estão contidos

na narrativa e constituem, assim, uma poderosa prática de articulação de saberes. Na verdade, a experiência tem um valor importante, na obra de Benjamin (2012), pois focaliza a dimensão das significações sobre a vida coletiva e pessoal, e, diante dessas significações, se apresenta a problemática em questão.

A arte de narrar, para Benjamin (2012), implica mergulhar a coisa narrada na vida do narrador, que a marca, a enche com seus vestígios, seja na qualidade da coisa vivida, seja na qualidade de quem relata. Uma narrativa que conserva suas forças e, depois de muito tempo, ainda é capaz de se desenvolver, porque está marcada na história e na memória de quem ouviu, observou, experimentou. Desse modo, ela tem uma estreita ligação com a compreensão da existência humana.

Para seguirmos nesse percurso, precisamos compreender o discurso que compõe as narrativas como uma prática discursiva, na medida em que fazemos coisas, quando produzimos texto. Essa compreensão sobre práticas discursivas, explicitada por Rocha (2014), é pautada na noção da performatividade da palavra, a qual compreende discurso como produção textual e também produção de comunidade, na medida em que intervém no mundo. Logo, não nega a representação do mundo produzida pelo discurso, mas essa representação produz certa versão de mundo e uma ação, a partir dela.

Por isso, assumimos como objetivo conhecer as práticas discursivas sobre gêneros e sexualidades de psicólogas e psicólogos, em função das narrativas de suas experiências profissionais. Nessas narrativas, pretendemos identificar as práticas Psis com respeito às sexualidades e expressões de gêneros. Assim, poderemos analisar quais e como são produzidos os discursos desses profissionais veiculados nas práticas das Psicologias e possibilitar o desenvolvimento de reflexões e problematizações sobre a temática já mencionada.

Esses objetivos serão desenvolvidos ao longo de cinco capítulos. No primeiro, contemplaremos o campo de tensões políticas e sociais sobre gêneros e sexualidades, para, na sequência, desenvolvermos os pressupostos teóricos que fundamentarão nossas discussões, centradas nos Estudos Feministas, e as contribuições para a Ciência, enfatizando a Psicologia, os Estudos *Queer* e as contribuições do movimento feminista para as Psicologias.

A seguir, escolhemos um percurso narrativo que respeitasse as etapas desenvolvidas na pesquisa. Os questionários *on-line* se tornaram uma ferramenta crucial para a compreensão da nossa problemática de pesquisa. Por isso, no segundo capítulo, nós nos dedicamos a expor o resultado dessa ferramenta de pesquisa e a analisar os resultados desse cenário das experiências profissionais de psicólogas e psicólogos que colaboraram, compartilhando conosco

informações sobre formação, acesso aos estudos de gêneros e sexualidades, demandas, áreas de atuação, saberes que fundamentam sua prática profissional, suas dificuldades, tensionamentos e contradições, entre outros.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo da atuação profissional em Psicologia, no campo de gêneros e sexualidades. Neste, apresentamos as demandas direcionadas às psicólogas e aos psicólogos e, a partir dessa providência, problematizamos a construção histórica das Psicologias, majoritariamente aliada aos interesses dominantes, à violência como processo marginalizado na compreensão dos sujeitos e suas experiências de vida, dentro das práticas psicológicas. Por fim, problematizamos o lugar desse profissional, o qual representa os saberes técnicos dessa ciência.

No quarto capítulo, para seguir as narrativas dessas experiências, precisamos localizar os saberes profissionais dentro das práticas discursivas que desenvolvem. Dessa maneira, avançamos, através do método da narrativa, para compor os processos complexos através das quais as Psicologias são materializadas. Buscamos dar visibilidade, com base no dispositivo da sexualidade, elaborado por Foucault (2014b), e das práticas discursivas dos profissionais, aliadas a essa estratégia de governabilidade, mas, também, as rupturas, as intensidades, tensionamentos e resistências dentro da experiência profissional, em face de gêneros e sexualidades.

As práticas discursivas de psicólogas e psicólogos suscitaram um debate sobre os termos da resistência das Psicologias, diante do cenário de gêneros e sexualidades, tema do quinto capítulo. Com isso, evocamos o conceito de *parresía*, focalizado igualmente por Foucault (2010, 2011), que trata da coragem de dizer e de fazer. Assim, demos visibilidade à proposta de uma Psicologia aliada aos acontecimentos e às forças ativas da vida, a qual se institui a partir dos preceitos éticos, políticos e técnicos necessários e inerentes a toda atuação profissional.

Buscamos, ainda, construir possibilidades, nos espaços da vida e da micropolítica de resistência e do fortalecimento desses campos tão colonizados do corpo, do inconsciente, dos afetos e dos modos de viver.

Estamos distantes de uma transformação radical para práticas discursivas engendradas numa ética para com as existências das diversas sexualidades e expressões de gêneros. As experiências profissionais narradas nesta tese poderiam dar margem a muitos desdobramentos e investigações; acerca de alguns, inclusive, investiremos em outro momento, mas esta foi a configuração possível, a qual acreditamos fazer cumprir os objetivos aqui propostos. Convidamos a todas, todos e todes, para ouvir/ler essas narrativas sobre Psicologias!

# 1 LOCALIZANDO O TEMPO, OS PROCESSOS E OS SABERES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA PSICOLOGIA

## 1.1 Sobre o tempo e os processos políticos que habitamos

Início as investigações sobre gêneros e sexualidades, na dissertação de Mestrado em Educação, com foco na análise dos currículos das universidades (estaduais e federal do Paraná), relacionando as diretrizes curriculares do Ministério da Educação para Graduação em Psicologia e as normativas do Conselho Federal de Psicologia sobre gêneros e sexualidades. Mas, na defesa da Dissertação, fui arrebatada por um sentimento intenso de que deveria prosseguir: muitas coisas não tinham sido respondidas e, também, fora incentivada pela Banca a continuar explorando essa problemática para a Psicologia.

Entro no Doutorado em março de 2016, no mesmo momento em que começo a dar aulas na Graduação em Psicologia da Unipar<sup>5</sup>. Também trabalho na saúde pública, mas, particularmente, a docência exige que meus posicionamentos sejam assumidos, declarados, sendo constantemente instigados. O Doutorado é um processo de exigência, do corpo, dos afetos, dos amigos: não há tempo para quase nada, acompanhado de transformações profundas sobre nossos modos de ver e perceber o que nos cerca, conseqüentemente, sobre o que nos afeta e como nos posicionamos no mundo. Entretanto, não vamos sós. Agenciamos muitos saberes e seres, nessa trajetória. Alguns temos que deixar ir como parte do que decompõe nossas forças ou simplesmente perde a força do desejo de fazer parte de nossa vidobra. Outros nos intensificam e fortalecem, nesses campos de luta.

Nesse processo, começo a jornada de modo ingênuo, até desatento aos movimentos que começam a ganhar forma. Parti de inquietações bastante direcionadas sobre minhas dificuldades na Psicologia, com relação aos posicionamentos teóricos e ao modo como eles explicavam ou, na maioria das vezes, deixavam de explicar, sobre o psiquismo e a nossa relação com gêneros e sexualidades, nas diversas demandas que entravam no meu consultório, em reunião nos meus grupos ou apresentadas pelas alunas e alunos, os quais também denunciavam a nossa cultura.

---

<sup>5</sup> Universidade Paranaense, *campus* de Francisco Beltrão.

No decorrer dos anos de Doutorado, essa questão assumiu uma dimensão muito ampla, para além da cotidiana vida e do exercício da micropolítica, passando a ser tomada como objeto central na discussão do período eleitoral, no Brasil, e nas macropolíticas, assumidas pelo governo de Jair Bolsonaro. Importante frisar que é apenas a apresentação de algumas passagens consideradas relevantes para a compreensão dessa temática, mas que não refletem a totalidade dos acontecimentos.

O ano de 2018 é único, de um jeito muito doloroso! Essa passagem não é nada fácil de ser relatada, seja por sua complexidade, seja por ainda estar em processo de elaboração sobre tudo o que foi vivido, sentido e transformado, nesse período, seja ainda porque não conseguimos dimensionar todas as forças nacionais e internacionais, governamentais ou não, com o auxílio da inteligência artificial, as quais intervieram para esse resultado. Estou aludindo ao processo eleitoral que ocorreu, no Brasil, no referido ano, assim como à sequência de eventos desde o início do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

Não vamos fazer uma longa análise sobre os efeitos do capitalismo,<sup>6</sup> na sociedade, mas enfatizar alguns pontos para seguir com a discussão. Precisamos compreender que o capitalismo visa a multiplicar a vazão produtiva de qualquer objeto, não importando o que é produzido, porém, de acordo com Hur (2018, p. 89), o “*quantum* de sua produção”. Isso é o que Deleuze (2017) propõe como a relação entre “[...] atividade criadora da riqueza sem determinação e o objeto qualquer do trabalho abstrato” (*apud* Hur, 2018, p. 89). Logo, entendemos que o capital é a riqueza abstrata, subjetiva, que expande seus modos de funcionamento e rendimento para uma subjetividade universal.

Lazzarato (2014) expressa essa correlação direta entre capitalismo e produção da subjetividade: ao mesmo tempo que uma empresa inventa um serviço ou produto, cria também uma forma de subjetivação e, assim, a política do capitalismo incide sobre os fluxos econômicos, tecnológicos e sociais, com a produção da subjetividade. Nesse processo, a economia política se mostra semelhante à economia subjetiva.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari (2010), é um sistema que usa as emoções e os desejos, por via da exploração, dominação e colonização dos desejos. Sobrevive delas! Não é possível, por vias racionais, explicar como uma pessoa – que abertamente fala sobre a inferioridade da mulher, assume discursos homofóbicos e racistas, exalta a tortura, expõe como

---

<sup>6</sup> Essa análise é feita por Deleuze e Guattari (2010) e Lazzarato (2014).

prioridade do estado necropolíticas, principalmente via “segurança” pública, persegue e acusa professores e universidades, incentiva violência e exalta a ignorância como virtude política – assuma, eleito por maioria, o cargo mais importante de um país. Ele é resultado da união das forças capitalistas interessadas no poder, na exploração e na sustentação da subordinação do país.

Esse tipo de capitalismo é chamado por Hur (2018) de capitalismo mafioso, o qual estabelece o agenciamento de corporações. O capitalismo mafioso realiza a gestão de fluxos de financiamento, que priorizam a agilidade das operações, compram e revendem ações em nanossegundos. Opera pela chantagem contínua, injetando e retirando verbas, dominando fluxos de investimentos e créditos, alcançando o poder de influenciar Estados, mobilizando, inclusive, crises financeiras e derrubando governos democraticamente eleitos, se isso for necessário aos fluxos do capital abstrato.

Avançamos muito desde a redemocratização do país, na luta em defesa aos Direitos Humanos, no combate à fome e extrema miséria, nas conquistas da saúde, assistência social e educação, entre outros aspectos. Em contrapartida, não superamos a desigualdade, o colonialismo e não transformamos a educação das pessoas tanto quanto necessário, principalmente nas zonas afetivas e de experimentação.

O que observamos, nesse tempo, é uma imposição da axiomática do capital, que busca expandir suas fronteiras de mais-valia de fluxos. Estamos observando, no Brasil, uma luta de um modelo político para outro, no qual o Estado está ainda mais a serviço do capitalismo mafioso. Para isso: reforma da previdência, perda dos direitos trabalhistas, privatização e terceirização do sistema público e exploração agressiva dos recursos naturais fazem parte da agenda desse novo modelo político de rendimento.

O processo para as eleições presidenciais de 2018 irrompeu com o anúncio de muitos retrocessos: coligações que enfraquecem os partidos e passam a atuar por temáticas de interesse, como a bancada cristã, a bancada da bala, a bancada ruralista; interesses capitalistas após o anúncio do Pré-sal (maior reserva de petróleo do mundo); ataques às empresas multinacionais brasileiras, inclusive com a participação do judiciário, através da operação Lava Jato; interesse americano sobre a situação política do país; políticos (mas não todos) interessados em seu próprio enriquecimento. Nunca antes forças tão retrógradas se uniram, para reivindicar um projeto de poder. Concebemos, com mais clareza, que o projeto de poder serve ao “novo” capitalismo.

Esse modelo está sendo implantado através de alianças políticas entre forças neoliberais e conservadoras. Segundo Rolnik (2018, p. 13), decorre por “[...] ambas compartilharem uma mesma moral e uma mesmo modelo de identificação subjetiva: o inconsciente colonial-capitalístico”. Preciado (2018) faz uma síntese sobre esse conceito, no prefácio do referido livro:

Soely Rolnik descreve os processos de opressão colonial e capitalística como processos de captura da força vital, uma captura que reduz a subjetividade a sua experiência como sujeito, neutralizando a complexidade dos efeitos das forças do mundo no corpo em benefício da criação de um indivíduo com uma identidade. [...] O sujeito colonial moderno é um zumbi que utiliza a maior parte de sua energia pulsional para produzir sua identidade: angústia, violência, dissociação, opacidade, repetição... não são mais do que o preço que a subjetividade colonial-capitalística paga para manter sua hegemonia (Preciado, *in* Rolnik, 2018, p. 13-14).

Para a autora, a intrincada relação entre os espaços macropolíticos – os quais caracterizam as assimetrias de poder entre instituições, classes, raça/cor, sexualidades – e os micropolíticos – os âmbitos relativos à vida privada, no modo de subjetivação: a sexualidade, a família, os afetos, o cuidado, o corpo, o íntimo – colocam a Psicologia como pertencente ao dispositivo colonial-capitalístico; conforme veremos, a Psicologia historicamente legitima e naturaliza os modos dominantes de subjetivação.

Ora, os modos dominantes de subjetivação tendem a restringir as experiências dos sujeitos e se orientar por uma perspectiva moral, que não permite compreender as outras vias de apreensão do mundo, que operam simultaneamente. Esse processo esvazia os modos de sentir, sendo terreno fértil para o ódio e o ressentimento, que causam mal-estar e se projetam para um outro, em suas formas de homofobia, xenofobia, transfobia...

Assim, as necropolíticas, políticas que têm o poder de dizer quem vive e quem vai deixar morrer (Mbembe, 2018), se alastram em estratégias cada vez mais sofisticadas para esquadrihar corpos e desejos, e sustentar as relações de poder que decidem quem é desnecessário. A necropolítica é um processo colonial que se dá em prol do genocídio. Esse insistente movimento chega a seu auge, particularmente no Brasil, mas também como um movimento global de expansão das tecnologias de colonização e morte, as quais encontram nas lutas de indígenas, negros e mulheres as resistências e denúncias sobre seus interesses perversos.

Nesse processo, instaura-se uma guerra moral, que mobiliza intensamente as emoções dos envolvidos, no sentido de captura e manutenção de inconscientes colonizados, servis e úteis, verdadeiros zumbis humanos que tomam força de horda.

A axiomática do capital se conecta com o que há de mais primitivo, no psiquismo humano, tanto nos sentidos de aumento dos rendimentos quanto nos movimentos de defesa, diante das ameaças externas e ansiedades persecutórias. As questões de gêneros e sexualidades são usadas para mobilizar essa relação primitiva, através de um espetáculo midiático contra a “ideologia de gênero”.

Lionço (2018, p. 601) anuncia que “[...] o sintagma teoria/ideologia de gênero reúne um conjunto de slogans políticos que se prestam mais à mobilização política do que à análise crítica da realidade social em sua complexidade e diversidade”. Na trama social, esse discurso serviu para mobilizar e unir forças conservadoras e liberais, de sorte a pôr em prática um fascismo-democrático. A Psicologia, particularmente, se tornou palco de um debate jurídico-midiático sobre as possibilidades de intervenção e realização de “cura gay”.

Sobre esse debate, gêneros e sexualidades entram na pauta dessa guerra, e o uso dissimulado e interessado das teorias feministas, de gênero e *Queer* é divulgado por robôs eletrônicos, por algumas comunidades religiosas e por alguns partidos políticos – esses alguns eram muitos, mas há os grupos que resistem e, mesmo dentro desses grupos, fazem críticas importantes – que bombardeiam as pessoas com notícias falsas.

Entre as *fake news* estão a invenção da “mamadeira de piroca”, o *kit gay*, o projeto de conversão da sexualidade das crianças sob controle do Estado, o crucifixo na vagina das mulheres feministas, a sexualização e a erotização das crianças na escola pelos professores. A tentativa, via Judiciário, de enfraquecimento da Lei nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia; o ataque às artes, como no Queermuseu, na tentativa de legislar sobre os corpos nus dos artistas, ou mesmo o emprego do argumento de proteção da infância contra a pedofilia, que não problematiza a insistência de abusos infantis dentro da família. Os estudos de gênero são convertidos em ideologia e passam a ser duramente combatidos.

Esses ataques são direcionados aos espaços privilegiados de contestação, os quais buscam liberar a potência vital de criação. Rolnik (2018) enfatiza esse uso da “operação artística” como meio de criação de modos de existência que corporificam as demandas vitais, com uma amplitude de infiltração e mobilização nas diversas esferas sociais de renda. Ao mesmo tempo, também é um campo em que o capitalismo busca extrair os lucros, não antes de restringir a circulação de seus efeitos de potência.

Os piores e mais sombrios medos em face das sexualidades são inculcados. Essas necropolíticas são eficientes, ao promover discursos de ódio e de extermínio, como se as pessoas estivessem em grupos de oposição, em disputa de poder para reprimir/exterminar. Vamos utilizar Woodward (2014), para conceituar esse processo que evoca as identidades e as suas construções culturais e simbólicas.

A autora ressalta que as identidades nacionais dependem da ideia que fazemos delas, uma comunidade imaginada. Esse argumento surge da impossibilidade de conhecer todas as identidades individuais que compõem a identidade nacional; logo, devemos ter uma ideia partilhada daquilo que nos constitui – e ela acrescenta ainda que “[...] a diferença entre as diversas identidades nacionais reside, portanto, nas diferentes formas pelas quais elas são imaginadas” (Woodward, 2014, p. 24). As pessoas, durante o processo eleitoral, o qual evoca as políticas sobre a constituição de identidade nacional, foram postas em polos imaginários, os quais se dão através da contradição, apresentam estereótipos definidos de cada identidade, como cada um deve se comportar, pensar e agir.

Para Woodward (2014), está ocorrendo um movimento contemporâneo, em diversas sociedades, o qual faz com que essas “comunidades imaginadas” sejam contestadas e reconstruídas. Tal movimento é articulado principalmente por partidos políticos de extrema-direita, que defendem a ideia de uma identidade a ser preservada como uma reação à suposta ameaça do “Outro”. Evocaram-se as imagens do “Outro” a ser combatido, que se constitui através das pessoas LGBTQIA+<sup>7</sup>, as quais passam a sofrer inúmeras ameaças, por serem associados à pedofilia, orgias e diversos outros abusos, muitos saindo do país e outros muitos sendo violentados e até mortos. Também evocaram a Venezuela, que passa por uma crise interna grave e que gera um grande número de imigrantes, no Brasil, com a ameaça identificada de um governo do partido comunista.

Aqui, o Partido dos Trabalhadores demonstra uma boa intenção, ao problematizar as sexualidades e expressões de gêneros na Educação e em outras pastas, como a da Saúde e da Cidadania, tendo, por exemplo, a Escola sem Homofobia. No entanto, existem os acordos políticos. Conforme aponta Lionço (2018), no início do governo presidencial de Dilma Roussef, através da pressão política da bancada religiosa, o material didático elaborado para subsidiar a

---

<sup>7</sup> Nesta tese, utilizaremos a sigla LGBTQIA+, a qual inclui lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexos, andróginos, agêneros e outros.

atuação docente no enfrentamento da homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, nas escolas de Ensino Médio, foi vetado pela presidenta. Outras mudanças na área da Saúde, tais como campanhas de prevenção de HIV e AIDS, não são direcionadas para o público LGBTQIA+.

Podemos afirmar que, durante os anos 1980, 1990 e 2000, a luta política se dava em termos de ampliação dos processos democráticos, e vimos uma ascensão, no Brasil, dos movimentos sindicais e movimentos sociais. Os conflitos políticos no processo de redemocratização participaram da construção de identidades pela cultura, num clima crescente de mudança, fluidez e incerteza.

Para Woodward (2014, p. 25), “[...] as identidades em conflito, estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem”. Ou seja, as mudanças e as transformações econômicas e políticas contemporâneas evocam lutas pela manutenção e afirmação das identidades nacionais e étnicas. No Sul, particularmente por aqui habitar, se cultua o mito da identidade étnica europeia, branca e patriarcal, excluindo dessas narrativas que muitos emigrantes vieram para cá fugindo de guerras e, em sua maioria, eram sem-terra. A negação da mestiçagem e da diversidade que nos compõem é realidade, em muitas regiões do país.

Os espaços para a crítica, para a troca de ideias e para o processo democrático foram capturados nesse mundo pós-colonial. Com efeito, a política contemporânea se caracteriza por um grau de crueldade tão elevado que seria irresponsável ignorá-la. Ela aplica a política da morte em escala regional e global, através das novas formas de guerra industrial que se apoia na privatização comercial dos exércitos e do alcance global dos conflitos, os quais desterritorializam o uso do serviço militar.

Braidotti (2013) ressalta que este é o princípio inumano e desumano da condição pós-humana. A mediação tecnológica sobre as técnicas de homicídio e assassinato contemporâneas, evidenciadas nos modelos de morte, como são distribuídas e organizadas em nível social – violências, doenças, pobreza, acidentes, guerras e catástrofes – ao mesmo tempo que se tornam eficazes, revelam a vulnerabilidade humana.

O poder e a tecnologia se caracterizam como componentes relevantes de uma articulação e industrialização, que compreendem os objetos e a manufatura, o dinheiro, o poder, o progresso social e a imaginação, mas também a construção da subjetividade. Assim, a luta política se trava, principalmente, em decorrência desta última eleição, no âmbito da contestação que concentra a construção cultural de identidades.

As necropolíticas têm encontrado na política da identidade um importante aliado à sua governamentalidade. Com frequência, as identidades são associadas a projetos de limpeza da diferença. Mas há resistência, e esses nomes que foram criados para marcar a diferença são abraçados como mulher, homossexual, afrodescendente, passando a representar uma forma de luta contra os regimes que os criaram.

Temos que destacar a participação das mulheres e das minorias, nesse processo, tais como a população indígena, quilombola, negros, LGBTQIA+, os quais entram na pauta das discussões e movimentam um grande grupo de resistência. O maior movimento de mulheres organizado no Brasil, por meio das redes sociais, toma corpos, ações e coragem, e vai às ruas em várias cidades do país, para bradar: “Ele não!” Esse movimento apartidário, com forte influência do movimento feminista, se organizou contra a eleição do presidente Jair Bolsonaro e todos os seus discursos excludentes.

Nesse cenário, uma Psicologia participou do projeto da extrema direita, em nome de uma Psicologia conservadora e sem partido. Essa Psicologia é resultante da transformação no cenário religioso brasileiro, a qual, para Macedo e Sívori (2018, p. 1430), se dá “[...] a partir do vigoroso aumento da adesão ao evangelismo pentecostal e neopentecostal e da expressiva atuação pública dos seus líderes na política parlamentar”, que colocou um número expressivo de profissionais a serviço das convicções morais e interesses corporativos (capitalistas) da religião.

No âmbito das Psicologias, esses profissionais agenciam a abordagem das expressões de gênero LGBTQIA+ como patologia, declinando e contestando o consenso científico e as normativas do Conselho Federal de Psicologia sobre a profissão. Houve, por parte deles, duras investidas via poderes judiciários, contra a Lei nº 01/99, do Conselho Federal de Psicologia, a qual estabelece normas para atuação em relação à questão de orientação sexual e impede os profissionais de realizarem práticas de reversão sexual.

Em primeira instância do Judiciário, alguns artigos da referida Lei foram alterados, garantindo às psicólogas e psicólogos a possibilidade de efetuar práticas de reversão sexual. Esse dia foi assustador. Preciso singularizar, pois estava entre muitos amigos LGBTQIA+, e o pânico tomou conta, seja pelos grupos religiosos que ameaçavam agredir com pedras a comunidade LGBTQIA+, seja por reviverem suas infâncias e adolescências, muitas assinaladas por problemas familiares, ou pela empatia direcionada a crianças e adolescentes que iriam sofrer processos terapêuticos impostos pela família, ou pela contemplação da pura intolerância que seguiria, por simplesmente existirem.

Do meu lugar de mulher, cis e hétero, não consigo dimensionar a profundidade da dor que sentiam, mas não posso me abster de relatar o terror que vivemos todas, todos e todes. Vou adiantar que, nas instâncias judiciais que julgaram posteriormente, a alteração foi anulada e se manteve a íntegra da Lei nº 01/99.

O Conselho Federal de Psicologia e a maioria das psicólogas e psicólogos se posicionaram firmemente em defesa dos Direitos Humanos e das instituições que os asseguram, na saúde, assistência social, educação, ONGs, entre outras. E a tentativa de enfraquecer essa categoria se deu não apenas nas questões de gênero, mas também em outras políticas, como as de saúde mental, com o retorno da hospitalização – e hospitalização compulsória –, o ataque às políticas de redução de danos, principalmente direcionadas ao CAPS AD, o incentivo às residências terapêuticas, a diminuição dos recursos dos programas de transferência de renda, a reforma da Previdência, entre outros.

Instaurou-se, no mencionado governo, um novo e perigoso jogo político, sem compromisso com a verdade, fazendo uso das bases de dados digitais e com elas os modos de influenciar seguidores. Nesse jogo, alguns grupos foram violentamente atacados, tais como as feministas, expostas e rotuladas como mulheres abortistas e contra a religião, as quais mostram os peitos em público; a comunidade LGBTQIA+, associada à promiscuidade, com direito a *golden shower* divulgado pelo próprio presidente da República, em sua rede social, os indígenas, como improdutivos, os defensores de direitos humanos, como defensores de bandidos – este último, resquício da ditadura militar –, entre outros grupos que se posicionam de forma contrária. Ser representante desses grupos ou pesquisar essas temáticas nos torna alvos, pois, no imaginário de muitas pessoas, somos concebidos como criminosos, pessoas a serem combatidas.

Aqui deveria haver várias páginas em branco, que seguem a incredulidade dos primeiros meses desse governo, a tristeza diante das políticas que garantem a justiça social sendo desfeitas, desmoralizadas, todos os saberes científicos que passam a ser negados, retrocessos todos os dias. A impossibilidade de se constituir uma crítica que torne visível esses processos maquínicos é patente, pois os parâmetros até então conhecidos não existem mais.

Nesse ensejo, resgatamos nossos princípios para propor um primeiro problema ético sobre nossas pesquisas, como psicólogas e psicólogos, o qual corresponderia ao fato de nos instalarmos em lugares protegidos dentro das Universidades, dos consultórios e das instituições, e termos a ilusão de que essas necropolíticas nunca as invadirão. É problema ético, quando não nos propomos refletir sobre outros lugares que estão à margem, e nossas pesquisas colaboram

para mantê-los à margem; é problema, quando esquecemos da ascese. E desse lugar, do pesquisar acadêmico e do fazer profissional, urge um exame ético sobre o que fazemos, nesse âmbito.

Assumindo uma postura de luta e resistência, lanço a proposta de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório Específico II, na perspectiva de Intervenções psicossociais de gêneros e sexualidades. Preciso destacar a experiência de orientar, lançar-se ao formar psicólogas e psicólogos, pelo método da experimentação, em um temática que, apesar dos discursos políticos inflamados contra, pelos temores disseminados e reproduzidos na sociedade, pelos medos sobre as muitas impossibilidade e/ou impedição de sua realização, que refletia também os medos meus e de meus colegas, pelas adaptações que tivemos de fazer, foi incentivada pela coordenação do curso de Psicologia, a qual garantiu as condições concretas para que fosse executado.

No entanto, em sua materialização, recebe um grande grupo de alunas e alunos participantes que se inserem de forma ética e crítica, nos seus contextos de estágios, e abrem um grande campo de demandas que eram silenciadas ou negligenciadas. Além de muito trabalhar em seus campos de estágio, concentrados na Delegacia da Mulher, na Unidade Básica de Saúde de um bairro de periferia e no projeto *Diálogos LGBT* e *Diálogos Trans*, da Universidade do Oeste do Paraná, fomos convidados pela Polícia Militar e pelo Fórum a montar um programa de atendimento a homens autores de violência contra a mulher. Essas ações continuam sendo desenvolvidas. As demandas referentes a gêneros e sexualidades se ampliam a cada dia, como uma urgência da realidade e dos sofrimentos da vida cotidiana, que não pode ser silenciada nos jogos político-partidários.

Esse grupo de estagiários me inspira e dá força todos os dias, para fazer uma Psicologia outra, voltada para vidas contagiadas por afeto e intensidades potentes que não podem ser capturadas nos discursos normalizantes, mas principalmente me inspira a ter coragem e pôr o corpo na luta, a entender cada vez mais que não podemos silenciar, nem nos desresponsabilizar do nosso lugar de psicólogas e psicólogos.

Nas palavras de Braidotti (2013), temos que enfatizar e nos empenhar ativa e coletivamente, para rejeitar o horror e a violência e transformá-los em construção de alternativas afirmativas. Devemos reconsiderar o *continuum* vida-morte, no contexto do confronto constante com a responsabilidade política, digna para as Psicologias e para a subjetividade pós-humana.

Nesse ensejo, avançamos para a compreensão das epistememas feministas e estudos *queers*, com suas contribuições, para pensar as práticas profissionais em Psicologia, nessa perspectiva de gêneros e sexualidades.

## **1.2 Epistememas Feministas e posicionamentos *queers*: implicações nos discursos e práticas psis sobre gêneros e sexualidades**

A entrada do movimento feminista negro no debate sobre o feminismo, desloca a discussão para o campo da interseccionalidade, conforme nos aponta bell hooks (2019, p. 27):

O feminismo nunca foi protagonizado pelas mulheres que mais sofrem com a opressão sexista; que são diariamente subjugadas, mental, física e espiritualmente – mulheres sem o poder de mudar suas condições de vida. Elas formam uma maioria silenciosa. E é característico dessa condição de vítima que elas aceitam o destino que lhes é imposto sem nenhum questionamento, sem nenhum protesto organizado, sem articular de forma coletiva sua raiva ou fúria.

Essa autora, ao analisar sua trajetória no movimento feminista e na academia, insere raça, classe, gênero, assim como nos mobiliza a pensar outras categorias interseccionais que atravessam a agenda feminista. Para ela, o feminismo, ao invés de assumir uma cruzada contra os homens e patriarcado, como é mobilizado do feminismo branco e burguês, deveria se ocupar da opressão sexista. Em defesa, argumenta que muitos homens negros estão abaixo das mulheres brancas, na pirâmide social, e acabam sendo um importante aliado das mulheres negras diante da luta de raça e classe, o que, por sua vez, torna as mulheres negras menos contestadoras das opressões sexistas que vivem cotidianamente, em suas casas.

O deslocamento da teoria feminista para a questão da interseccionalidade é de suma importância. Assumimos, após o encontro com essa autora, a compreensão de que as teorias feministas que procuramos desenvolver são racializadas, considerando a raça das autoras que promovemos, nessa teoria; no entanto, apresentam críticas contundentes ao capitalismo, assumem caráter não separatista e dão possibilidades para o transfeminismo. Buscamos defender o feminismo como um movimento de luta política e prática socializadora com possibilidade de incluir as diferenças entre mulheres e ampliar para possibilidades de convivência e desenvolvimento de ética política.

Essas análises são produzidas em um momento pós-elaboração do questionário aplicado às psicólogas e psicólogos, o que nos fez compreender que, ao nos ocupar com o

debate de gêneros e sexualidades, não abordamos questões de raça e classe, o que promove uma lacuna nas informações expostas e no contexto também racializado que vivemos e produzimos, na academia.

Assim, propomos abordar as epistememas feministas e os estudos *queer*, no campo das Psicologias. Inicialmente, situamos o desenvolvimento das Psicologias enquanto ciência, para começar a construir o conceito de gêneros como uma categoria de análise científica impulsionada pelo movimento feminista, o qual tem articulações ao fazer das Psicologias, e na construção desta enquanto ciência.<sup>8</sup> Por isso, é necessário discutir a reprodução das categorias de gêneros e sexualidades, em algumas de suas abordagens.

São destacadas ainda as contribuições dos posicionamentos *queer* sobre sexualidades e gêneros, a partir da *performatividade* da linguagem, nos discursos Psis. Fazemos isso, por entender ser necessária a revisão de como as Psicologias estão inseridas na cultura, assim como suas produções teóricas situadas em relações de poder e saber que desenvolvem uma comunidade, que afetam a vida de homens e mulheres que buscam formas outras de viver e performar suas sexualidades. Barreto (2016) enfatiza que não é uma batalha pelo fim da Psicologia clássica, em prol de uma Neopsicologia, todavia, a invenção de novos conceitos, com saberes outros para outras e outros profissionais de Psicologia.

### 1.2.1 As Feministas nas Ciências

A entrada das feministas na Ciência pretende tencionar não só o lugar ocupado pela mulher, mas também as bases da própria ciência. A Ciência Moderna incorporou valores que representam a ordem social vigente das categorias de gênero, as quais aparecem como instrumentos da representação do poder. Atribuiu dualismos cartesianos baseados em uma lógica binária de pares opostos: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, cultura/natureza, ativo/passivo etc. (Sardenberg, 2002). Ademais, identificou-se com os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, cultura, entre outros, que são identificados com a construção do “masculino” e que se impõem hierarquicamente sobre os demais conceitos da dicotomia, como objeto, corpo, emoção, subjetividade, natureza

---

<sup>8</sup> A opção por um capítulo de apresentação dos conceitos se faz por respeito à trajetória da pesquisadora, a qual, na medida em que se depara com os problemas cotidianos da intervenção sobre gêneros e sexualidades, busca apropriar-se teoricamente e, posteriormente, se aproxima de outros profissionais para compartilhar experiências. Logo, este capítulo é respeito a essa história, e não uma sequência de estrutura textual.

e outros relacionados a expressão do “feminino”.

Abordando de uma perspectiva outra, Braidotti (2015) frisa que nem todos podemos sustentar a categoria do humano, se por humanos compreendemos o ser do Iluminismo e da herança que deixou: o sujeito cartesiano do pensamento, a comunidade kantiana dos seres racionais e, em termos sociológicos, o sujeito cidadão de direitos (proprietário etc.). Ora, os argumentos contra essas certezas fazem tecer a ideia de um *continuum* entre natureza e cultura como ponto de partida para a teoria do pós-humano, proposta aqui, a qual compreende o dado como natureza e o construído como cultura.

Com todas as transformações da sociedade, é inevitável que as Ciências Humanas sofram o impacto da condição pós-humana. Assim, destaca-se a necessidade de se dedicar à promoção de teorias sociais que deem conta de uma amplitude maior, após essas reflexões sobre o humano, o antropocentrismo, o inumano e o pós-humano.

As teorias feministas, nessa trajetória, são postas em primeiro plano, como referencial teórico e metodológico. No entanto, os conflitos entre as ciências e as culturas, ou seja, entre as ciências naturais e as ciências humanas, têm como pano de fundo a questão do paradigma. As ciências humanas, sobretudo com os pós-estruturalistas, vêm sendo acusadas de absoluta ignorância, com efeitos desastrosos nessa área.

Para Braidotti (2015), o grande problema das ciências humanas é o antropomorfismo estrutural – traduzido como uma hostilidade e incompatibilidade com a prática e a existência institucional da ciência e da tecnologia, bem como o nacionalismo metodológico – que mina a capacidade de enfrentar a ascensão científica das disciplinas biológicas, da comunicação e saber tecnologicamente mediados, e a necessidade de tomar em consideração a diversidade cultural, em especial as áreas geopolíticas diferentes, mas também no interior de cada uma delas.

Haraway (1995) realça a necessidade de objetividade na ciência como uma conquista teórico-metodológica, todavia, indica a possibilidade de movimento entre essas fronteiras onde situamos o conhecimento, assumindo uma proposta ética de compreensão da ciência, num projeto que ofereça possibilidades de um futuro e a necessidade de pensamentos complexos, para se pensar o mundo e a ciência. De fato, Haraway (1995) faz uma crítica aos saberes que as feministas estão propondo:

A responsabilidade feminista requer um conhecimento afinado à ressonância, não a dicotomias. Gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema, do corpo intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com as emissões globais de alta tensão. (Haraway, 1995, p. 29).

Ela entende que não é possível individualizar todas as narrativas femininas, no campo da opressão, mas que os saberes podem ser produzidos a partir de uma ética de convivência e conexões. Assim, a objetividade, como conceito que serve ao método, assume um lugar político e produz uma ética que nega as dicotomias para afirmar os borramentos entre as ciências.

Nesse movimento para repensar a ciência e também outras Psicologias, fica evidente uma questão mais ética e política do que propriamente metodológica. As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora, com explicações mais adequadas e ricas do mundo, de sorte a viver de modo afirmativo, e na relação crítica e reflexiva com respeito às práticas de dominação, nas partes desiguais de privilégios e opressão que todos os posicionamentos (lugares sociais) contêm (Haraway, 1995).

Por tanto, dois aspectos são acentuados: a noção de sujeito pós-humano e o monismo como ontologia política. Esse sujeito, encarnado, inter-relacionado por uma subjetividade pós-humana, é nômade, materialista e vitalista, sempre situado em algum lugar e em sintonia com a imanência radical e a política de localização. É um sujeito polimorfo, relacional e perfeitamente compreendido dentro da ontologia monista, através do olhar de Spinoza (2018), Deleuze e Guattari (1997) e das teorias feministas pós-coloniais. É dotado de uma subjetividade plasmada por uma complexidade de elementos que caracterizam o pós-humano pelo corpo, a sexualidade, a afetividade, a empatia e o desejo. Longe de construir linhas de fuga, inscreve o sujeito contemporâneo nas condições de sua historicidade.

Dessa maneira, o desafio pós-humano é empenhar-se em elaborar formas alternativas para conceitualização da subjetividade, desconectando o agente humano de sua posição universalista e chamando-o a explicar as ações concretas que está empreendendo, uma vez que é responsável pelo progresso histórico no qual emergem nítidas relações de poder. É situar o humano como convenção normativa, não necessariamente negativo, contudo, com um elevado poder regulamentador, com um instrumental de práticas de exclusão e discriminação. Assim, aproxima-se do feminismo que também rechaça as identidades unitárias, eurocêtricas, do ideal de Homem bem definido, e acentua as questões de diferenças entre categorias diversas e no interior de cada uma delas, e, a esse respeito, pressupõe uma economia política da diferença, com ênfase nas micropolíticas como formas de resistência ao poder.

A teoria pós-humana é capaz de sustentar esse processo de reconsideração da unidade fundamental, referência comum do humano, nessa época biogenética conhecida como antropocentrismo – momento histórico quando o homem tem-se convertido nessa força

geológica em condições de influenciar a vida em todo o planeta – ajudando a compreender princípios fundamentais de nossa interação com outros agentes humanos e não humanos, em escala planetária.

A capacidade relacional do sujeito pós-humano não está confinada à nossa espécie, ou seja, esse sujeito se relaciona com toda a matéria viva e não viva, incluindo as novas tecnologias e avanços do capitalismo biogenético (Braidotti, 2013). Compreender essas novas relações é necessário para a problematização de questões éticas, inerentes ao modo como a espécie humana se relaciona com as demais espécies e formas de vida não humanas do planeta.

Em defesa dessa tese, propõe Braidotti (2013) que as máquinas também possuem vida. E define *Zoe* – vida como a força dinâmica da vida, capaz de auto-organização e que permite a vitalidade gerativa. *Zoe* seria uma resposta materialista, laica, fundada e concreta para a mercantilização transespécie do capitalismo avançado. Logo, problematiza a exploração e a mercantilização de outras espécies e compara essa exploração ao lugar relegado às mulheres entre as espécies, questão na qual o feminismo se torna uma potência teórica para propor novas alternativas dos usos que fazemos de recursos do planeta.

A teoria monista como ontologia política trata dessa aproximação entre o dado e o construído; como teoria não dualista da interação entre esse *continuum*, é amparada em uma tradição filosófica monista, unidade de toda a matéria viva, e autopoietica. Os confins entre essas duas categorias – natureza e cultura – estão sendo apagados pelos efeitos dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos, sendo possível compreender que os sujeitos pós-humanos são modificados em um nível sem precedentes. Assim, há uma conexão direta entre o monismo e o pós-antropocentrismo, como contexto geral de referência para a subjetividade contemporânea (Haraway, 2009).

Contudo, há profundas crises epistemológicas, éticas e políticas, ao não contemplar essas relações como componentes da constituição subjetiva do homem/mulher e das relações que este estabelece. Esse seria o ponto das relações pós-humanas, a necessidade de compreender a inter-relação entre humano, animal, máquina, como constitutiva da identidade de cada um, como uma relação de transformação, de simbiose que se hibrida e altera a natureza de cada ser, para pôr em primeiro plano a natureza de cada um e, como *continuum* humano/não humano, necessita ser explorado enquanto experimento aberto, sem valores pretensamente universais.

### **1.3 Feminismos e Psicologias: alianças e embates na produção conceitual sobre gêneros e sexualidades**

As Psicologias, ao se aproximar dos movimentos feministas, operam com as críticas desse movimento, assim como das ciências sociais e filosofia, no que concerne aos efeitos sobre os corpos, buscando produzir uma ética no trabalho com as existências LGBTQIA+. O impacto na Psicologia tem sido significativo, principalmente em dois aspectos: de um lado, a necessidade de rever seus métodos e conceitos; de outro, como abordar os sujeitos e suas relações, considerando a crescente demanda de psicólogas e psicólogos, para que produzam discursos/saberes sobre a performatividade de gêneros e sexualidades.

A entrada do movimento feminista nas críticas à produção das Psicologias aponta contradições e provoca desassossegos às teorias e práticas, forçando a necessidade de um reposicionamento dessa disciplina. Ao questionar suas afirmações e verdades, denuncia-se como as Psicologias vêm contribuindo, em diversas de suas teorias, para o controle social e a manutenção de diferenças entre os sexos, produzindo violências e a patologização de muitos sujeitos.

Dessa forma, buscamos resgatar o conceito de gêneros, o qual, engendrado aos estudos feministas, possibilitou uma construção teórica e metodológica consistente e visionária sobre os estudos da mulher, mas inseriu igualmente o debate sobre as sexualidades diversas. As feministas e suas contribuições para a Psicologia conectam-se com representantes dessa onda pós-feminista que se dedica aos estudos das sexualidades, inserindo uma discussão interseccional, ou que vise a conexões, conforme apresentaremos ao longo deste capítulo.

Ao resgatar o uso do termo “gênero” pelas feministas, encontramos a proposição de que essa categoria, pautada na pesquisa sobre mulheres, transformaria os paradigmas no seio de cada disciplina. Ampliando a problemática, Joan Scott (1995) aponta que não existe uma paridade entre certos termos, como “classe, raça e gênero”, e, no caso de “gênero”, o seu uso comporta de posições teóricas até simples referências descritivas sobre as relações entre os sexos.

Ao estudar as mulheres, Scott (1995) assinala a importância de se examinar gêneros em relação, para não perpetuar o mito de que uma esfera, ou a experiência, de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Acrescenta que podemos utilizar a expressão “gênero” para nos referir a relações sociais entre os sexos, de sorte a rejeitar as justificativas biológicas para as diferenças. “O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres”

(Scott, 1995, p. 75). Esses argumentos são usados pela autora para demonstrar como as historiadoras vêm adotando o gênero, em seus estudos.

A definição de Scott (1995) tem duas partes e diversos subconjuntos inter-relacionados, porém, que devem ser analisados de modo diferenciado. Assim, argumenta:

O núcleo da minha definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p. 86).

Sobre a primeira parte, ela aponta a necessidade de primeiro analisar como “[...] os símbolos culturalmente disponíveis evocam representações simbólicas” (Scott, 1995, p. 86), que podem ser acionados com figuras, como, por exemplo, Eva, a pecadora e Maria, exemplo de mãe, e, em contextos, são evocados, já abrindo para a segunda categoria de análise que se refere aos usos metafóricos desses termos, no sentido de conter e regular, em amplo uso nas instituições religiosas, educativas, científicas, entre outras, na forma de binários.

O terceiro elemento de análise deve incluir uma concepção política que rompa com a fixidez, a repressão, a permanência intemporal das representações binárias de gênero, no sentido de oferecer uma referência às instituições e organizações sociais. E, por fim, o quarto aspecto do gênero se refere à identidade subjetiva, na qual a autora problematiza a universalidade da psicanálise.

Desse modo, “gênero” se constrói como uma palavra útil, porque distingue a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Enfatiza o sistema de relação que pode incluir sexo, mas não é diretamente determinado por ele e nem determina diretamente as sexualidades.

Esta é a apresentação de um conceito de gênero importante, um clássico, entretanto, precisamos admitir que esteja vinculado a uma perspectiva familista e imperialista. Pensamos que, nesta tese, devemos avançar para outras possibilidades de discussão, de feministas decoloniais, produções latinas e africanas, as quais ampliem para outras perspectivas. x

Resgatar a consciência de como nos constituímos e questionar, a partir dos sujeitos, que outras possibilidades existem para essas perspectivas de gêneros constituem uma proposta necessária para a compreensão do devir intensivo de conexão dessas muitas que habitam os sujeitos, e também coexistem nos usos do planeta, nas outras espécies e nos outros múltiplos gêneros possíveis que existiram e que possibilitam a atualização do existir.

De acordo com Nogueira (2000), a perspectiva feminista pode contribuir, tentando elucidar mecanismos psicológicos pelos quais os gêneros exercem seu controle, desafiando a tendência das Psicologia para aceitar a diferença e demonstrando como as categorias, profissionais ou culturais, são construídas. Para a autora, o gênero é tido como construção social, e não como inevitabilidade biológica.

O gênero corresponde, por conseguinte, a uma construção social através da qual são estabelecidas subjetividades, estruturando relações de poder, nesse contexto. Esses posicionamentos trazidos e conceituados por Scott (1995) têm sido associados – além dos estudos clássicos sobre homens e mulheres – por Butler (2003) aos posicionamentos *queer*, voltados à crítica das sexualidades heteronormativas e ensejando repensar conceitos de sexualidades e de gêneros, de sorte a esboçar a fluidez característica desta época.

Nessas abordagens contemporâneas, precisamos questionar sobre como se dá essa interação com a clínica, mas, além disso, como desenvolvemos ferramentas teóricas e práticas para analisar e intervir nos contextos coletivos, com base no impacto na vida social toda e na cultura. Para além da clínica, estamos mirando o corpo, sentidos e expressões.

Necessitamos, conforme Pérez (2013), revisar o conceito de diversidade sexual para uma perspectiva ampla e visibilizar que concebemos a sexualidade igualmente como um produto social referente aos aspectos erótico-amorosos de nossas vivências, muito além da genitalidade. Assim, a sexualidade abarca distintas dimensões para sua análise e definição, como a orientação sexual, de acordo com a orientação erótico-afetiva do objeto amoroso; a expressão sexual, segundo as preferências e comportamentos que adotam as pessoas. Essas dimensões não são lineares, porém, elas se sobrepõem e interatuam, de maneira a promover trocas através do tempo e nas diferentes etapas da vida (Pérez, 2013); definem-se através do debate e da luta pelo reconhecimento. Precisamos assumir uma postura que evidencie esses trânsitos nos campos conceituais entre sexualidades e gêneros.

Desse modo, para explicar o processo de invisibilidade da construção heteronormativas, Butler (2003) diferencia expressão – a qual indica uma identidade preexistente condizente ao gênero – de *performance* – concernente a um estilo que não é original, pois tem uma história que condiciona e limita suas possibilidades, e considera o estilo, o “ato”, tanto intencional como performativo (dramático e contingente do sentido). Portanto, o gênero é uma *performance* repetida com o objetivo estratégico de manter a lógica binária.

Que possibilidades temos para outros corpos e outras sexualidades vivíveis, se a lógica é da repetição binária (masculino/feminino) performática do gênero? É o “ato” que define o que

é possível às sexualidades? Podemos entender, pois, na perspectiva de Butler (2003), que atos, gestos e desejos performativos produzem efeitos nos sujeitos e na superfície do corpo, instaurando limites entre o interno e o externo desse corpo.

Nessa perspectiva, as práticas sexuais que abrem ou fecham superfícies e orifícios com significações eróticas, sejam homossexuais, sejam heterossexuais, criam possibilidades através das fronteiras do corpo para novas linhas culturais. Essas possibilidades performativas dão multiplicidade de configurações dos gêneros fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória, descritas por Preciado (2011) como multidões *queer*.

*Queer* é um conceito que emerge para a discussão das sexualidades múltiplas e recebe o tratamento de abjetas, que são negadas pelas instituições – médicas, psicológicas, jurídicas, religiosas – por não se enquadrarem em seus saberes disciplinares e regulatórios (Peres, 2012), podendo ser “[...] traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinários” (Louro, 2001, p. 546). Os corpos da multidão *queer* são, de acordo com Louro (2001), as apropriações e os desvios dos discursos da medicina anatômica e da pornografia, entre outros, que construíram o corpo normatizado e o corpo desviante moderno.

*Queer* representa o xingamento, a diferença, e surge de um grupo que se posiciona contra a normalização, estabelecendo, assim, um movimento político que assinala a diferença e não quer ser tolerado. Peres (2012) ressalta que o tratamento de abjeto coloca *queer* como não humano, monstruosidade, totalmente desprovido de direitos, a ter direitos, além de excluído do acesso à cidadania.

Nesse sentido, constitui-se menos uma questão de explicar a repressão ou expressão das minorias do que uma análise da figura hetero/homossexual como regime de poder/saber que molda a ordenação dos desejos, dos comportamentos e das instituições sociais, das relações sociais à constituição do *self* da sociedade.

*Queer* não é adjetivo: para Peres (2012), é verbo. Indica *queering*, pois se apresenta como “[...] construção humana em constante processualidade, como devires em ação, sempre múltiplo, heterogêneo e polifônico” (Peres, 2012, p. 57), evidenciando-se como uma crítica à identidade.

A diversidade sexual é o ponto de partida para as considerações sobre o Outro, é o que desloca as fronteiras identitárias e põe em movimento um processo de ensino sobre o corpo e o que é subjetivo. As produções discursivas normativas das sexualidades emergiram em função de uma convergência de discursos sobre o sexo e o corpo, no século XIX, que configuraram o

que Preciado (2011) chamou de “império sexual”. Nesse processo, considera-se que as normativas disciplinares sobre a sexualidade instauram, junto com as rupturas binárias criadas nessas produções discursivas, uma ordem que coloca os corpos em identidades pretensamente fixas. Isso corresponde às necessidades dos discursos de dar nome às coisas e determinar, sobre a gramática, categorias distintas de gênero em que o múltiplo pode ser complexo demais para ser assimilado pelas produções discursivas.

Para a autora, são dimensões culturais e independentes. Assim, na medida em que o gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, ele se torna um artifício flutuante, o que permite romper com a ideia de sistema binário de gêneros, pois eles podem assumir um caráter plural, e não se fixar em apenas dois: masculino e feminino. E, portanto, reivindicam um movimento pós-feminista e/ou *queer* (Preciado, 2011).

A partir das Epistemes feministas e dos estudos *queer*, compreendemos uma complexa relação de poder que visa à governamentalidade de corpos e desejos. Nesse intuito, constituem demandas amplas que são trazidas à Psicologia, as quais atravessam todas as áreas de atuação profissional. Os instrumentos teóricos e pessoais tidos à disposição nem sempre podem ajudar essas pessoas, vítimas de variadas formas de sofrimento, pois os saberes da Psicologia enquanto ciência não são abstratos e neutros, todavia, produtos de pessoas concretas, relacionados ao modo como estas se incluem no mundo, ou seja, são vivos, dinâmicos e construídos historicamente.

Esses discursos veiculados na formação universitária, incluídos nas práticas profissionais e, assim, nas narrativas de vida, permeados de crenças, valores e informações empíricas, constituirão as ferramentas e instrumentos para pensar sobre as condutas, os sujeitos, os comportamentos e os desejos, fazer Psicologia no âmbito da clínica, do trabalho, das políticas públicas, da escola, da família, e fundamentar pesquisas e novos saberes científicos.

Esses discursos necessitam ir ao encontro das problematizações sobre o fazer pesquisa em Psicologias, conforme aponta Barreto (2016), que destaca a urgente necessidade da tomada de posição na produção científica em Psicologias, demonstrando que os caminhos traçados na investigação indicam boas perspectivas de inovações nos fazeres dessa ciência. No entanto, essas indagações, as quais não são ingênuas, incomodam a comunidade científica, ao visibilizar outras formas de fazer ciência, menos capturadas pela objetividade e reprodução, mais conectadas às realidades sociais.

A partir do exposto, observamos que as teorias feministas têm muito a contribuir com as Psicologias, enquanto campo de pesquisa, formação e atuação, assim como no que se refere

à desconstrução de desigualdades sociais e de gêneros. Reconhecemos a importância de investigar as práticas de atuação dos profissionais de Psicologia como meio de desenvolvimento de outras potencialidades de vivências – que é o foco desta pesquisa. Apesar do aumento significativo em quantidade e aprofundamento dos estudos feministas, a Psicologia, exporta em muito de outros saberes (como as Ciências Sociais e a História) as teorias sobre gêneros e sexualidades, fazendo com que sua produção seja frágil, na Psicologia, e, em muitos aspectos, invisível às grandes escolas teóricas que perpetuam suas teorias, sem o revisionismo necessário a essa questão.

### *1.3.1 As ondas do Feminismo nas Psicologias*

Na história das Psicologias, encontramos três períodos significativos para o uso do conceito de gêneros, influenciados pelos Movimentos Feministas, os quais repercutem nas construções teóricas utilizadas atualmente. Dessa forma, Nogueira (2017) contextualiza como cada onda do feminismo impactou nas Psicologias.

O primeiro período é o pré-feminista, caracterizado pelos estudos sobre a mulher e o surgimento das Psicologias como ciência moderna, quando a figura feminina é ausente ou desvalorizada e muitos autores, em sua maioria homens, se preocupam em definir as diferenças inerentes a homens e mulheres, destacando capacidades motoras, intelectuais e morais, voltadas à fisiologia e assentadas na filosofia individualista e pretensamente isentas de valores sociais, políticos e morais (Saavedra; Nogueira, 2006).

O segundo período, o qual podemos chamar de psicologia da mulher, centra-se na afirmação da figura feminina e tem efeitos no nível do conhecimento, pois introduz questões feministas no seio da academia científica, passando a desafiar o conhecimento que se produzia e se disseminava sobre a mulher. Esse período surge em meados dos anos 1970, com a produção de muitos trabalhos científicos que sugeriam as distorções masculinas no exercício da ciência e, assim, as feministas reivindicavam lugares que tinham sido negados às mulheres e a necessidade de visibilidade de uma existência social e política (Saavedra; Nogueira, 2006).

Entre o segundo e o terceiro período, observa-se uma crítica importante do Movimento Feminista Negro dos países, principalmente do Sul, para o feminismo, que resulta na construção da teoria das interseccionalidades. Essa teoria (e seu método), que produz saberes sobre o gênero e outras formas de opressão e privilégios, busca dar respostas às questões de diversidade

dentro do grupo de mulheres. A teoria das interseccionalidades influencia e amplia as questões feministas de terceira onda (Nogueira, 2017).

E, no terceiro período, a Psicologia feminista foca na importância da mudança social, para o significado da diferença e como estas são construídas por homens e mulheres em seus cotidianos. Assim, a partir dos anos 1990, o gênero passa a ser concebido como um conjunto de princípios que organizam as relações entre homens e mulheres, num determinado contexto cultural e social; ou princípio de organização social, que estrutura relações de poder entre os sexos; ou *performances* através das quais homens e mulheres se posicionam e constroem suas subjetividades (Saavedra; Nogueira, 2006).

Segundo Rago (2006), o feminismo contemporâneo assume uma luta para tornar mais móveis, fluidos e transformáveis os meios pelos quais o sujeito feminino é produzido e representado, de sorte a mobilizar e a transformar a posição das mulheres, o alinhamento das forças que constituem identidade, a posição e a estratificação que se estabiliza como um lugar e uma identidade.

Não podemos deixar de considerar que o movimento das mulheres, ao focar os problemas de gêneros, em termos de relações de poder, auxiliado pelo movimento de *gays* e lésbicas, possibilita uma ampla discussão sobre gêneros e sexualidades, construindo parâmetros para nosso debate contemporâneo.

## 2 APRESENTANDO PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS INTERCESSORES DA PESQUISA

A operacionalização da pesquisa se deu no encontro com colaboradoras e colaboradores oriundos de diversos territórios geográficos e de atuação na Psicologia. Obviamente, no contexto de intercessores, também contemplamos os Estudos Feministas, Estudos Culturais, Estudos *Queer*, Estudos de Gêneros, Filosofia da Diferença, entre outros saberes sobre as Psicologias. Desde o início do planejamento da investigação, tentávamos encontrar meios para alcançar profissionais que estavam mais distantes ou pertencentes a outros núcleos formativos e territoriais, de forma a realizar entrevistas que contribuíssem com as narrativas das práticas profissionais.

Desenvolvemos, portanto, um questionário que ensejaria divulgar para um quantitativo significativo de profissionais e ter um conjunto de informações que nos permitisse selecionar pessoas para a entrevista, as quais tivessem contato com as demandas de gêneros e sexualidades e exercessem práticas de intervenção psicológica diante dessa temática, para além da nossa rede social profissional. Esse questionário, num primeiro momento, não seria objeto de nossas análises de pesquisa.

Tradicionalmente, o questionário é uma ferramenta de pesquisa muito versátil. Sua aparente simplicidade fornece dados de boa qualidade (Breakwell *et al.*, 2010), desde que os objetivos sejam bem delimitados pelo pesquisador. Como mencionamos, nosso objetivo, ao desenvolver o questionário, era conhecer profissionais, através da exploração de informações sobre formação, áreas de atuação na Psicologia, abordagens teóricas, demandas de atuação e os elementos que consideravam facilitadores ou dificultadores, no contexto de sua prática profissional.

No decorrer do processo de investigar, percebemos que o nosso instrumento questionário, do modo como foi constituído, estava se compondo por outros movimentos, se relacionando com as colaboradoras e os colaboradores e servindo a outros propósitos que não dimensionáramos previamente.

O questionário foi pensado inicialmente como um instrumento objetivo, mas, quando o submetemos a um grupo-teste, com cerca de onze profissionais de Psicologia, com diversos níveis de titulação, tempo de experiência, áreas de atuação profissional, começaram a surgir problematizações sobre a temática. Levantou-se a problemática de alguns profissionais se afastarem ou se negarem a responder, por não compreender certos termos, como cisgênero ou

pansexual, porém, que isso seria solucionado se explicássemos brevemente todos os termos que usamos. Essas sugestões foram aceitas, mesmo que com o risco de acabar reduzindo alguns conceitos ou complexidades temáticas, nessa tentativa de breve explicação.

Incorporamos, ainda, sugestões de demandas para gênero e também para sexualidade, de perguntas que poderiam ser apresentadas de modo mais compreensível, de outras questões que poderiam remeter a um mesmo conjunto de respostas, sendo possível a união delas. Incluímos uma questão extra, para comentários adicionais sobre as próprias experiências e/ou contribuições com a pesquisa.

Particularmente, a última questão, inserida por sugestão de uma colaboradora, se tornou importante ferramenta de comunicação com as pessoas que cooperaram com a pesquisa. Apropriamo-nos de algumas sugestões das primeiras pessoas que responderam, uma ampliação dos modos de ver, decorrentes de outros espaços da Psicologia.

Intencionamos, na construção do questionário, possibilitar uma amplitude de discursos. Por isso, muitas questões são abertas. Também inserimos em diversas questões discursos outros, os quais não são produzidos pela ciência, mas permeiam as narrativas que, muitas vezes, são difundidas como Psicologias ou habitam o senso comum.

O questionário foi acontecendo como um modo de pesquisa-intervenção, na medida em que se tornou um exercício micropolítico, pensando as relações de poder entre parceiras e parceiros, na própria investigação, mas não apenas isso, haja vista que assegura condições de um trabalho de participação e interferência coletiva, porque suas contribuições não são lidas como dados, todavia, como meio de transformação.

Aguiar e Rocha (2007, p. 650) apresentam o conceito de pesquisa-intervenção “[...] como investigação participativa que busca a interferência coletiva na produção de micropolíticas de transformação social”. O instrumento elaborado, nessa perspectiva, construído a várias mãos, pode ser contemplado no Apêndice A.

Ao explicitar a ideia de transformar para conhecer, nós nos deparamos com situações que demonstram essa abertura, como a participante que se dignou acrescentar uma explicação complexa sobre a bissexualidade, contestando a que tínhamos apresentado. As/os que compartilharam suas frustrações com a formação e os materiais teóricos disponíveis. As/os que manifestaram a relevância da pesquisa na atual conjuntura político-cultural do país, entre outras e outros.

Notadamente, chamou-nos atenção a ação rizomática que foi se estabelecendo, como a participante que assim se manifesta: “*Gostaria do acesso ao seu referencial teórico para ter*

*elaborado as alternativas das respostas*”. Ou outra, que pede para entrarmos em contato pessoalmente e, nesse contato, nos convida para ministrar um módulo de pós-graduação sobre gênero e diversidade.

O que está se mostrando é o permanente movimento de questionamento e problematizações a um pensamento-acontecimento, o qual tensiona saberes, suas exigências de aquisição, de transmissão e de resposta (Aguiar; Rocha, 2007). Esse processo ocorreu de forma oficial, através do registro no questionário, mas também nas vias informais, nas conexões que fizemos entre profissionais, no cotidiano, e que fizeram falar.

Alguns comentaram sobre como a escolha pedagógica de explicar os termos, no questionário, lhes serviu para elucidar dúvidas e inquietações, estabelecer uma relação entre elementos que ainda não tinham compreendido, diante das sutis diferenças entre gênero, sexualidade e orientação sexual, bem como a diversidade de maneiras como essa problemática se configura como demandas às Psicologias.

Outros manifestaram o quanto desconheciam sobre o tema e, muitas vezes, trataram essas questões de forma transversal e que ressignificam, após o encontro com esse instrumento, como negligência, a qual se dava principalmente por desconhecimento. E se propuseram estudar gênero e sexualidade, a partir do reconhecimento sobre o quanto eram presentes, em suas demandas cotidianas. Aprofundaremos essas questões adiante. Por ora, é conveniente expô-las, para dar a devida dimensão do uso do instrumento de pesquisa.

Contudo, nossas colaboradoras e nossos colaboradores também são observantes ativos, frisa Maraschin (2004). Assim, a autoria não é somente produção subjetiva do pesquisador, contudo, também dos sujeitos pesquisados. Fomos nos dando conta de que o ato de perguntar indaga também sobre os modos de viver, de existir, de sentir, de pensar e de fazer Psicologia.

Essa visibilidade sobre as redes e conexões que colocamos em movimento assume um caráter diagnóstico sobre a necessidade de abertura do debate de gêneros e sexualidades nas Psicologias, principalmente sobre as práticas de atuação profissional. Estas denunciam como alguns desses profissionais, os quais estariam na linha de frente contra as violências de gêneros e sexualidades, revelam dificuldades em reconhecê-las e, a partir disso, podemos supor que o acolhimento e a intervenção também são prejudicados.

Diante disso, essas colaborações, as quais emergem de diversas fontes e se conectam por rizomas possíveis, rompendo o instituído sobre a pesquisa, assumem uma intensidade que não nos permite mantê-las efêmeras, nem negar suas forças. Implicam-nos, no fazer pesquisa sob outras perspectivas, mas não dissonantes dos propósitos que assumimos:

Portanto, o implicar-se do intelectual-pesquisador não se refere apenas à politização de demandas e encargos, pesquisando-interpretando as condições de sua produção social, mas exige que nos instalemos nessas condições, num engendramento sempre presente, e façamos da própria investigação-formação matéria de intervenção (Aguiar; Rocha, 2007, p. 657).

É uma implicação política e um posicionamento ético, que adotamos com relação aos processos múltiplos que possibilitaram a constituição de redes de conversação, os quais foram se transformando, ou não, em função das conexões e encontros com o fazer pesquisa, criando experiências e narrativas singulares.

## **2.1 Resultados obtidos com os questionários para a revisão do método de pesquisa**

Com o questionário elaborado, entramos em contato com o Conselho Regional de Psicologia (CRP) dos estados de São Paulo e Paraná. As perspectivas iniciais eram de incluir também São Paulo, mas não tivemos forças para vencer a burocracia do CRP. Dessa maneira, optamos por nos manter nas regiões do Paraná. Disparamos o instrumento, com auxílio do CRP, de modo *on-line*, para os diversos profissionais de Psicologia registrados no sistema, além de incentivarmos, através das redes sociais.

Obtivemos um total de 106 questionários respondidos, os quais analisaremos, ao longo do texto. Por ser divulgado na Internet, alguns participantes de outras regiões tiveram acesso e sentiram-se pertencentes ao processo de pesquisa. Não os excluimos. Consideramos essas fronteiras que extrapolam as linhas que dividem os lugares e passam a ser compostas, de forma afetiva.

As respostas enviadas por esses profissionais forneceram informações importantes e, até então, não catalogadas nas pesquisas sobre gêneros e sexualidades, as quais tendem a priorizar análises qualitativas.

Assim, decidimos, por força advinda dessas informações, que rompem os planejamentos da pesquisa, incluir as análises no presente capítulo, com a difícil tarefa de conciliar em nosso trabalho, até então qualitativo, esses dados quantitativos, sobretudo no tocante a conferir objetividade a um processo que não foi delineado para corresponder às características de pesquisa quantitativa, descritas por Sampieri (2013, p. 30): “[...] o enfoque quantitativo utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer os padrões e comprovar teorias”. Enfatizamos ainda que geralmente é um

método preocupado com a relação causa e efeito e as variáveis envolvidas, de sorte que algumas instabilidades podem ser percebidas, na apresentação dos dados, em função dessa origem menos rigorosa para a elaboração do questionário.

Com isso, esta tese passa a se constituir a partir de um enfoque de pesquisa misto, em parte quantitativo e em parte qualitativo, o qual será focalizado nos próximos capítulos. Vamos nos concentrar no que ambos permitem explorar, nesse campo da pesquisa, no emprego de processos cuidadosos, metódicos e empíricos, para gerar conhecimento, conforme explicitado por Sampieri (2013):

1. Realizam a observação e a avaliação dos fenômenos.
2. Criam suposições ou ideias como consequência da observação e da avaliação realizadas.
3. Demonstram o quanto as suposições ou as ideias têm fundamentos.
4. Revisam as suas suposições ou ideias se baseando nas provas ou nas análises.
5. Propõe novas observações e avaliações para esclarecer, modificar e fundamentar as suposições ou ideias ou até para gerar outras (Sampieri, 2013, p. 30).

Desse modo, estamos cientes de que, embora ambos os enfoques compartilhem essas estratégias gerais, cada uma possui as suas próprias características, e vamos respeitá-las, dentro desses recortes já mencionados.

## **2.2 Apresentando psicólogas e psicólogos intercessores**

O campo a ser analisado é construído por um fazer profissional, que tem implicações diretas em como as Psicologias produzem discursos sobre a vida das pessoas, seus modos de viver, suas sexualidades, seus gêneros, mas, além disso, sobre como esses discursos são performatizados na sua prática profissional, agenciando saberes e teorias ao cotidiano desses enfrentamentos. Entretanto, não se reduz a isso: também tratam das vidas vividas por esses profissionais.

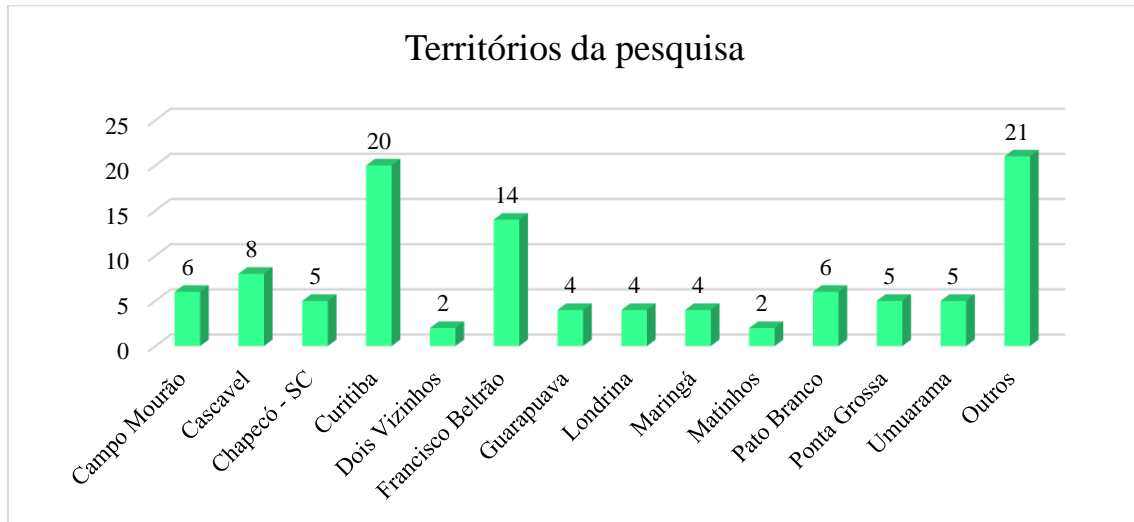
Primeiro, vamos enfocar os territórios habitados por esses profissionais, na expectativa de construir uma narrativa de diferentes lugares<sup>9</sup>, dos e das profissionais que se dedicam ao estudo do tema, aos que nem o percebem, em suas práticas cotidianas. De profissionais com

---

<sup>9</sup> Não se tem a intenção de generalizações sobre essas experiências, todavia, destacar os atravessamentos nos discursos sobre as práticas desenvolvidas em diferentes áreas e perspectivas teóricas.

pouco tempo de formação aos que atuam há muitos anos. Dos que têm muitas histórias para contar, de suas experiências, àqueles que silenciam e usam esse silêncio como um modo de dizer muito sobre sua formação e atuação profissional.

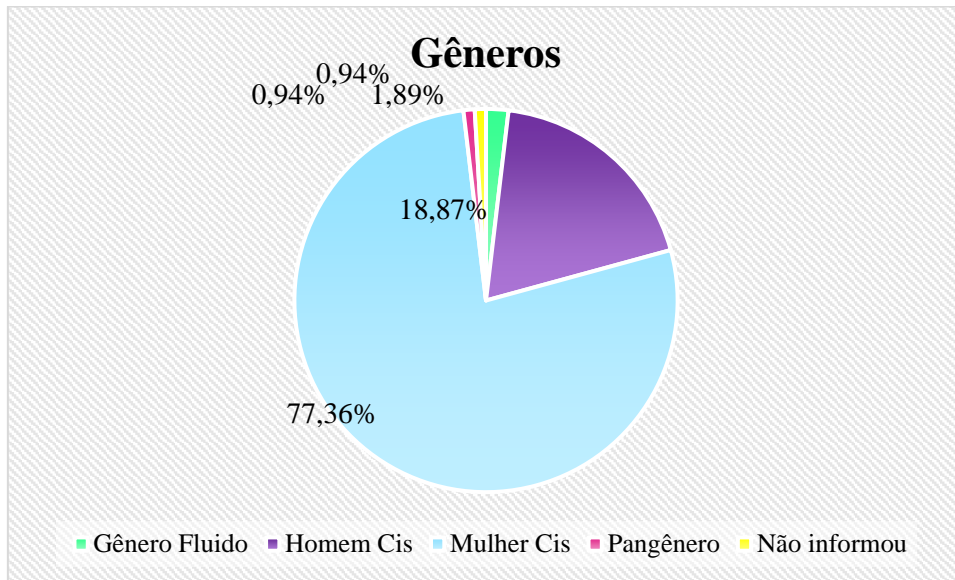
**Gráfico 1** – Territórios da pesquisa



Fonte: Autora

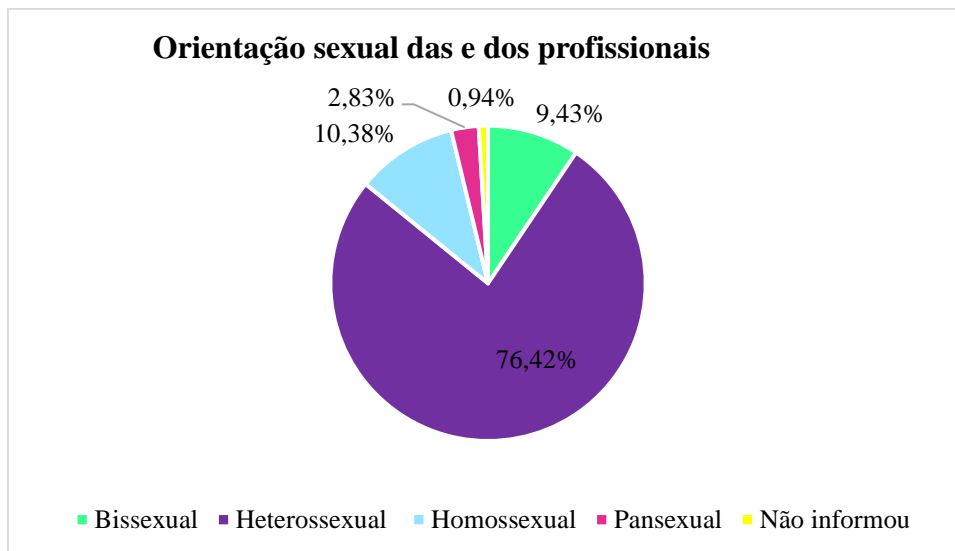
**Outros:** As cidades contempladas em Outros são citadas apenas uma vez: Adamantina, Assis, Campo Largo, Chopinzinho, Cruzeiro do Oeste, Descanso, Guarulhos, Indianópolis, Iporã, Irati, Lapa, Marmeleiro, Nova Esperança, Palma Sola, Presidente Castelo Branco, Renascença, Ribeirão Preto, São Paulo, Telêmaco Borba, Toledo e Vitorino.

O perfil das psicólogas e psicólogos a respeito de gêneros e orientação sexual contribui para o entendimento do lugar de fala dessas e desses colaboradores, apresentado no Gráfico 2 e no Gráfico 3, evidenciando-se que 79% das respondentes da pesquisa são mulheres cis, com orientação sexual predominantemente heterossexual. Homens cis representam 18%, também com significativa predominância heterossexual, enquanto se somam 3% de outros gêneros. Em 2013, o Conselho Federal de Psicologia publicou os resultados da pesquisa que realizou, nos cadastros profissionais, tendo constatado que 89% da categoria são mulheres e 11% são homens; frise-se que o estudo não considerava outros marcadores de gênero ou orientação sexual.

**Gráfico 2 – Gêneros das e dos profissionais**

Fonte: Autora.

Legenda: Gênero Fluido - que flui entre os gêneros masculino, neutro e feminino, conforme se sinta em cada dia e em cada momento. Mulher Cis - que tem o sexo de nascimento conectado com o gênero feminino. Homem Cis - que tem o sexo de nascimento conectado com o gênero masculino. Pangênero - que possui uma identidade de gênero não normativa e adota papéis sociais em diversos gêneros, na sua própria construção, podendo identificar-se tanto com o feminino quanto com o masculino, de forma alternada ou simultânea e até mesmo com nenhum dos dois.

**Gráfico 3 – Orientação sexual das e dos profissionais**

Fonte: Autora

Legenda: Bissexual – relaciona-se com mais de um gênero. Heterossexual – relaciona-se com indivíduo do sexo oposto. Homossexual – relaciona-se com indivíduo do mesmo sexo. Pansexual – relaciona-se com todos os gêneros sexuais, homem, mulher, trans etc.

E que outras questões podem surgir, quando mencionamos que, nessa pesquisa divulgada, como *Quem é a psicóloga brasileira?* (2013), 67% das entrevistadas se declararam

brancas, 25% se declararam pardas, 3% pretas e amarelas e apenas 1% indígenas. Podemos perceber que a grande maioria das psicólogas são mulheres, brancas e heterossexuais. Esses dados se associam diretamente com o cenário de desigualdade, no Brasil, a dificuldade de acesso e a permanência nas universidades. Devemos perguntar: em um país sexista e machista, como o Brasil ainda é, o que nos conta o fato de a maioria das Psicólogas serem mulheres? Quais os engendramentos do gênero das e dos profissionais, nas práticas de atuação das Psicologias? Quais as possibilidades para se constituir Psicologias interseccionais?

As Psicologias, desde seu surgimento, no Brasil, têm se configurado como uma profissão feminina. Como analisou Rosemberg (1984), até os anos 1980, a Psicologia se mostrava uma profissão interessante para as mulheres, porque sua generalidade permitia adaptação ao mercado de trabalho, assim como a possibilidade de conciliar com o trabalho doméstico e a criação dos filhos, tendo em vista as facilidades de adaptar a agenda aos horários da família. Ainda assim, cerca de 1/3 das profissionais não desempenhavam trabalhos na área.

Os estudos feministas, como os de Rosemberg (1984), apontam para o sexismo e como ele se infiltra a educação e nas profissões, considerando que, nessas condições sociais, a escolha de uma profissão feminina é também uma estratégia de sobrevivência. E se registram, já nessa época, feministas que adentraram a profissão e começaram a trilhar outros caminhos de enfrentamento das desigualdades de gênero (Müller; Longhini, 2013).

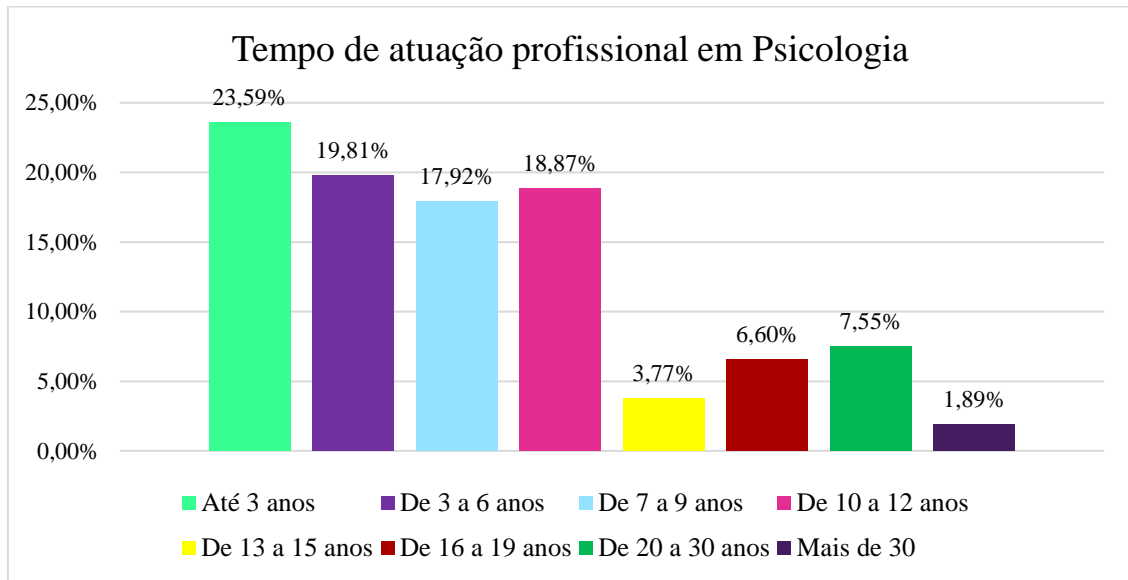
Essas características do perfil das profissionais também tecem as Psicologias, o que nos permite compreender a timidez e a acomodação sociais. Segundo Bock (2003), esse perfil sexista das Psicologias e os compromissos que assumem têm a mesma origem social, dada a pouca história de luta das mulheres, em nossa sociedade.

Devemos levar em conta ainda, de acordo com os dados da pesquisa *Quem são as psicólogas brasileiras?* (2013), que as profissionais de Psicologia enfrentam problemas semelhantes aos relatados na literatura sobre a desigualdade entre os sexos, no trabalho, e também na remuneração (homens psicólogos tendem a ganhar mais por menos horas de trabalho); tendem a assumir os cuidados com os filhos e do trabalho doméstico, assim como contam com outras mulheres para fazer frente a essas demandas (empregadas domésticas). As profissionais de Psicologia atendem mulheres em situações semelhantes às suas.

A questão das mulheres nas Psicologias deve resgatar a perspectiva das identidades e sua posição, na cena contemporânea, na medida em que os processos de subjetivação femininos e os desafios que são lançados no exercício profissional são postos em análise:

Sabemos que mudanças sociodemográficas ocorridas a partir da década de 1950/1960 têm sido fundamentais para as transformações nos padrões culturais e nos valores relativos a tais modos de subjetivação. São elas: as transformações provocadas pelos movimentos feministas, a saída da mulher do privado para o público, sua alçada de mulher-mãe à mulher-sujeito, a crise da forma burguesa da família nuclear, monogâmica e heterossexual, a separação da sexualidade da reprodução, uma política de visibilidade da homossexualidade e, ainda mais recentemente, as modificações corporais e nominais realizadas por transgêneros, transexuais e intersexuais [...] são horizontes de possibilidades que não podemos perder de vista. Além dessas, a queda da taxa de fecundidade, a redução do tamanho das famílias, a maior expectativa de vida para as mulheres em relação aos homens, a feminização da velhice, além do acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres compõem o rol de mudanças que podem ser pensadas, ao mesmo tempo, como causas e como efeitos das mudanças culturais cujo impacto sobre as relações sociais ainda não é possível estimar em toda sua amplitude e intensidade (Müller; Longhini, 2013, p. 55).

As mudanças no perfil sociodemográficos e as problematizações feministas sobre a construção sociossexual da cultura e dos padrões de verdade contribuem para a compreensão do que se evidencia para as Psicologias, mas igualmente para outros aspectos, como a ocupação das mulheres em lugares de poder, no uso da tecnologia ou em certos padrões produtivos que excluía a participação das mulheres. Essas reflexões, pautadas nas diretrizes feministas sobre a natureza da objetividade, o acesso desigual ao conhecimento segundo os sexos e a construção social e sexual da natureza e da cultura, nos permitem visualizar algumas mudanças.

**Gráfico 4 – Tempo de atuação profissional em Psicologia**

Fonte: Autora

Nos últimos anos, houve um crescimento expansivo dos cursos de formação em Psicologia, o que faz com que o perfil de profissionais no mercado de trabalho seja mais jovem e com menos anos de formação. Podemos observar, no Gráfico 4, como são contrastantes os últimos 12 anos, concentrando nesse período a maioria dos e das profissionais de Psicologia em atuação.

Tal mudança, com relação à procura por uma profissão que ofereça acesso ao mercado de trabalho, em condições dignas, leva as e os profissionais a avançarem em seus estudos. Em mais que uma questão levantada, ficou clara a preocupação dessa classe profissional com a atualização de seus estudos, seja pelas vias próprias de autoestudo, seja na busca de outras diplomações.

Registramos, no Quadro 1, o perfil de instrução formal de nossas e nossos participantes. Nessa questão, particularmente, interessava-nos saber não só qual o nível de instrução, mas também quantas formações as psicólogas e os psicólogos andavam fazendo. No entanto, nem todas e todos corresponderam à nossa proposta, ao assinalar suas respostas. Ainda assim, para efeito de compreensão sobre o perfil profissional, os dados continuam sendo interessantes, por isso a escolha de reuni-los aqui, em números absolutos.

Um dado que nos chama a atenção é que 80 pessoas responderam ter graduação em Psicologia. Entretanto, o critério para responder ao questionário era ser psicóloga ou psicólogo. Desse modo, conforme observado na análise individual dos questionários, muitos profissionais

apenas informaram a sua titulação última, entre os quais identificamos, em análise individual dos questionários, ter ocorrido com 31 profissionais respondentes.

**Quadro 1** – Formação das psicólogas e psicólogos

Titulação	Profissionais
Graduação em Psicologia	80
Outras graduações	8
Aperfeiçoamento	26
Dois ou mais aperfeiçoamentos	17
Especialização em andamento	7
Especialização	31
Duas especializações	31
Três ou mais especializações	11
Mestrado em andamento	18
Mestrado	35
Doutorado em andamento	8
Doutorado	4
Pós-Doutorado	1

Fonte: Autora

Outro dado interessante é que a maioria das e dos profissionais seguem estudando. Apenas cinco profissionais informaram como titulação a Graduação em Psicologia, e todas e todos estão entre até três anos de formados, ou seja, possivelmente, a formação era recente, na data em que responderam ao questionário.

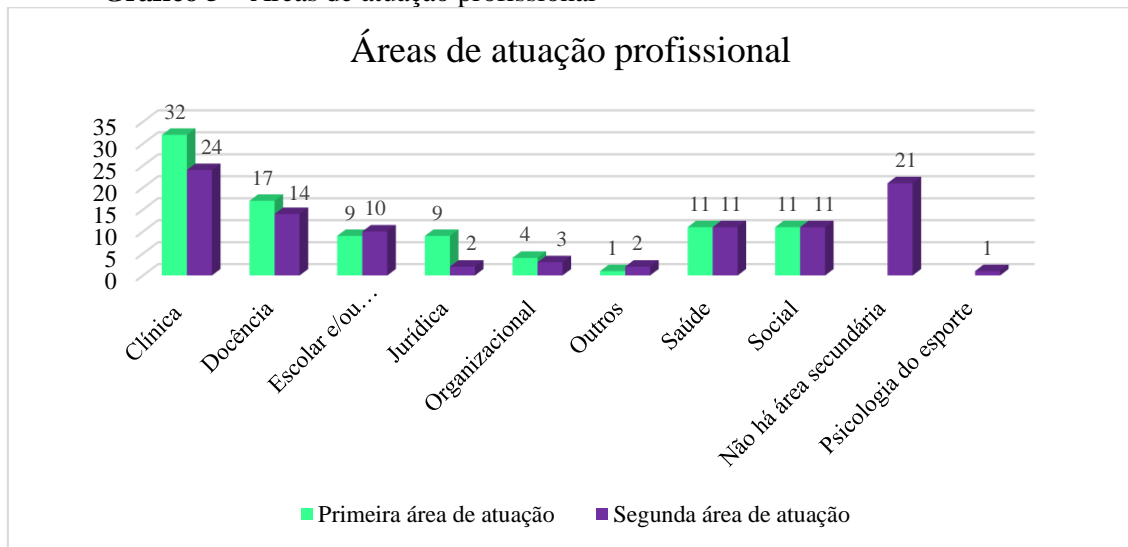
A nossa amostra demonstra ter maior nível de formação que o indicado na pesquisa divulgada pelo Conselho Federal de Psicologia sobre a formação complementar em nível nacional, na qual

[...] 45% das psicólogas da amostra possuem um título de especialista. Quando se trata dos títulos de mestre, 7% das entrevistadas o possuem. 26% das psicólogas cursaram nos últimos dois anos ou estão cursando atualmente uma especialização, 3% um mestrado e 1% estão em um programa de doutorado (Lhullier, 2003, p. 33).

Das pessoas que colaboraram com nossa pesquisa, encontramos 87,74% delas com algum título de especialista. Entre estes, 50% estão cursando ou já concluíram o Mestrado, enquanto 9,43% estão cursando ou já concluíram o Doutorado. Informações bem acima da média nacional. Esses índices nos fazem questionar: as e os profissionais do Paraná têm uma condição mais favorável a continuar os estudos? Ou se, em correlação com o tempo de formação e a expansão dos cursos de Psicologia, estaria essa classe profissional estudando mais?

Já sob outra perspectiva, poderíamos pensar que o interesse por esse tipo de estudo – como o apontado nesta investigação, e que se deu por adesão voluntária – ocorre na medida em que as pessoas avançam em suas formações e compreensões sobre a complexidade da formação humana. Esse dado está particularmente implicado no fato de muitos dos nossos profissionais estarem atuando na docência, conforme Gráfico 5. Para compor esse gráfico, observamos que a maioria profissional se utiliza de mais de um emprego, para sua subsistência, por isso, área de atuação primeira e segunda.

**Gráfico 5 – Áreas de atuação profissional**



Fonte: Autora

Os espaços de atuação na Psicologia compõem uma trama discursiva e, com ela, entre as outras questões que usamos, os agenciamentos para pensarmos as experiências, nossos aspectos mais subjetivos, das memórias e atribuições de significados e ação no mundo que criamos para nossas vidas. As experiências narradas estão atravessadas por discursos que não são, mas estão contidos na narrativa, que é poderosa no campo de criar conexões e borrar fronteiras.

### 2.3 Da formação em Psicologia às experiências profissionais

A formação é tomada como um importante fator do desenvolvimento profissional, pois as perspectivas consideradas válidas pelas Psicologias são engendradas por ela, do mesmo modo que as práticas profissionais, uma vez que passam a compor as formações discursivas das Psicologias. Através desse saber desenvolvido dentro das academias, podemos propor uma

visão crítica, a qual expanda as fronteiras tidas como válidas para esse saber e, principalmente, avance para uma sociedade mais inclusiva e democrática sobre os modos de vidas, sexualidades e gêneros.

Destacamos que gêneros e sexualidades são conceitos inter-relacionados, de difícil delimitação, e que não os compreendemos como esferas separadas. No entanto, por questões de organização e para priorizar a queixa dos clientes – e não o processo decorrente da análise dessas queixas –, nós os apresentamos como elementos distintos. Ainda nesse ensejo, arrolamos algumas alternativas no questionário, as quais vão de encontro com saberes do senso comum, contemplando, em nossas hipóteses, que alguns profissionais poderiam não ter acessado essa discussão.

Mas, como propor fronteiras outras, se nos deparamos com um cenário no qual 51,89% das pessoas colaboradoras dizem não ter acesso às disciplinas que discutem gêneros e sexualidades, em suas graduações? Com efeito, somente 48,11% tiveram esse tipo de disciplina, em suas graduações. A disciplina, incluída na grade curricular obrigatória, é um importante espaço para a formação. Contudo, esse número, em parâmetros gerais, pode ser ainda maior, pois nas redes formativas das e dos profissionais que tiveram contato com essas disciplinas muitos estão vinculados a universidades que possibilitam esse espaço de discussão, como a Unipar e a Unicentro<sup>10</sup>.

Mesmo assim, há possibilidade de as universidades terem oferecido formações na área, através de congressos, projetos de extensão, grupos de pesquisa, fóruns e demais eventos, criando meios de inserir gêneros e sexualidades na formação profissional de psicólogas e psicólogos. Contudo, 58,49% das pessoas que participaram da nossa pesquisa não tiveram acesso por essas vias de discussão, ao passo que, dos 41,51% que tiveram, a maioria era pertencente a universidades que também ofertavam a disciplina de gênero e/ou sexualidade, o que demonstra o interesse amplo de algumas instituições sobre essa temática e o desmazelo de outras, principalmente ao constatarmos que 38,68% das pessoas desta investigação não tiveram nenhuma experiência formativa na área de gêneros e sexualidades, no decorrer de suas graduações em Psicologia.

A formação é um espaço necessário para iniciar essas discussões, pois, na amplitude que as demandas de gêneros e sexualidades assumem, em nossas práticas profissionais, a não

---

<sup>10</sup> Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná).

inclusão desse debate, de maneira formal, nas Universidades, pode ser sintoma de um projeto de invisibilidade dentro da ordem do dispositivo da sexualidade.

Contrasta ainda mais, quando 97,17% das colaboradoras e dos colaboradores mencionam receber demandas de gênero, em suas atividades profissionais, e, das três pessoas que disseram não receber, na sequência, identificaram demandas de gênero que ocorrem em suas práticas profissionais, ou seja, todas e todos, 100% das e dos profissionais, encontram em suas práticas cotidianas essas demandas. Destes, 49,06% relatam ter dificuldades no atendimento das demandas de gêneros.

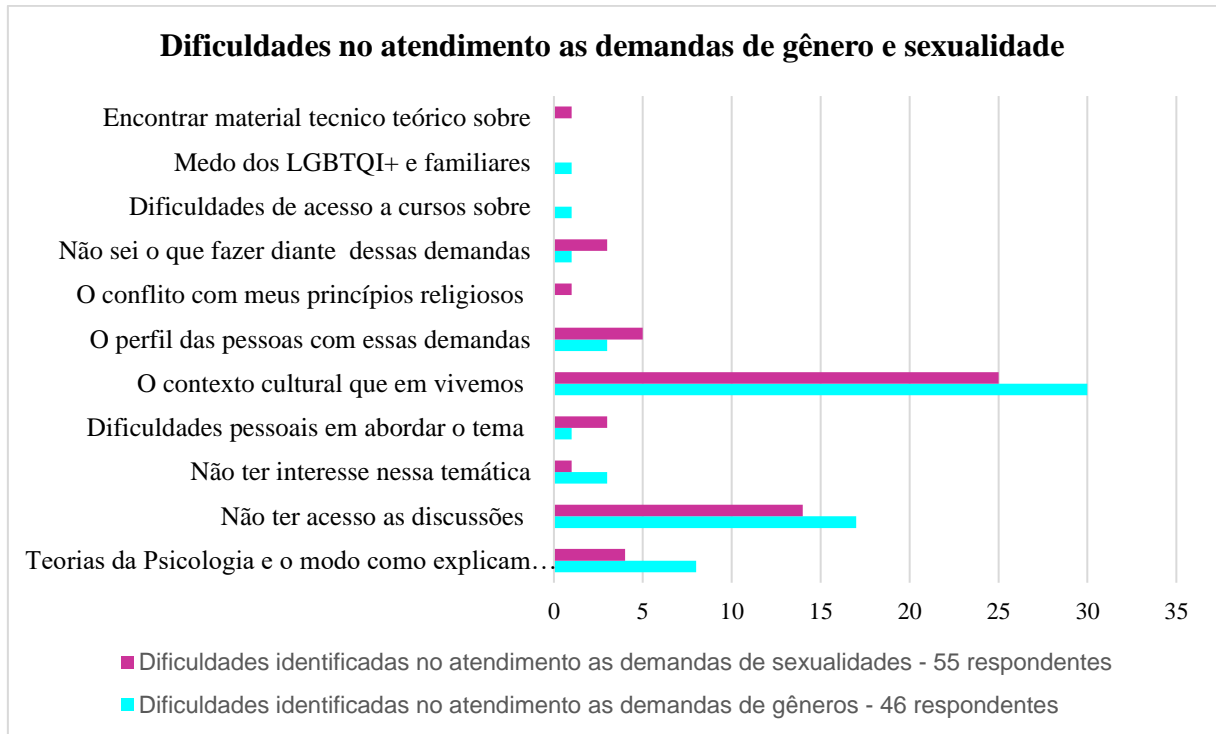
Diante das demandas de sexualidades, 88,68% das pessoas que colaboraram mencionaram que tais demandas faziam parte de suas intervenções. Porém, das 10 pessoas que disseram não receber, que corresponde a 9,43% das e dos participantes, seis delas, na sequência, identificaram demandas de sexualidade. Dessa maneira, podemos dizer que apenas 3,78% dos profissionais não trabalham com questões relacionadas à sexualidade. Duas pessoas não responderam, o que corresponde a 1,89% dos participantes. Destes, 41,51% declararam ter dificuldades no atendimento dessas demandas.

Há uma deficiência na formação de psicólogas e psicólogos, a qual tem consequências diretas nas vidas humanas, já que Pecoraro e Guimarães (2017) visibilizam a ausência do debate, dentro dos territórios de formação, seja pelas diretrizes do Ministério da Educação, seja pelos currículos que se materializam nas faculdades de Psicologia. Ora, no campo das atuações profissionais, isso implica várias normativas e regulamentações, por parte dos Conselhos Federais e Regionais de Psicologia, acompanhados de processos éticos direcionados aos profissionais individualmente, e, quanto a este último, não temos acesso a seus dados.

Precisamos problematizar a inserção dessas práticas discursivas nas instituições formadoras, mas ir além, problematizando as atuações decorrentes desses processos formadores deficitários, os quais se esforçam em projetos de uma Psicologia pretensamente neutra, diríamos cega, incapaz da visão ou de perceber o que de fato se constitui em suas práticas perversas.

Conforme observamos, no Gráfico 6, as dificuldades, tanto para o atendimento das demandas gêneros quanto para as demandas de sexualidades, estão concentradas prioritariamente em três fatores: (1) o contexto cultural em que vivemos; (2) não ter acesso a essas discussões, durante a formação; e, por fim, (3) as teorias das Psicologias e o modo como explicam a constituição subjetiva sobre gêneros e sexualidades.

**Gráfico 6** – Dificuldades apresentadas no atendimento às demandas de gêneros e sexualidades



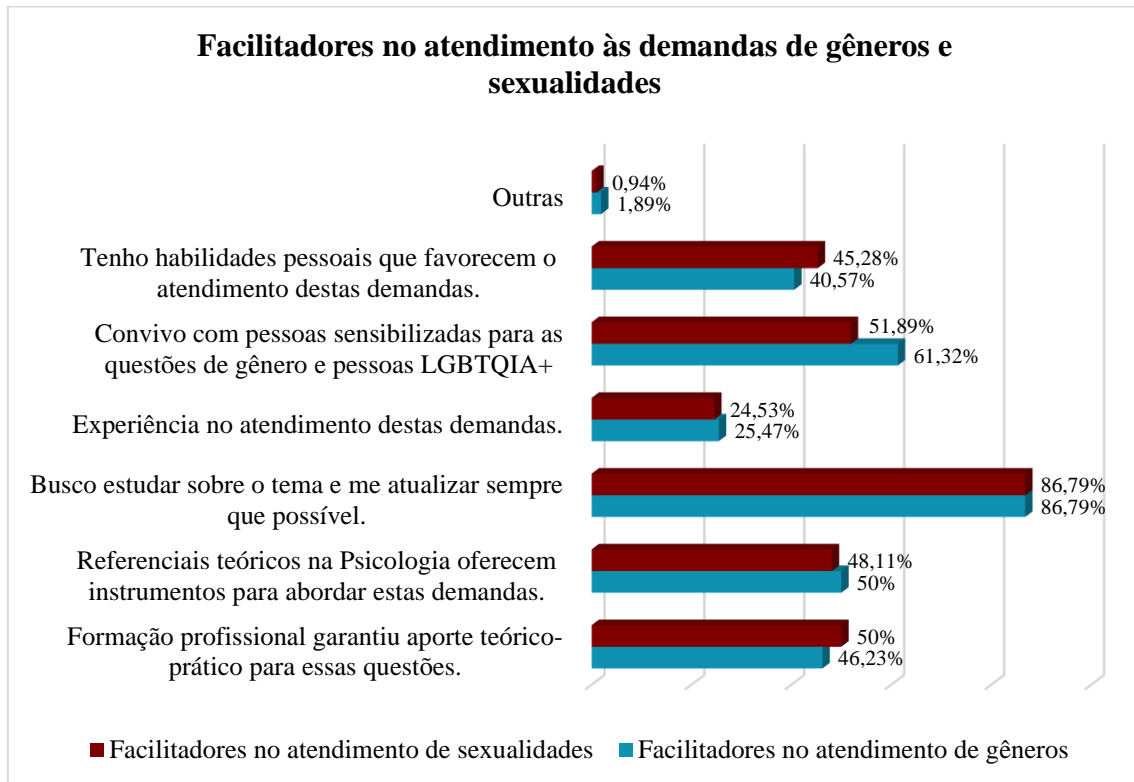
Fonte: Autora

Observação: Neste Gráfico 6, optamos por apresentar números absolutos, considerando que cada participante poderia marcar mais que uma dificuldade.

A ausência de respostas significativas acerca dos demais pontos parece significar algo necessário de ser dito: a percepção das psicólogas e psicólogos não está voltada para questões específicas sobre indivíduos, muito menos parece indicar um conflito com seus posicionamentos religiosos, como alguns profissionais da Psicologia conservadora querem fazer crer, todavia, a percepção dos processos culturais e próprios da Psicologia que se desenvolvem no contexto social.

Precisamos aprofundar mais as questões relacionadas ao contexto cultural e às teorias da Psicologia e ao modo como explicam. Porém, neste ponto, gostaríamos de inserir o que se compreende por facilitadores, no atendimento dessas demandas. Cabe observar que as e os profissionais poderiam marcar até quatro alternativas, conforme julgassem adequado.

O que já apresentamos aqui é sobre como as psicólogas e os psicólogos acham necessário manter-se estudando, haja vista os índices altos de formação complementar. Na verdade, esses profissionais apontam o estudo como o maior facilitador, tanto no atendimento das demandas de gêneros quanto de sexualidades, somando 86,79% para ambas.

**Gráfico 7** – Facilitadores no atendimento às demandas de gêneros e sexualidades.

Fonte: Autora

Outras: Todas as alternativas apresentadas no item “outras” aludem à formação.

Em seguida, também para ambas as demandas, foi identificada a convivência com pessoas sensibilizadas ou mesmo pessoas que se identificam como LGBTQIA+, sendo que, nas demandas de sexualidade, para 51,89% das pessoas entrevistadas a convivência é percebida como meio para facilitar o acolhimento, sendo ainda maior, para as questões de gênero, quando apontam para 61,32% das respostas.

Os referenciais teóricos na Psicologia que oferecem instrumentos para abordar as demandas de gênero e sexualidade, assim como a formação profissional (Graduação, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado, cursos, congressos...), como garantia de aporte teórico-prático para essas questões, ficam respectivamente como o terceiro e quarto apontamentos mais indicados, sem apresentar variações significativas entre as indicações.

Deixaremos para analisar adiante a indicação das demandas mais recebidas nos diversos locais de atuação dessa classe profissional, quando tratarmos da atuação profissional. Para o momento, gostaríamos de atentar para as práticas discursivas como uma perspectiva de intervenção no mundo, que contemplam algum poder de representação, como um retrato sempre parcial de um tempo e espaço.

Dentre os muitos espaços e muitas instituições em que podemos observar as marcas de distinção e desigualdades, a linguagem é o campo mais eficaz e persistente, porque ela atravessa nossas práticas e nos parece, quase sempre, muito natural (Louro, 2003). A linguagem é uma forma de prática social que incorpora e sustenta valores, uma vez que possibilita uma performatividade, inclusive aqueles que estipulam o “ser” masculino ou feminina, numa cultura.

Para as e os pós-estruturalistas, as definições discursivas e linguísticas estão sujeitas a vetores de forças, a relações de poder. Elas não são apenas definidas, mas impostas. Não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, mas são disputadas (Silva, 2014). Estudiosas feministas vêm se ocupando com essas questões e propondo fórmulas não sexistas de tratamento, a exemplo da que tentamos utilizar nesta tese.

Ao analisar as narrativas, buscaremos compreender como esses confrontos entre poderes, expressos na linguagem, são organizados nas histórias, nas experiências, e engendram maneiras de fazer Psicologias. A proposta de resistência se concretiza através da escuta do que é dito sobre os sujeitos e a percepção do não dito, o que é silenciado e indizível, os sujeitos que não são nomeados por não corresponderem aos atributos desejados, ou talvez na pretensão de se eliminar essas pessoas. Questionar as estruturas da linguagem e como elas são difundidas, oferecendo novas possibilidades de relações pelas discursividades, através de inserções e subversões às normas da língua, é central para esta proposta, que implica a abertura da gramática e da linguagem em performatividades que visibilizam e constituem a existência afirmativa das multiplicidades de gêneros e sexualidades.

As entrevistas enunciam as problemáticas que irão compor os contornos desta tese. Levamos em conta, nessas escolhas, a abertura para produzir uma investigação que se permite encontrar possibilidades, e não as estabelecer completamente de antemão. A partir dessa opção, serão definidos eixos de discussão que se articulam com as pautas contemporâneas das práticas psis com as questões de gêneros e sexualidades.

### *2.3.2 Revisando as abordagens psicológicas a partir das problematizações feministas*

Considerando a tradição positivista das Psicologias, herdeira de correntes do pensamento com ênfase racionalista, e impulsionada pelas ciências naturais, a emergência das Psicologias como ciência moderna vive crise permanente, assim como outras ciências humanas. Essa crise se configura por uma grande diversidade de “[...] posturas metodológicas

e teóricas em persistente e irredutível oposição” (Figueiredo, 2003, p. 11). Essa multiplicidade que compõe as Psicologias permite que os profissionais se posicionem com base em diferentes perspectivas teóricas, que implicam visões de mundo, compreensão sobre os sujeitos, ética, técnicas e compreensão sobre os processos saúde-doença, entre outros.

Assim, parece óbvia a necessidade de perguntar, diante dessa multiplicidade das Psicologias: quais as teorias, saberes e autores estão fundamentando as práticas profissionais das psicólogas e dos psicólogos sobre gêneros e sexualidades? Assim, apresentamos o Quadro 2, sobre essas questões, conforme as respostas obtidas nos questionários. Adiantamos que o número que aparece ao lado da abordagem, autora ou autor refere-se à quantidade de vezes que foi mencionado.

O quadro que reproduzimos aqui foi um modo de organizar a variedade de teorias, abordagens e autores e autoras. No entanto, muitos profissionais chegam a citar mais que uma teoria, muitas vezes de epistemologias distintas, como observamos em uma das respostas: *“Eu transito em diferentes áreas, considerando o que pode contribuir melhor com meus/minhas pacientes. Mesmo que sejam áreas distintas. Seja psicanálise, esquizoanálise etc.”*. Aproximações como essas são frequentes nas respostas obtidas, bem como com outras abordagens que se aproximam dos estudos feministas.

**Quadro 2** – Abordagens teóricas e autores que fundamentam as práticas profissionais sobre gêneros e sexualidades

<b>Abordagem teórica</b>	<b>Autores</b>
Psicanálise (25)	Freud (12); Lacan (8); Winnicott (2); Adler (2); Bion (2); Klein; Natália Travassos; Mário Antônio Coutinho Jorge; Vera Iaconelli; Tamy Ayouch; Laplanche; Paglia
Pós-estruturalismo (5), Estudos <i>Queer</i> (5); Epistemes Feministas (4); Esquizoanálise (3); Filosofia da diferença (2); pós-feministas; estudos de gênero e transfeministas	Judith Butler (25); Guacira Lopes Louro (13); Foucault (13); Scott (6); Gayle Rubin (3); Angela Davis(3); Deleuze (2); Guattari (2); Preciado (2); Maio(2); Pecoraro (2); Tomaz Tadeu da Silva; Willian Siqueira Peres; Fernando Silva Teixeira; Richard Miskolci; Sandra Azeredo; Dagmar Mayer; Jimena Furlani; Fernando Sefner; Megg Rayara
Teorias decolonial (3) e feminismo	Djamila Ribeiro e Franz Fanon
Análise do comportamento (9)	Skinner (5); Roberto Banaco (2); Denis Zamignani (2); Watson; Weber; Gomide; Keller; Ailton Amélio da Silva; Richard Mallot; Carolina Bori; Antony e Mary Neide Damico Figueiró
Terapia Cognitivo-Comportamental	Aaron Beck e Jeffrey Young
Fenomenologia; Existencialismo (2); Fenomenologia Existencial (3)	Simone de Beauvoir (6); Sartre (3); Heidegger (3); Merleau-Ponty (3); Husserl (2); Scheler; Kierkegaard; Feijoo; Oksaala; Heinamaa; Sullivan
Humanistas e Abordagem Centrada na Pessoa (2)	Carl Rogers (3) e Maslow
Psicologia Social	Spink; Marlene Neves Strey (2); Bandura; Guareschi;

	Calderaro; Newman
Terapia Junguiana	Jung; Nise da Silveira; Eduard Edinger
Teoria Histórico-Cultural (7) e Abordagem Sócio-Histórica (3)	Vigotsky (3); Luria (3) e Leontiev
Teoria Familiar Sistêmica (5) e Teoria da Comunicação	Murray Bowen (5); Morin; Minuchin; Harlene Anderson; Solange Rosset e Watzlawik
Psicologia Social da Libertação	Sem indicação de autores
Psicodrama	Landini
Gestalt	Fritz Pearls
EMDR	Francine Shapiro
Teoria da comunicação não violenta	Sem indicação de autores
Teoria Narrativa	Sem indicação de autores
Sociologia	Berenice Bento; Marcel Mauss e Saffioti
Filosofia	Mary Wolstonecraft e Cristiane de Pisan
Antropologia	Geertz e Rita Segato
Outras publicações: Journal of Homosexuality; Journal of Bisexuality; Notas do Conselho Federal de Psicologia e Legislações	
	Outros autores de abordagens não especificadas: Moura; Oswaldo Rodrigues; Piason; Sandra Umbenbaum e Vasconcelos
Não fundamentados em autores e teorias suas práticas (7)	
Não têm leituras sobre gêneros (2) e sobre sexualidades (1)	
Dizem não ter acesso às teorias (2)	
Não responderam à questão (5)	

Fonte: Autora

Ao final do quadro, podemos observar algumas respostas distintas à menção de abordagens e teorias. No entanto, isso não passa despercebido, até porque podem ser um indicador preocupante diante do cenário das Psicologia brasileira certas falas, como “*Em geral, não produzo documentos, assim, não penso em autores nas abordagens realizadas*”, ou então, simplesmente: “*Não costumo utilizar autores*”, e, para finalizar, “*Pauto minha prática profissional no respeito à diversidade, mas para isso não tenho autores ou autoras que necessariamente me apoio*”. Como andam as Psicologia, enquanto ciências?

Entre psicólogas e psicólogos que não se manifestaram, ou se apoiaram em discursos como esses enfocados aqui, estão 16,03% das e dos profissionais respondentes. Nesse caso, não é insignificante esse resultado. Que ciência estão fazendo essas e esses profissionais? Ou, ainda, como estão abordando as questões sobre gêneros e sexualidades, considerando que muitos profissionais mencionam abordagens e autores que não discutem essas temáticas?

As feministas fazem uma leitura crítica de muitas abordagens e teorias da Psicologia, as quais não pretendemos focalizar aqui. Cabe lembrar que muitas dessas teorias estão em movimento revisionista, inserindo e também formulando novos pressupostos considerados válidos sobre gêneros e sexualidades, como é o caso da psicanálise contemporânea e, recentemente, o feminismo na Análise do Comportamento. Ainda assim, a formação tende a

priorizar os estudos clássicos, sendo que o acesso a essas leituras se dá em estudos posteriores, os quais podem não chegar a profissionais com menor interesse nesses assuntos.

Diante disso, retomamos algumas questões dos estudos clássicos já problematizadas pelas feministas. Para as Psicologia que aspiravam ao estatuto de ciência, a adoção do sujeito racional e a utilização do método científico (verificável e observável) como prática pareceram ser a melhor escolha, mesmo enfrentando as dificuldades de compreensão da complexidade do sujeito psicológico e a apreensão de questões que envolvem o psiquismo por esses métodos (Prehn; Hüning, 2005).

Assim, ao abordar questões sobre sexualidades e gêneros, muitas Psicologia costumam direcionar ao estudo de aspectos privados e individuais, fortalecendo, com isso, a fixação de papéis específicos para homens e mulheres, de acordo com as características já estabelecidas socialmente. Pouco se faz no sentido de analisar as construções históricas e sociais que levam à fixação de papéis e acabam por reforçar a crença de que homens e mulheres são intrinsecamente diferentes.

Inspirados pelas epistemologias pós-estruturalistas, feministas e de estudos de gênero, podemos citar que vêm surgindo, muito timidamente, outras práticas psicológicas, o que Narvaz (2009) chama de uma Psicologia feminista, a qual resgata o papel da emoção, do corpo e da experiência à produção do saber e das subjetividades.

Ou o que Peres (2013) chama de Psicologia *Queer* e Barreto (2015), de Psicologia *queerizada*:

[...] quer se distanciar as assépticas escolas/saberes de formação psi para servir de instrumento e se agenciar enquanto formação para a guerrilha, para a autonomia, para os direitos humanos, para intervenções de inspiração e não de autoconhecimento e de expressões múltiplas do viver e fazer viver. As Psicologia *queerizadas* se agenciam como parresisastas para serem marginais, no sentido pleno do termo, porém para tanto, no Brasil, os caminhos ainda estão por vir (Barreto, 2015, p. 99).

Dessa forma, pôr-se em movimento de resistência e subversão pode levar às vias de questionamento desse lugar de especialista ou, pelo menos, de que tipo de especialista estamos tratando. Nietzsche (*apud* Canguilhem, 1999) se pergunta o que havia conduzido as(os) psicólogas(os) em direção ao cinismo, na explicação das condutas humanas pelo interesse, a utilidade o esquecimento dessas motivações fundamentais, de analisar e conhecer a nós mesmos e as relações sociais.

## 2.4 A formação de psicólogas e psicólogos para gêneros e sexualidades

Ao analisarmos a formação em Psicologia, através das respostas desse questionário, verificamos uma denúncia: o apagamento da discussão de gêneros e sexualidades, em muitas instituições, e as dificuldades de uma parcela significativa de profissionais de colocar os problemas decorrentes em perspectiva e, a partir deles, desenvolver ações adequadas à problemática.

Assim, compreendemos a formação como um espaço privilegiado de composição para outras possibilidades profissionais, mais ressonantes com a complexidade da sexualidade na vida da pessoa. Desse modo, damos ênfase a aspectos que consideramos necessários ao desenvolvimento de uma proposta pedagógica para a Psicologia, aliada à afirmação da multiplicidade das experiências humanas: a necessidade de iniciar o debate já nos anos iniciais da educação escolar, a tentativa de desenvolver um pensamento rizomático e a pedagogia como diferença.

Ao longo deste texto, enfatizamos, em diferentes momentos, a necessidade da formação, juntamente com a responsabilidade das instituições de ensino superior. Esse posicionamento segue, porém, a educação é um processo mais amplo, e o devir-criança nos permite propor um cuidado que não remete às exigências do futuro, mas às experimentações nas quais a criança-em-nós exerce suas potências, compondo-se com os diferentes meios com que convive (Ceccim; Palombini, 2009).

A educação dispõe as crianças no espaço público, o qual propicia múltiplas experimentações, com o objetivo de exercitar formas diferentes de sociabilidade, subjetividade e ação (Barros; Munari; Abromowicz, 2017), permitindo outros agenciamentos, afetos e amizade. Dessa maneira, configura-se como um espaço diferenciado do meio familiar, que prioriza a segurança material a reprodução da cultura familiar.

A educação infantojuvenil que possibilite a experimentação da diferença é um recurso estratégico e potente para a abertura de uma convivência ética e afirmativa da diferença, e a diminuição dos preconceitos e violências contra pessoas LGBTQIA+. Desse modo, é necessária a construção de uma proposta pedagógica alinhada com a experimentação da diferença, para além do discurso da tolerância ou do pré-conceito, que visa a uma discussão rasa e muitas vezes pautada na ideia de humano genérico, que não favorece a problematização das diferenças históricas, sociais, culturais e econômicas que nos constituem como sujeitos da diferença (Silva, 2014).

Dilatar a compreensão de educação, currículo e instituições formadoras nos lança o desafio de problematizar o “pensar” – e pensar de um outro modo. Deleuze e Guattari (1995), ao problematizar a forma de pensar tradicional, que fundamenta a ciência e sua reprodução, no ensino organizado em instituições formadoras, preconizam o conceito de rizoma.

O rizoma faz alusão às plantas de caule subterrâneo, de raízes curtas, as quais se espalham em todas as direções (o gengibre e a grama são exemplos). O rizoma assume como princípio elementar a multiplicidade, não acrescentando uma dimensão superior (como a árvore, por exemplo), mas de maneira simples, com força e sobriedade, no nível das dimensões a que se dispõem. O rizoma está sempre disposto a fazer conexões, o que importa é o meio, o entre:

O rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser (Deleuze; Guattari, 1995, p. 18).

O pensamento rizomático não segrega ou exclui, contudo, opera por agenciamentos, nos quais a conjunção “e” sempre somando e acrescentando, na afirmação e compreensão do movimento da diferença. O pensamento rizomático, de acordo com a filosofia da diferença, enfatiza a multiplicidade e a diferença do múltiplo e não do diverso.

Na perspectiva da filosofia da diferença, a diversidade é estática e estéril, enquanto o múltiplo é sempre uma ação, uma operação, um processo. Logo, a multiplicidade assume característica ativa e produtiva, uma máquina capaz de produzir diferenças, movimento e a recusa de se fundir com o idêntico.

A filosofia da diferença, pautada no pensamento rizomático, confere as possibilidades a um currículo e uma pedagogia capaz de problematizar o poder ao qual a diferença está associada. De acordo com Silva (2014, p. 101), “[...] educar significa introduzir a cunha da diferença, em um mundo que sem ela se limitaria a reproduzir o mesmo e o idêntico, um mundo parado, um mundo morto”.

Nesta proposta pedagógica e curricular, vislumbramos a discussão da diferença de gêneros, sexualidades, raça/etnia, classes, já nos primeiros anos de formação. E, para o campo da formação em Psicologia, o aprofundamento necessário para intervir nessas relações de poder que, muitas vezes, produzem sofrimento.

As questões sobre demandas de gêneros e sexualidades, na atuação profissional em Psicologia, serão tratadas no próximo capítulo, onde julgamos ser mais apropriado expandir o debate que elas provocam.

### 3. ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIAS

*Ai de nós, educadores [e educadoras]  
se deixamos de sonhar sonhos possíveis [...]  
Os profetas são aqueles ou aquelas  
que se molham de tal forma  
nas águas da sua cultura e da sua história  
da cultura e da história do seu povo,  
que conhecem o seu aqui e o seu agora  
e, por isso, podem prever o amanhã  
que eles [elas] mais do que adivinham,  
realizam.*

Paulo Freire (1996)

A história das Psicologia, conforme aponta Patto (2003), deve ser contada a partir de uma perspectiva crítica, considerando como é instituída, o tempo e o espaço político e social que a determinam. A perspectiva política, enfatiza a autora, se refere “[...] à dimensão das relações de poder em vigor em sociedades concretas, das quais as teorias e as práticas fazem parte, seja para reafirmar essas relações, seja para contestá-las” (Patto, 2003, p. 30). Ao pensar a história das Psicologia, devemos perguntar sobre os compromissos políticos inerentes às teorias de que se apropriaram (no mesmo movimento colonizador) e foram veiculadas no país, estando entalhadas em seus conceitos.

Começemos evidenciando os recentes efeitos desse processo histórico das Psicologia em acontecimento, no Brasil. Cite-se o processo de eleição para Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia, que, no cenário político social já mencionado, constituiu uma polarização do debate entre as chapas concorrentes.

De um lado, representantes de Psicologia que assumem a pauta dos direitos humanos e do compromisso social, de outro, representantes de Psicologia que buscam o enfraquecimento do aparato do sistema Conselhos, contestam os Direitos Humanos e buscam aprovar, com fundamentações “científicas”, as terapias de reversão sexual. Alguns componentes dessas chapas também se dizem representantes da psicologia cristã.

O Conselho Federal de Psicologia lançou, em junho de 2019, o livro *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*, a fim de esclarecer sobre os processos de reversão sexual que estão em curso, no país, vinculados aos movimentos religiosos. O livro busca dar visibilidade às narrativas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais que foram submetidas a tratamentos de reversão sexual, retratando o intenso sofrimento dessas pessoas, inclusive com a participação de psicólogos e psicólogas coniventes

a esses sofrimentos. Essas narrativas contribuem com a leitura crítica dos fenômenos e os processos da violência vivenciados pela população LGBTQIA+.

De acordo com os dados reunidos no Gráfico 8 e 9, que apresentaremos mais adiante, a demanda para a reversão sexual é mínima: 2,83% dos profissionais receberam essas demandas, e ainda devemos ter em vista o contexto, porque pode ser uma imposição da própria família, principalmente na tutela de crianças e adolescentes. Mas os efeitos das demandas associadas à homofobia e transfobia são alarmantes e chegam a 43,80%, além de cerca de 30,10% da população LGBTQIA+ enfrentar conflitos familiares relacionados a seu gênero.

A violência a que são submetidos cotidianamente impacta diretamente sobre as vidas. Em 2018, ocorreram 163 assassinatos de travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas não binárias, de acordo com o dossiê divulgado pela Associação Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais – ANTRA (Benevides; Nogueira, 2018). O Grupo Gay da Bahia, que contabiliza a violência sofrida pelas pessoas LGBTQs há 39 anos, divulgou o relatório de 2018, no qual consta o registro de 420 mortes de pessoas LGBTQs (GGB, 2018).

Essas violências começam a se originar muito antes da existência desses sujeitos contemporâneos e engendram nossas possibilidades de existir. Foucault (2014b) traça a história da sexualidade, enfatizando que, nos últimos séculos, observamos não a repressão, mas uma produção massiva de discursos sobre o sexo. A partir da Modernidade, participaram nessa produção a Moral, a Religião Cristã e as Ciências Médicas. Diríamos que, atualmente, as Psicologias atualizam e participam ativamente na produção do dispositivo da sexualidade.

O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (Foucault, 2014b, p. 116).

Os dispositivos de saber e poder sobre o sexo se desenvolvem, desde o século XVIII, com base em quatro grandes conjuntos estratégicos: (1) “histerização do corpo da mulher”, que se dá pelo processo no qual o corpo da mulher foi analisado como corpo integralmente saturado de sexualidade, integrado ao campo das práticas médicas e posto em comunicação orgânica com o corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças; (2) “pedagogização do sexo da criança”: pais, famílias, educadores, médicos e, mais tarde, psicólogos devem se encarregar continuamente do controle sexual desses pequenos seres; (3) “socialização das condutas de procriação”: socializações econômica, política e médica, as quais visam a incitar ou frear a fecundidade dos casais; (4) “psiquiatrização do prazer perverso”: análise clínica de

todas as formas de anomalias, atribuindo normatização e patologização (Foucault, 2014b, p. 113-114).

Trazer para a cena o modo como esses dispositivos atuam e colocar em perspectiva de sexo, gêneros e sexualidades (dispositivo da sexualidade), na escuta realizada pelas Psicologias, permitem uma reflexão mais crítica sobre as demandas trazidas por essas pessoas, grupos e instituições. De acordo com Peres (2013), seria promover psicologias mais comprometidas politicamente com a transformação social, implicadas no enfrentamento das desigualdades, na denúncia dos direitos sexuais e humanos e na promoção da saúde biopsicosociocultural e política como potência, criação e vida.

Atualmente, podemos compreender a função da maioria das Psicologias, tanto na perspectiva da ciência como da atuação profissional, pautada no compromisso ético e político, com a dignidade da vida, constituída nos valores expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005). O Código de Ética Profissional *da Psicóloga* e do Psicólogo (acréscimo nosso) sinaliza que “[...] as sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua” (CFP, 2005, p. 5) sobre nossa atuação profissional.

Entretanto, estamos em constantes conflitos e tensionamentos, e o campo de batalha ocorre também dentro das Psicologias. Essa abertura não pode obscurecer os processos históricos que marcam as Psicologias, no Brasil. Devemos considerar que

[a] tradição da Psicologia, no Brasil, tem sido marcada pelo compromisso com os interesses das elites e tem se constituído como uma ciência e uma profissão para o controle, a categorização e a diferenciação. Poucas têm sido as contribuições da Psicologia para a transformação das condições de vida, tão desiguais no nosso país (Bock, 2003, p. 16).

A autora continua expressando que as teorias responderam claramente aos interesses das elites, no sentido da manutenção ou incremento do lucro e da reprodução do capital. A Psicologia não gera suas teorias no vazio, no espaço neutro, de modo a serem usadas universalmente, como nos advertiu Haraway (1995). Assim, as Psicologias aqui inventadas acompanham uma necessidade de controle do corpo social (Patto, 2003) ou da governamentalidade dos cidadãos (Rose, 2011), com procedimentos compatíveis com a ideologia liberal e “[...] a serviço dos que querem reproduzir a ordenação social em vigor porque se beneficiam dela. Como parte desse controle, a patologização dos comportamentos indesejáveis” (Patto, 2003, p. 33).

Ou seja, a ciência é sempre engajada e o conhecimento é sempre interessado/localizado (Patto, 2003; Haraway, 1995). O compromisso social com a sociedade brasileira é recente,

caracterizado pela entrada nas políticas públicas, uma vez que estas passaram a contratar um número expressivo de profissionais. As demandas direcionadas às Psicologias, segundo Zurba (2011), incluíram novos atores que buscam os serviços dessa profissão, como o enfermo sem família, as pessoas de baixo poder aquisitivo ou com problemas decorrentes de déficits cognitivos severos, entre outros, aproximando-nos de “demandas historicamente reprimidas pelas populações marginalizadas nos processos sócio-econômicos” (Zurba, 2011, p. 31).

De acordo com os estudos de Zurba (2011), Patto (2003) e Bock (2003), desde o seu surgimento como ciência e profissão, no Brasil, as Psicologias estiveram comprometidas com as elites e com uma perspectiva liberal, amplamente centrada nas questões do indivíduo e sua patologização, com pouca inserção social, baixo poder organizativo e difícil acesso aos que têm pequeno poder aquisitivo. Ou seja, suas teorias e práticas iniciais, como ciência e profissão, eram para atender a aplicações e perguntas provenientes do pensamento liberal – qual o melhor trabalhador para a fábrica, como formar rápido as crianças para o trabalho, e assim se dava a diferenciação em classes – que pouco ou nada questionavam sobre o sistema e modelos de vida capitalista.

O estudo da História, conforme Patto (2003), desvela recorrências, linhas de força do processo histórico, feito de continuidade e descontinuidade. São movimentos de forças que narramos até aqui, mas que necessitam ser examinados mais a fundo, a fim de se compreender como a Psicologia funciona em seus efeitos.

As Psicologias vêm se construindo, principalmente no século XIX e XX, com significados ampliados quanto ao que ela faz. Rose (2011) frisa que elas alteram, no desenvolver de suas práticas e discursos, a forma pela qual é possível pensar as pessoas, as leis e os valores que governam as ações e a conduta dos outros e a nós mesmos, e constitui a base do Estado moderno de governamentalidade dos cidadãos, a partir do autogoverno.

Logo, deve ser pensada enquanto produtora de poder, verdades e processos de subjetivação capazes de tornar o sujeito humano pensável, de acordo com diversas lógicas e fórmulas, estabelecendo formas científicas para isso.

A legitimação da Psicologia como disciplina científica esteve intrinsecamente associada à psicologização de uma variedade de lugares e práticas, para inspirar, formar, organizar e disseminar verdades sobre as pessoas. Não é um processo único para escrever a genealogia das Psicologias e suas multiplicidades, todavia, um debate contínuo sobre as características da subjetividade.

Essa variabilidade de formas psicológicas de criar e governar pessoas é a chave para um poder de largo alcance, o qual evidencia ainda o campo psicológico como múltiplo, assume a recusa em encerrar o debate em um viés único ou único campo de atuação.

Ao tomar as Psicologias como campo de pesquisa, temos como horizonte dar visibilidade às relações profundamente ambíguas entre ética e subjetividade, às verdades das psicologias e ao exercício do saber-poder de seus discursos. O que concebemos como ética vai muito além da mera confidencialidade, referindo-se a rever concepções e práticas que contribuem para a reprodução de uma sociedade hierarquizada e injusta (Patto, 2003).

No decorrer do processo de construção do saber científico, os fenômenos analisados devem ser, segundo Rose (2011), filtrados, purificados, moldados por instrumentos; e, de fato, podem os instrumentos produzir os fenômenos – os instrumentos são teorias materializadas. Sendo a realidade científica dessa ciência, no contemporâneo, o resultado dos instrumentos, estes indicam “[...] as categorias que usamos para pensá-la, das técnicas e procedimentos que usamos para evidenciá-la, das ferramentas estatísticas e dos modos de comprovação que usamos para justificá-la” (Rose, 2011, p. 80).

Desde essa perspectiva, dois aspectos engendram a construção das ciências psicológicas: primeiro, uma questão de prática e técnica, que é trazida à existência através de uma intrincada rede heterogênea – laboratórios, aparatos, inscrições, diagramas, gráficos, experimentos, técnicas, tipos de julgamento, circulação de conhecimento, através de dispositivos institucionais dos periódicos e conferências, procedimentos que estabilizam fatos e explicações – que retrata indivíduos humanos como agentes, buscando resolver suas vidas com recursos de produção de sentidos; o segundo aspecto, o discurso, que não é apenas sistema de significado, mas é encarnado, compõe o interior de complexas associações e dispositivos técnicos e práticos que fornecem “lugares” que os indivíduos devem ocupar, a fim de atingir a condição de sujeitos de determinados tipos, e os colocam em relação uns com os outros e com o mundo onde habitam (Rose, 2011).

Podemos considerar que as Psicologias, com sua forte tendência adaptacionista, constituiu, entre seus principais efeitos políticos, a individuação. E, com a individuação, o aperfeiçoamento das técnicas de investimento do poder. Esse processo é descrito por Nardi e Silva (2004), os quais enfatizam como a modelização da experiência subjetiva, ao longo do surgimento das práticas psis, também contribui em termos do que é tomado como norma ou desvio.

Retomar essa história outra das Psicologias evidencia as práticas de poder e as práticas de saber que se inserem nos dispositivos de sexualidade e dispositivo colonial capitalístico, que atravessam e engendram a própria Psicologia, nas diversas ordens para assegurar o poder disciplinar das Psicologias. Passemos para uma reflexão sobre as práticas de subordinação e colonização dos saberes instaurados nas diversas dimensões dessa ciência.

### **3.1 Gêneros e seus espaços relacionais**

Vimos crescer no Brasil, mobilizada por alguns psicólogos e algumas psicólogas conservadores e liberais, a ideia de que muitas pessoas procuram tratamento para reversão sexual e que, pautados nessa necessidade demandada pelas pessoas homossexuais, bissexuais, transexuais, entre outras expressões de gêneros e sexualidades, contestaram a Lei nº 01/99, do Conselho Federal de Psicologia, a qual impede esse tipo de prática do profissional. Em face desse cenário de embates, propusemo-nos realizar a pesquisa sobre as atuações de profissionais de Psicologia com o tema das sexualidades e gêneros.

Ora, quais as demandas que de fato chegam à Psicologia sobre as diversidades de gêneros e das sexualidades? As pessoas LGBTQIA+ desejam “cura” para seu gênero e/ou orientação sexual? É aceitável, para as Psicologias, atuarem na reversão sexual? Tais perguntas provocam incômodos nas práticas psicológicas e nos levam a querer saber sobre como essas têm sido desenvolvidas, quando atuam junto às expressões de gêneros e das sexualidades (Garcia; Mattos, 2020)

As Psicologias, se recorrermos a uma história crítica, vêm se constituindo por meio do que elas fazem, dos espaços nos quais intervêm, sobre o modo de colocar os problemas e sobre as demandas que assumem para si, enquanto disciplina científica. Nesse sentido, de acordo com Rose (2011, p. 97), “[...] a Psicologia é menos significativa pelo que é do que pelo que faz”. Compreender o que fazemos, enquanto psicólogas e psicólogos, nas práticas profissionais, diante das demandas de gêneros, se torna urgente e necessário, nesse cenário.

Em nossa pesquisa, apenas 2,83% das psicólogas e psicólogos relataram receber pessoas com essas demandas, conforme o Gráfico 8. Esse dado é contrastante, quando consideramos que 49,06% das demandas de gênero são de pessoas que sofrem lgbtphobia e preconceitos, e que 29,24% são de pessoas que procuram profissionais de Psicologia por conflitos familiares, quando assumem gênero diferente do estabelecido no nascimento. De modo óbvio, a “cura” em si não configura uma demanda significativa para as pessoas LGBTQIA+, porém, a violência que sofrem cotidianamente, principalmente em seus lares.

**Gráfico 8** – Demandas de Gênero para psicólogas e psicólogos

Fonte: Autora

Por conseguinte, procuramos evidenciar que a repercussão midiática desse tema é uma falácia política, a qual mascara os problemas das relações entre os gêneros e sexualidades, como as expressões do machismo, sexismo e LGBTQIA+ fobias que naturalizam os processos de

violência. Para tanto, o estudo que efetuamos buscou também levantar os dados das demandas dos psicólogos e sua relação com essas formas de violências. Antes de expor essa investigação, resgataremos a construção histórica da Psicologia enquanto ciência e o papel das psicólogas e psicólogos. Nessa perspectiva, necessitamos desconstruir e criar novas possibilidades de inteligibilidade e agenciamentos entre gênero e sexualidades e suas relações com o fazer Psicologias.

Mulheres em relações abusivas e violentas são demandas frequentes para 77,36% das e dos profissionais pesquisados. Na sequência, 52,83% das demandas envolvem mulheres em sofrimento pela idealização do gênero feminino e 49,06% são demandas de violência doméstica, vivenciadas por mulheres e filhas. Esses dados, assim como os relacionados à população LGBTQIA+, são sintomas de uma cultura adoecida de machismo.

Costumamos pensar que o machismo se refere ao ato de um homem bater ou agredir uma mulher. Mas a psicóloga Castañeda (2006) argumenta que machismo não está contido no homem ou na mulher, porém, no modo como se estabelece a relação:

Pode manifestar-se apenas pelo olhar, pelos gestos ou pela falta de atenção. Mas a pessoa que está do outro lado percebe-o com toda a clareza e sente-se diminuída, desafiada ou ignorada. Não houve violência, repreensão nem discussão; mas estabeleceu-se, como num passe de mágica, uma relação desigual em que alguém ficou em cima e alguém embaixo (Castañeda, 2006, p. 15).

Nessa perspectiva, o machismo constitui uma contextura de valores e padrões de comportamento que não afeta apenas a vida do casal, mas, também, toda a rede de relações interpessoais. Ocorre sob a pretensão de domínio sobre os demais, nos diversos espaços que ocupamos, como o amor, o sexo, a amizade, a política, o trabalho, o tempo livre, entre outros.

Compreendendo o machismo e como ele se infiltra na cultura, nas vidas e nos modos de produzir subjetivações, Castañeda (2006) convoca a responsabilização de todas e todos, na sociedade, para constituir outras relações, pois, enquanto houver relações machistas, em um momento ou outro, seremos capturados para essas relações. Em uma sociedade machista, não existem pessoas livres do machismo.

O machismo incide e dimensiona as espessuras da problemática das violências, em suas múltiplas formas, conforme observamos no Gráfico 8. As violências se revelam como um campo de luta dos movimentos feministas, o qual vem ampliando o debate para outros escopos. Algumas frentes do movimento insistiram, e ainda insistem, na luta das mulheres, pelas mulheres.

Contudo, recentemente, essas questões são abertas à discussão das masculinidades, como estas vão se compondo sob uma lógica de exclusão do feminino, reproduzida nos mais diversos contextos, como a escola, as relações familiares, a música, o cinema, os *games*, entre outros agentes da cultura.

Esse processo de constituição do masculino, segundo Welzer-Lang (2001), inculca nos pequenos homens a ideia de que, para serem homens (verdadeiros), devem combater as características que os identificam com o feminino, como fragilidade, emoções e outras nuances femininas. A constituição dessa lógica do masculino se dá através de uma educação principalmente focada nos lugares monossexuados, cuja exclusividade de uso ou presença é masculina e que forja esse modo específico do masculino.

As relações de poder instituídas na relação não afetam apenas as mulheres, mas, também, os homens, constituídos pelos mesmos processos. Mulheres que se forjam na tendência atual da hiperfeminização buscam olhar para essas características que exaltam as atribuições do masculino em oposição ao feminino, situação que reforça a lógica de constituição binária e da violência entre os gêneros. Este é apenas um aspecto, porque, em si, o processo é muito complexo e envolve uma multiplicidade de agentes culturais. Todo o tecido social é comprometido; por exemplo, os *gays* se tornaram a versão mais estigmatizada do que é o feminino e como ele é representado.

No entanto, a proposta do machismo, nesse campo relacional, libera as forças dessas e desses sujeitos, vitimizadas e culpabilizadas, instaurando uma ética das forças e da responsabilização, ao mesmo tempo que denuncia a cumplicidade nesse processo coletivo de constituir relações entre os gêneros. A cumplicidade, enfatizamos, não deve ser tomada de modo imprudente, repetindo a culpabilização das vítimas, todavia, como forma de restaurar a elas suas próprias forças, no sentido de criar emancipação de si diante dos processos de violência que tendem a sustentar posições de dependência.

Ademais, retira a perspectiva de culpa, geralmente atribuída ao masculino e, como sabemos, é facilmente manipulada, conforme os interesses do contexto em que se apresenta, para uma perspectiva de responsabilidade na qual os sujeitos estão implicados e, dessa maneira, funciona como agente de transformação.

A responsabilização atua também nos campos coletivos, na medida em que coloca em perspectiva as instituições e as políticas públicas, assim como seus representantes, chama-os para o lugar de atuação possível e necessário, o qual interfere na materialidade das vidas humanas e seus processos de existir individual e coletivamente.

### 3.2 Violência para diversidades sexuais e de gênero

Problematizar a questão da violência, diante dessas demandas apontadas pelas psicólogas e psicólogos, nos remete a uma questão ampla, disseminada e que deve ser compreendida como um fenômeno complexo. Primeiro, devemos reconhecer que a violência não é algo dado, mesmo a física, por ser facilmente identificada. De acordo com Debert e Gregori (2008, p. 166), “[...] o significado de violência - que atribui o sentido de danos, abusos e lesões à determinadas ações - é constituído historicamente e depende do poder de voz daqueles que participam do jogo democrático”.

Safiotti (2015), ao contextualizar as diversas possibilidades de violência que sofremos, sintetiza um conceito aceito durante muito tempo e que chega até hoje: “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (Safiotti, 2015, p. 19).

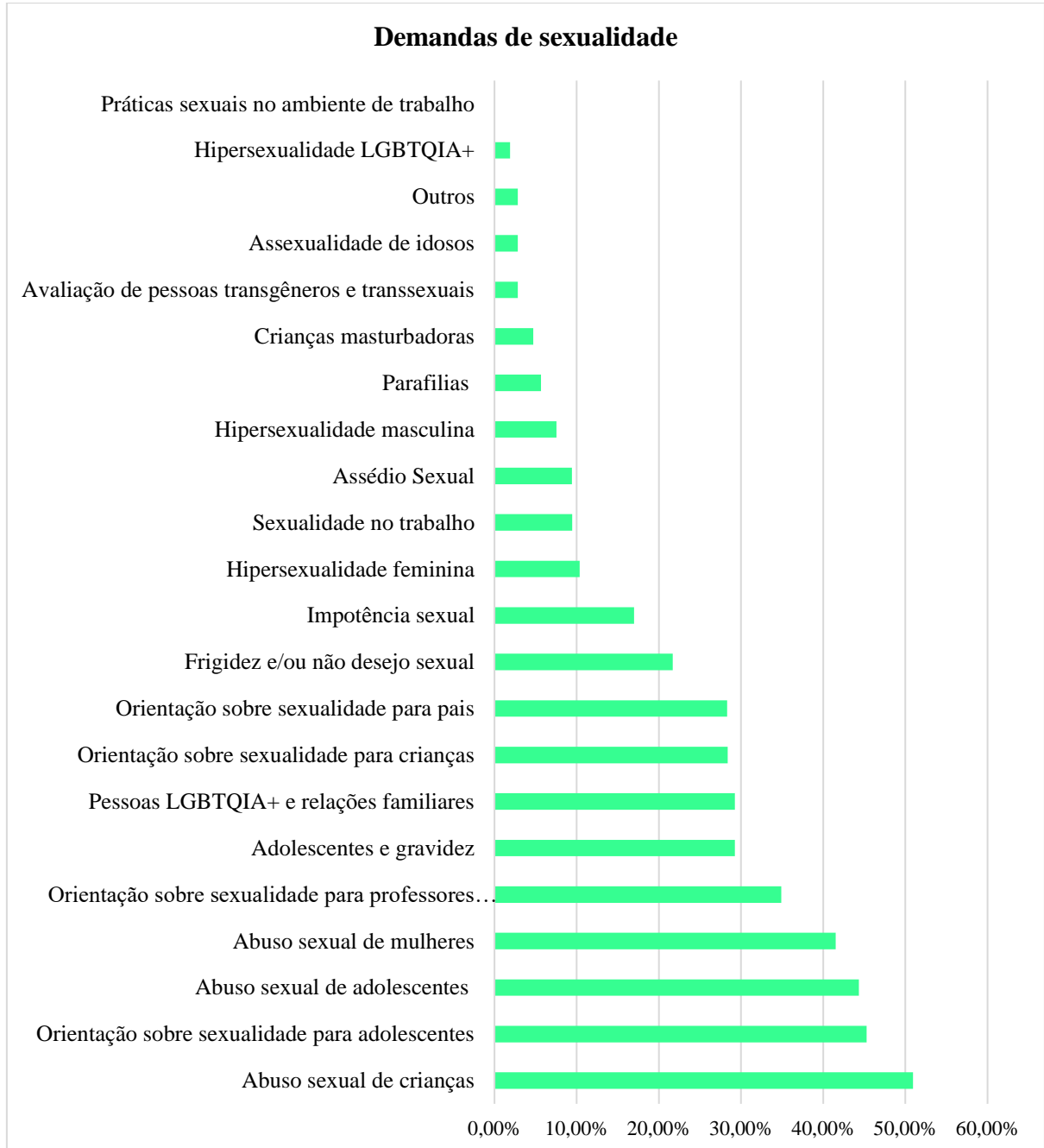
Nesse nível, na perspectiva de gêneros e sexualidades, o profissional se depara com violências frequentes identificadas nas demandas atendidas pela Psicologia. No campo do gênero, as violências que aparecem mais significativamente mencionadas pelos profissionais são: mulheres em relações abusivas ou violentas, que são citadas por 77,36% dos profissionais; pessoas LGBTQIA+ que sofrem homofobia, bifobia, lesbofobia ou transfobia que aparecem, entre as demandas mais frequentes, para 49,06% dos profissionais; violências domésticas (incluindo manifestações de violência entre outros membros ou posições no núcleo doméstico) vivenciadas por mulheres e filhas estão entre 44,34% das citações; e pessoas LGBTQIA+ em conflitos familiares, por assumir gênero diferente do estabelecido no nascimento, que pressupõem níveis de violência, são frequentes para 29,24% dos profissionais.

Perguntamos, também, sobre a violência direcionada aos homens, como relações abusivas e violentas, contudo, o número de homens que vivenciam tais situações aparece em 3,77% das demandas profissionais, o que é representativo da desigualdade de gêneros constitutiva da sociedade.

As violências associadas à sexualidade são igualmente demandas expressivas de nossas análises. Dos 106 profissionais respondentes, podemos observar, no Gráfico 9, que obtivemos as seguintes informações: a de abuso e violência sexual de crianças corresponde a 50,94% das demandas mais frequentes das psicólogas e dos psicólogos; abuso e violência sexual de

adolescentes, 44,34% das demandas; e abuso e violência sexual de mulheres, 41,51% das menções. Não especificamos por gênero.

**Gráfico 9** – Demandas de sexualidades



Fonte: Autora

A incidência da violência, particularmente a violência sexual contra crianças e adolescentes, nas demandas psicológicas, denuncia um problema de saúde pública e violação de direitos. De acordo com o Boletim Epidemiológico 27 (2018), apresentado pelo Ministério

da Saúde, afeta meninos e meninas, gerando graves consequências nos âmbitos individual e social, agravadas por incidirem, muitas vezes, nos espaços domésticos, familiar e escolar, os quais deveriam ser protetores, mas, na execução da violência, tornam-se cerceadores dos direitos de crianças e adolescentes, dificultando o acesso aos serviços de saúde e proteção.

Ressaltam os dados apresentados pelo Boletim Epidemiológico (Brasil, 2018, p. 3-6):

No período de 2011 a 2017, foram notificados no Sinan 1.460.326 casos de violência interpessoal ou autoprovocada. Desse total, foram registradas 219.717 (15,0%) notificações contra crianças e 372.014 (25,5%) contra adolescentes, concentrando 40,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida.

Nesse período, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida.

A avaliação das características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual mostrou que 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino e 14.996 (25,8%) eram do sexo masculino. Do total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos, 45,5% eram da raça/cor da pele negra, e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno.

A avaliação das características da violência sexual contra crianças mostrou que 33,7% dos eventos tiveram caráter de repetição, 69,2% ocorreram na residência e 4,6% ocorreram na escola, e 62,0% foram notificados como estupro.

A avaliação das características do provável autor da violência sexual contra crianças mostrou que em 74,7% das notificações houve envolvimento de um autor. Em 81,6%, o agressor era do sexo masculino e 37,0% tinham vínculo familiar com a vítima.

A avaliação das características sociodemográficas de adolescentes vítimas de violência sexual mostrou que 76.716 (92,4%) eram do sexo feminino e 6.344 (7,6%) eram do sexo masculino. Do total, 67,8% estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos, 55,5% eram da raça/cor negra, 7,1% possuíam alguma deficiência ou transtorno e as notificações se concentraram nas regiões Sudeste (32,1%), Norte (21,9%) e Sul (18,8%).

A avaliação das características do provável autor da violência sexual contra adolescentes mostrou que em 78,9% das notificações houve envolvimento de um autor. Em 92,4% o agressor era do sexo masculino e 38,4% tinham vínculo intrafamiliar (familiares e parceiros íntimos).

Com base nesses dados, percebemos a necessidade de pôr em perspectiva a família, considerando esse espaço como o lócus gerador de processos de violência de gêneros e sexuais. Essa forma de violência evoca as diferenças e os processos de subjetivação que são produzidos de modo a privilegiar um grupo específico de humanos. O pai, conforme Safiotti (2015), continua sendo o grande vilão, ao investir contra sua prole e provocar um agravante psicológico e penal. Com efeito, encontramos como violadores principalmente homens, brancos e patriarcas, que colocam a própria perspectiva de uso dos direitos humanos sobre os demais, os quais, muitas vezes, são postos na condição de objetos a serviço do seu prazer.

Na pesquisa realizada por Safiotti (2015), entre os anos de 1988 e 1992, sobre os relatos de mulheres acerca de abusos sexuais vividos na infância, relatados nos consultórios de Psicologias, não se encontrou um só caso de fantasia, conforme argumentava Freud. “A criança

pode e o faz, enfeitar o sucedido, mas sua base é real, isto é, foi, de fato, molestada por seu pai” (Safiotti, 2015, p. 20).

Ficou evidente, neste estudo, que tanto para gêneros quanto para sexualidades, a violência é a demanda mais frequente, e uma, em particular, que concerne aos tempos próprios dos sujeitos e que viola, na perspectiva de desenvolvimento humano, quer crianças, quer adolescentes. No campo social, a violência percebida, de acordo com Faria (2013, p. 126), “[...] é o resultado último de uma sociedade que estabelece como modelo relacional a primazia da vontade e diligência do adulto em relação àqueles que a ele são subordinados”.

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é tida, por diversas perspectivas da Psicologia, como pessoas mais propensas a maltratar, abusar de outros, reproduzindo as violências que sofreu, do mesmo modo que se mostra mais vulnerável a violências físicas ou psíquicas e investimentos sexuais. Safiotti (2015) argumenta, ainda, que a resiliência é um fenômeno muito raro. A autora define como pessoas capazes de viver terríveis dramas, sem apresentar indícios de traumas. Assim, compreendemos, a partir de seus relatos, que as Psicologias não possuem instrumentos para reverter esse sofrimento na vida da maioria das pessoas violentadas.

Diante do exposto, devemos questionar como se dá o acolhimento dessas demandas de violência e seu processo de intervenção e denúncia, considerando os apontamentos de Faria sobre a função das psicólogas e dos psicólogos, que é subvertida para um lugar de denúncia, acrescentando a intervenção, sobre um indivíduo, e deslocando a análise necessária sobre o fato de que “[...] este indivíduo não é o agente isolado desta violência e sim o efeito de uma sociedade adultocêntrica e adoecida” (Faria, 2013, p. 126); de fato, acrescentaríamos os efeitos do antropocentrismo e machismo aqui envolvidos.

Na verdade, é necessário pensar em qual perspectiva de violência se apropriou o Estado brasileiro, através de suas leis e códigos, para criminalizar os processos de abusos e violência, pois tal concepção torna o Estado cúmplice de um processo de segregação que determina quais são e quais não são atos violentos, para a sociedade. Está implicada, nesse processo, uma perspectiva de sujeito, seja sujeito mulher, seja sujeito preto, sujeito índio, sujeito criança, entre tantos sujeitos.

Particularmente, no Brasil, participam desses processos sobre a definição da violência uma série de movimentos sociais, como os movimentos feministas, os quais conquistaram objetivos legais significativos com a Lei Maria da Penha, e, mais recentemente, os movimentos LGBTQIA+, que obtiveram, no âmbito do Superior Tribunal Federal, a criminalização das

homotransfobias. Essa abertura para integrar temas, segmentos sociais e direitos humanos, de acordo com Debert e Gregori (2008), torna a nossa Carta Constitucional uma das mais avançadas e progressistas do mundo.

No entanto, não podemos compreender esse processo apenas no âmbito jurídico, como sinaliza Foucault (2014b). Assim, o que vemos, no Brasil, é um paradoxo, na medida em que assistimos a uma grande desigualdade social no acesso à justiça, contrastante com todos esses movimentos participativos.

O Estado, para além das suas atribuições burocráticas, é um conjunto de relações sociais. Ressaltam Debert e Gregori (2018, p. 166): “O sistema legal é uma dimensão que constitui tal ordem e garante que as relações sociais, mesmo implicadas em tramas assimétricas, sigam um curso de aquiescência e compromissos mútuos. Não há efetividade e garantias no sentido estrito e formal do conteúdo da lei e de sua aplicação”.

Isso evidencia que a luta pelo acesso à justiça remete a negociações, as quais nem sempre têm o mesmo poder de disputa. Vimos, particularmente nos tempos do governo Bolsonaro, que o Brasil, nas comissões internacionais de direitos humanos das quais faz parte, através da ONU, se alinhava a países retrógrados na garantia de leis para as mulheres – a exemplo da Arábia Saudita – e nas políticas de gênero, assumindo uma dita postura pró-família (composta por homem e mulher) e se posicionando nos textos pela substituição da expressão “igualdade de gênero” por “igualdade entre homens e mulheres”, no reforço à ideia de que apenas existe sexo biológico.

Estamos tentando realçar, nesta discussão, esse movimento que interessa para as Psicologias, essa relação sobre múltiplas formas de violência inter-relacionadas. A primeira, já abordada, está no campo institucional, visto que o Estado se omite ou reproduz violência a grupos e segmentos específicos. Esse movimento do Estado em negar a categoria “gênero” legitima quais formas de violência? E quais as pessoas e vidas que serão atingidas por essas violências?

Podemos recorrer a Foucault (1977) e sua apresentação, no livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, para pensar essa relação entre a instituição e os processos que ocorrem na vida das pessoas, as quais, assim como Pierre Rivière, fazem uso da violência para se fazer ouvir. Mas, além disso, Pierre nos mostra como esse jogo de forças, que se institui nos fazeres cotidianos, passa a se tornar alvo não só da Psiquiatria, mas, também, da Psicologia e do Direito.

As Psicologias, ao longo dos séculos, foram se constituindo de modo institucionalizado, com suas próprias leis e códigos, que não são contrários ao projeto de Estado. Como formas dessa institucionalização, existe a constituição disciplinar, os conselhos de Psicologia, o Código de ética profissional do psicólogo, mas também as próprias abordagens e teorias, as quais se apropriam de conceitos sobre o que é violência e instauram um modo de fazer e falar sobre essa questão.

Podemos pensar em pelo menos duas formas outras de violência: uma segunda, referente à intensidade da vida em acontecimento, e outra, igualmente associada com as duas primeiras, que diz sobre as violências que se instituem sobre os tempos próprios dos sujeitos das diferenças, característica particular da contemporaneidade.

A violência contra mulher está relacionada a uma complexa trama de formação histórica e cultural, assim como as violências direcionadas à população LGBTQIA+. Mas também se refere a um campo de forças da vida, no jogo de forças entre os relacionamentos que não estão em equilíbrio. Geralmente, a cultura machista, como aponta Castañeda (2006), privilegia o masculino, de forma a acionar forças para além do corpo físico, as quais estão na ordem dos dispositivos.

Problematizando a atuação profissional diante da violência, Mello e Patto (2012) analisam alguns casos semelhantes aos que evidenciamos, em nosso estudo, ampliando a discussão para o efeito também da produção dos laudos. As autoras enfatizam, no texto “Psicologia da violência ou violência da Psicologia?”:

Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado daquilo que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta e sem a consciência da imensa responsabilidade de suas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais dos indivíduos e, no limite, colaborar para a negação do seu direito à vida. Um psicólogo que não desenvolver a capacidade de refletir sobre a ciência que pratica – ou seja, de refletir sobre a dimensão epistemológica e ética do conhecimento que ela produz e que ele reproduz – certamente soma, insciente, com o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura, atitudes e condutas que, segundo Adorno (1995, p. 117), são constitutivas da barbárie (Mello; Patto, 2012, p. 20).

Compreendemos, nesse processo, a necessidade de um deslocamento das teorias e estudos de gêneros e sexualidades, no âmbito das Psicologias, para incluir em seus debates teorias e formações a questão da violência, a partir de uma perspectiva complexa, seus modos de produção e as possibilidades de intervenção sobre elas. Precisamos de profissionais que sejam éticos e com teorias pautadas no encontro à vida e aos Direitos Humanos.

### 3.3 Relações de subalternização entre cliente, profissionais e intelectuais de Psicologia

Começo a desenvolver essas problematizações, recorrendo a uma polifonia, pois é do lugar de escuta cotidiana de meninos e meninas que sofrem e se pensam doentes e anormais, porque desejam prazeres diferentes dos heteronormativos; de mulheres culpabilizadas por decidirem sobre seus corpos e assumirem o que desejam; de *gays*, lésbicas, transexuais, travestis e os demais que vivem com medo de demonstrar seus afetos em público, tendo como punição, muitas vezes, a morte; é da escuta de homens e mulheres que adoecem de tristeza e sofrem por viverem relações esvaziadas de sentido, mas que se mantêm, porque o modelo de sociedade vigente assim o exige.

Nesse cenário, há uma carência de explicações consistentes sobre como gêneros distintos se constituem na singularidade de cada existência humana e, desse modo, nas multiplicidades das sexualidades. Estamos considerando inconsistentes as tentativas de explicar o processo que coloca a sexualidade em um plano que contemple as multiplicidades sexuais, além de ter igualmente uma explicação complexa que não se utilize de estratégias fixas de identidade.

Poderíamos argumentar sobre as construções teóricas já existentes da Psicanálise, do existencialismo, das teorias feministas, entre outras, e esmiuçar as inconsistências para essa problemática. Mas o foco que nos interessa é outro. O embate se dá entre as proposições da Teoria *Queer* e as problemáticas na explicação do processo de subjetivação da sexualidade, ou na composição das multiplicidades de gênero.

Foucault (2014a), durante uma entrevista em Toronto, no ano de 1982, à revista canadense *Body Politic*, esclarece um aspecto importante de sua teoria, quando se pautam muitas discussões da Teoria *Queer*. Destaca ele: “[...] o movimento homossexual, hoje, precisa mais de uma arte de viver do que de uma ciência ou de um conhecimento científico (ou pseudocientífico) do que é a sexualidade” (Foucault, 2014a, p. 251). Esse posicionamento absorvido pela Teoria *Queer* se intensifica e assume como prioridade os aspectos políticos das diferenças sexuais, materializados em corpos que não são representados nas categorias identitárias:

A política das multidões *queer* emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desorganização do sujeito da política das identidades: Não há uma base natural (“mulher”, “gay” etc.) que possa legitimar a ação política. [...] Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são

“monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção dos saberes científicos dos “normais”. Nesse sentido, as políticas das multidões *queer* se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também as sexopolíticas *straight*, que dominam ainda a produção da ciência (Preciado, 2011, p. 18).

Assim, pautados nos estudos feministas e nas teorias pós estruturalistas, denunciam a crise de identidade, os problemas de representação política e a própria construção da ciência. Podemos perguntar: como essas denúncias são captadas pelas Psicologias? Quais as implicações sobre a atuação profissional de Psicologia sobre sexualidades?

Na perspectiva de Peres (2013), precisamos atualizar os programadores que atuam sobre corpos, desejos e prazeres, para nosso contexto cultural e crítico de seus posicionamentos no mundo. Percebemos, com frequência, a utilização de teorias importadas, desconexas de nossas realidades objetivas, as quais insistem em serem aplicadas sem a justa reflexão entre o contexto e o tempo em que surgem e são postas em prática, muito menos fazem problematizações interseccionais.

Ao transitar por esses territórios da academia, da prática profissional, de pesquisadora e de professora, conflitos e ausências entre os interesses da produção do conhecimento e a atuação profissional são evidentes. Há uma problemática nessas relações, assim como um exercício de poder hierárquico que mantém a subordinação do cliente ao profissional de Psicologia e do profissional para o intelectual que produz seu saber, nos espaços acadêmicos.

Essa ideia ganha corpo e força de problematização na obra *Pode o subalterno falar?*”, de Spivak (2010), em sua crítica ao lugar do intelectual, que acredita poder falar pelo outro. Anota ela: “[...] nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que este ato esteja imbricado no discurso hegemônico” (Spivak, 2010, p. 12). Nessas conjecturas sobre sua argumentação, tentaremos desenvolver as questões de transparência do intelectual na representação do outro e as perspectivas para construir possibilidade discursivas ao subalterno, que geralmente é obliterado.

Inspirada por essa proposição de Spivak (2010), vou retomar as perguntas que apresentei no início. Quando o cliente, em qualquer contexto que esteja, dispara essa questão para a psicóloga ou o psicólogo, esse profissional tem dificuldades em posicionar-se, pautado teoricamente nas teorias da Psicologia. Pode recorrer, nesses casos, à Psicanálise, que impera nas tentativas de explicação da sexualidade, ou às proposições da Butler (2003) e da Teoria *Queer*, as quais explicam com base na cultura e na política. Contudo, frequentemente, no caso dos profissionais não *experts* em gênero e sexualidade, existe a desqualificação da questão:

“Por que minha sexualidade ou eu sou assim?”. As e os profissionais, principalmente nesta última ação descrita, subalternizam a questão da sexualidade nas pessoas que recorrem a ela ou a ele.

Aqui há um outro a ser apresentado, pois muitas vezes esses profissionais tentam buscar explicações melhores e se valem de instituições de ensino, formação, teóricos de sexualidade, deparando-se com um processo semelhante. O intelectual seleciona o que é importante explicar e, por vezes, não há interesse em responder sobre a prática profissional, como se fossem problemas menores, no caso, como se dá o processo de subjetivação da sexualidade e de constituição de multiplicidades de gênero. Conserva-se, assim, a subalternização do profissional pelo intelectual, que crê poder falar por esse profissional.

Spivak indica um interessante caminho para pensarmos essas relações intrincadas. Antes de apresentá-las, gostaria de questionar: podemos reproduzir os princípios do pós-estruturalismo, do feminismo e da Teoria *Queer*, aqui focalizados, tendo em vista que surgem em contextos políticos, econômicos, sociais distintos dos nossos, que é miscigenado, com uma desigualdade social enorme, que atravessa um mandato presidencial que marca uma guerra contra gêneros e sexualidades dissidentes do heteronormativo, que enfatiza a necessidade da cura *gay* e é apoiado, inclusive, por psicólogos/as? Com efeito, poderíamos seguir os mesmos preceitos e dar ênfase aos mesmos aspectos?

Há necessidade de deixar clara a tarefa do intelectual pós-colonial, a qual, na visão de Spivak, “[...] deve ser a de criar espaços por meio do qual o sujeito subalterno possa falar, para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a)” (Spivak, 2010, p. 14). Nesse sentido, podemos e devemos criar espaços onde essas questões concernentes à vida e seus encontros, e além, às pessoas diversas que habitam essas vidas outras, possam ser tratadas.

Podemos finalizar, considerando leituras “psis” que escapem dos binarismos e universais em direção a uma posição nômade de análise, as quais remetam a um distanciamento das teorias e práticas profissionais que tomam o ser humano como unidade de identidade, como estrutura fechada, como totalidade (Domènech; Tirado; Gomes, 2001). Nessas vias pós-estruturalistas e pós-coloniais, reconhecemos no humano a sua diversidade múltipla de expressão e de conexão com a diferença da diferença. Assim, devemos investir em explicações melhores sobre a sexualidade e gêneros, sob perspectiva contextual e interseccional, mas também precisamos investir em outras artes de viver.

O debate em torno da “teoria/ideologia de gênero” acendeu a discussão, no sentido das demandas contempladas nas intervenções psicológicas; logo, procuramos, guiados pelas

experiências cotidianas desses profissionais, elencar quais são as necessidades legítimas que chegam para a Psicologia. Este estudo indica a problemática da violência como imperativo dos problemas de gênero e o modo como é engendrada, em nossa sociedade, revelando esse espaço que é atravessado por múltiplos dispositivos: da sexualidade, do inconsciente colonial capitalístico, entre outros que visam ao controle dos corpos, dos gêneros, das sexualidades e da vida, em sua esfera cotidiana.

Olhar a Psicologia e ousar perguntar sobre o que se faz, no local do sigilo, não é tarefa simples. Abrem-se muitas possibilidades para o que ainda deve ser visto, problematizado, enfrentado, mas, principalmente, inventado com coragem e força de se fazer ser. Assim, constatamos que avançamos no debate em termos teóricos, mas estamos longe de uma prática no campo de gêneros e sexualidades que, de fato, promova uma vida digna.

As informações aqui expostas podem contribuir com o deslocamento das Psicologias para tecer uma rede capaz de mesclar essa ciência com as realidades sociais contemporâneas. Nesse sentido, precisamos rever posições e reformular teorias e práticas, no compromisso com a transformação social.

Marcamos como movimento de resistência a necessidade de promover, a partir das práticas discursivas de inserção desses sujeitos, e instituir, através do feminismo e da política *queer*, novos horizontes para as Psicologias, as quais, por seus princípios ético-políticos, não devem legitimar preconceitos e desigualdades. Precisamos assumir a necessidade emergente de incluir uma compreensão interdisciplinar composta por diversidades e multidões que visibilizem os modos outros de se viver prazeres, sexos, sexualidades e gêneros.

## 4 NARRATIVAS DE PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

### 4.1 O método da narrativa

Este lugar singular de narrar é constituído na descentralização do sujeito que narra, pelos atravessamentos de pluralidades de vozes, que se constituem através da multiplicidade, nos encontros entre a teoria, os autores, as pessoas com quem compartilhamos nossos saberes, na docência e nas práticas profissionais, na vida, nos territórios onde existimos.

A perspectiva narrativa é de saberes localizados, cujos objetos não preexistem em um lugar “fora”, mas, antes de tudo, são efeitos de práticas de mapeamento, de fronteiras que se engendram cotidianamente nas lutas, nos consultórios, nas ruas, nas instituições, assim como na escrita, na compreensão da performatividade da palavra. Uma pluralidade de vozes! Somos múltiplos, intervimos e criamos comunidades, a partir dessa multiplicidade de afetos que aumentam ou diminuem nossa capacidade de existir e que atribuem às narradoras e aos narradores o lugar de uma conjunção agenciadora do coletivo de vozes.

A narrativa, como proposta metodológica, emprega o agenciamento que “[...] expressa a dobra de conexões e articulações entre distintos elementos que se dispõem, agenciam e constituem uma maquinaria” (Hur, 2018, p. 36), de sorte a servir como instrumento ao propósito de objetividade e racionalidade desta pesquisa científica.

Articulamos, assim, a perspectiva dos saberes localizados, de Donna Haraway (1995), e as Epistemes feministas, a teoria narrativa de Walter Benjamin (2012), conceitos da esquizoanálise, como rizoma e dobra, e, no decorrer do processo, fomos compondo um sistema aberto, heterogêneo, efetuando processos que não apenas representam, mas também intervêm nesse cenário das Psicologias que pretendemos narrar. Buscamos agenciar uma linha narrativa de inteligibilidade sobre a nossa problemática, nas tessituras desse campo de forças e tensionamentos, que se aproximam e geram fluxos a conferir inteligibilidade a esse campo de análise.

Nesse processo, construímos, a várias mãos, um roteiro de entrevista com sugestões de colegas psicólogas, psicólogos e pesquisadores experientes, nesse campo da narrativa, a fim de atender aos objetivos da investigação e possibilitar o encontro com essas narrativas de experiências profissionais com as histórias das vidas que se agenciam a elas.

Por fim, nosso roteiro norteador contou com 12 perguntas, que foram utilizadas para agenciar as experiências dessas e desses profissionais, com base nos seguintes eixos temáticos:

a aproximação com os estudos de gêneros e sexualidades, incluindo a formação e as teorias a que teve acesso; os campos de atuação profissional e as práticas que desenvolvia; e, por fim, a relação com a própria vida e os cruzamentos com outras formas de opressão, raça, classe, geração, entre outros. Propomos as questões como norteadoras. Nesse sentido, incluímos, no processo de entrevistar, o que for necessário para esclarecer esse processo. O instrumento serve, aqui, para composição das narrativas.

Nesse caminho, são as histórias vividas entre profissionais de Psicologia e seus clientes que conduzem as práticas discursivas narradas sobre intervenções de gêneros e sexualidades, para visibilizar suas experiências narradas, a fim de adentrar nas histórias (ainda) não contadas sobre o trabalho desses profissionais e seus desdobramentos, suas redes na vida das pessoas e instituições. Mas, quem entrevistar? Como conhecer uma heterogeneidade de profissionais e práticas, de sorte a compor uma visão ampla da profissão? Abrir para outras conexões, formações, intervenções, discursividades, para além das redes da pesquisadora e pesquisador?

Decidimos utilizar o questionário *on-line* (Apêndice A) e solicitar o auxílio do Conselho Regional de Psicologia, na divulgação, para nos conectar com a diversidade de profissionais do Estado do Paraná, ação que possibilitou entrar em contato com 106 profissionais de Psicologia, conforme já mencionamos. Dentre essas pessoas, que se voluntariaram a compartilhar conosco informações objetivas sobre suas práticas e saberes, selecionamos, ao total, 10 psicólogas e psicólogos, que representassem os diversos espaços de atuação da Psicologia, de diferentes regiões do Paraná, com distintos tempos de atuação profissional e níveis de formação.

Sobre as práticas profissionais dessas pessoas, apenas sabíamos o que constava em nosso questionário. Esta pesquisa não é sobre *experts* na área de gêneros e sexualidades, na Psicologia, porém, sobre inquietações que se dirigem ao cotidiano, o comum, sobre essas Psicologias, as quais avançam e ocupam lugar nas vidas de pessoas que vivem as mais variadas condições de existência.

Nossa proposta inicial era fazer todas as entrevistas pessoalmente, deixar-nos afetar pelos encontros e espaços em que eles aconteciam. As primeiras três entrevistas conseguimos realizar assim, mas as que aconteceram no ano de 2020, em função da pandemia de COVID-19, tivemos de adaptar para o modo *on-line*. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Todavia, como aproximar esses posicionamentos tão diferentes no mundo e criar narrativas sobre as Psicologias, diante desse campo tão diverso? Benjamin (2012) se refere à narradora e ao narrador que percorre longas distâncias e vem de longe, mas, também, com prazer, trata daqueles que narram sem nunca sair de seu país e que conhecem suas histórias e

tradições. Essas duas experiências são resumidas por Oliveira (2013) em como “ter o que contar”; essa é a primeira e mais importante condição do narrador, para nós, e a compreendemos como princípio que conduz esses diferentes personagens a uma aproximação, uma linha que percorre essas diferenças e cria o espaço do comum, do que pode ser narrado.

Operamos, dentro da teoria narrativa de Benjamin (2012), com o conceito de experiência, aquela que não se altera no tempo, apesar da apreciação de ser contada de boca em boca, que transmite a experiência no sentido pleno e que é a fonte de narradoras e narradores, vale frisar, para ele, já não existem, na sociedade capitalista moderna, condições para que isso ocorra.

Dessa maneira, o historiador e a historiadora materialista – acrescentamos aqui, desta pesquisa e outras áreas – deve construir uma experiência com o passado e fundar outro conceito de tempo, “tempo agora”, o qual seria caracterizado pela intensidade e brevidade, oferecendo-nos um retrato, como diria Rocha (2014). Para isso, esse historiador ou historiadora deveria ser “[...] capaz de identificar no passado os germes de uma outra história, capaz de levar em consideração os sofrimentos acumulados e de dar uma nova face as esperanças frustradas” (Gagnebin, 2012, p. 8).

A experiência, para efetivamente ser transmitida, deve pautar-se em uma realidade possível de ser compartilhada entre narrador e ouvinte. É uma perspectiva de comunidade, mas também do tempo, como em uma relação de trabalho artesanal, a qual se desenvolve em ritmos lentos e orgânicos, que constituem o tempo de contar, como uma maneira de dar forma ao que é narrável.

Essa relação entre experiência e comunidade constitui a dimensão prática da narrativa, a de transmitir um saber, um conhecimento que os ouvintes podem receber com proveito. Essa perspectiva da narrativa se assemelha ao aconselhar, contudo, em nossos termos, “[...] aconselhar é menos responder a uma pergunta do que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está se desenrolando” (Benjamin, 2012, p. 216).

Para Benjamin (2012), esse estilo de contar histórias, nesse processo de deixar de existir, sufocado pelos meios de produção capitalistas e imediatistas, não pode ser interpretado como sintoma de decadência, pois o que está em extinção é a sabedoria, e não a narrativa. A narrativa, nesse jogo de forças que insiste em expulsar a narrativa desse campo de discurso vivo, acaba por conferir a ela novas perspectivas.

A experiência narrada, na visão de Rocha (2014), permite a análise da natureza performativa das ações relatadas e a explicação de singularidades do ilocutório, que, na

perspectiva apresentada, ganha sentido apenas por intermédio da linguagem, explicado a partir de agenciamentos coletivos de enunciação, que coordenam os processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua.

Como aponta Gagnebin (2006), ao suscitar o resgate da memória coletiva e situar os perigos de seu apagamento intencional e perverso, é imprescindível o trabalho das pessoas que narram para transmitir no processo de escrita o inarrável, acalentar as reminiscências e conservar o passado, para que possam ser tecidas outras produções existenciais no presente e no futuro, de preferência, emancipadoras. A preocupação se relaciona à transmissibilidade de uma experiência e ao reconhecimento de um encontro marcado entre as gerações, ou apenas entre períodos de tempo vividos por uma mesma pessoa, momento oportuno para a citação do sofrimento dos que foram vencidos no passado.

Observamos a ressonância na percepção de Haraway (1995), para quem o feminismo tem a ver com uma visão crítica, a qual não é percebida dos lugares universais, relativistas e totalizadores, entretanto, desde o ponto de vista dos subjugados. Ver bem não é possível, se tentarmos ocupar todos os lugares, posições privilegiadas e subjugadas. O que é possível é a junção de visões parciais numa posição coletiva, “[...] de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar” (Haraway, 1995, p. 34).

Para o que estamos olhando, afinal? De que local? Com quais composições? Algumas dessas questões parecem autoevidentes, na exposição sobre a atuação profissional, porque estamos buscando a “[...] faculdade de intercambiar experiências” (Benjamin, 2012, p. 2013), o intercâmbio entre os movimentos e o que permanece, entre intensidades, no campo de forças, o que produz diferenciação e singularidade.

Não pretendemos dissociar a experiência e a visão, ambas são conexas, portanto, queremos compor com elas. Haraway (1995) evoca o sentido da visão, para debater a objetividade e, com esse sentido, mergulhamos na narrativa de experiências corporificadas, para que possamos narrar onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental, cognitivo e físico, e, dentre essas dimensões, nos responsabilizar sobre o que aprendemos e possibilitamos ver. A visão e a experiência compõem esse campo singular, uma maneira de assumir uma postura afirmativa sobre os modos de ver.

O que Haraway (1995) postula é uma perspectiva de produção de conhecimento que é vista como ator e agente, “[...] na qual a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social” (Haraway, 1995. p. 36). Dessa forma, consideram-se

não apenas os agenciamentos, conexões das pessoas que entrevistamos, mas também os saberes outros das ciências, em uma perspectiva que leva em conta os “objetos” e o mundo a estudar como entidade ativa, espirituosa, e não simplesmente um recurso a ser mapeado e apropriado passivamente.

A objetividade está na afirmação do que se apresenta como uma diferença, mas também como um ser de tempo e potência de existir. Parece ilustrativo evocar a proposição da Haraway sobre as fotografias do mundo. Seria possível fazermos fotografias de Psicologias? “Mas da elaborada especificidade e diferença e do amoroso cuidado que as pessoas têm de ter ao aprender como ver fielmente do ponto de vista do outro, mesmo quando o outro é nossa própria máquina” (Haraway, 1995, p. 22).

O desafio é sempre ético, neste contexto de pesquisa, pois compreender como esses sistemas de visibilidade funcionam tecnicamente, socialmente e psiquicamente – considerando de onde vem cada colaboradora e colaborador desta investigação – seria o que Haraway chama de corporificar a objetividade feminista.

Há a necessidade de se olhar de uma forma objetiva para os fenômenos, o que só é possível através da perspectiva parcial. Esse processo não seria pautado na neutralidade, como outrora provocou um olhar fechado em muitos fazeres psis, contudo, em uma objetividade implicada.

A visão é sempre uma questão do poder de ver – e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos? Essas observações se aplicam também ao testemunho a partir da posição de um “eu” (Haraway, 1995, p. 25).

Assim, quais os efeitos desse olhar, sob algumas perspectivas, ao narrar Psicologias, como a pretensão de neutralidade, a universalização de certos saberes, o imperialismo colonizador de algumas outras teorias? Quais experiências de vida foram privilegiadas pelas Psicologias? E quais foram silenciadas?

A respeito da objetividade, uma primeira recusa é diferenciar o extraordinário leque de contextos que podemos adentrar em teorias e campos de atuação das Psicologias, insistindo no campo comum que atravessa todas as áreas da Psicologia e que tem os gêneros e as sexualidades como elementos da constituição da vida humana. Assim, a prática dessa narrativa caminhará para os terrenos que privilegiam a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança de transformação do que estamos vendo, afinal, nessas Psicologias.

Retomando a relação entre visão e experiência, evidenciamos a perspectiva de visão, objetividade e racionalidade, um projeto político e ético para uma proposição epistemológica em que o conhecimento é uma prática situada, tomado como prática imanente e que tentamos desenvolver aqui, como uma relação íntima à experiência. A experiência daquilo que é narrado pode ser uma potência de existir, criando rizomas, possibilitando encontrar sentidos prontos ou narrativas próprias/diferentes, as quais se efetuam na linguagem.

A potência de existir não está reduzida ao vivido/existido, mas se estende à experiência. Assim, o ensaio de Walter Benjamin, “O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”, de 1936, reúne elementos de uma teoria da narrativa em que cada história é agenciadora de outras histórias múltiplas, na persistência da abundância de sentidos, do seu não acabamento, incorporando esse movimento de abertura como uma riqueza do processo narrativo, além de ser igualmente uma riqueza da visão da experiência.

A arte de narrar é uma sintonia de forças, agrega uma confluência da experiência individual com a experiência coletiva e, desse modo, dispara outras experiências. Como vivemos uma pluralidade de mundos e realidades criadas por nossas próprias formas de perceber, há tantas formas de existência como distinções construídas pelo observador (Fonte, 2006).

A arte de narrar, para Benjamin (2012), não está interessada em transmitir a pureza do que se está narrando como uma informação, todavia, implica-se em mergulhar a coisa narrada na vida do narrador, que a marca e a enche com seus vestígios, seja na qualidade da coisa vivida, seja na qualidade de quem relata. É uma narrativa que conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver, pois está marcada na história e na memória de quem ouviu, observou, experimentou. A experiência tem um valor importante, na obra de Benjamin, porque enfoca a dimensão das significações sobre a vida coletiva e pessoal.

Trata-se de narrar a coexistência dessas Psicologias diversas, de múltiplas atuações profissionais, de criar casos, de narrar histórias dos nossos encontros com outros, em função dos quais nos constituímos. Como ressaltam Arendt e Moraes (2016), contar histórias locais, por estas regiões do Paraná, situadas, histórias que narrem o nosso devir com outros é uma forma de fazer mais denso o mundo. Denso, no sentido de composição do mundo, do que importa ou do com que se importar.

## **4.2 Práticas discursivas e a performatividade na Psicologia**

Buscamos desenvolver uma linha que cria ressonâncias entre cada uma das narrativas, ligando-as aos nossos objetivos de pesquisa, neste espaço de narração que chamamos de comum. Nessa linha, a qual atravessa as narrativas, encontramos as ressonâncias por composição, mas também o embate de forças que pulsam desse campo social e das experiências vividas, os quais nos possibilitam dar visibilidade a esses processos de subjetivação diante da prática profissional, nos espaços em que são possíveis, como se pode existir hoje.

Desse modo, consideramos práticas discursivas as ações que se realizam por intermédio da palavra. Assim, as narrativas não podem ser concebidas como uma representação do mundo por intermédio da linguagem, uma vez que, ao serem apresentadas, são um retrato, uma paralisação do tempo em que esses profissionais narram suas práticas, que altera a distância e intensidade. Essa representação é parcial e remete a uma construção ou interpretação dessas práticas como temporárias e abertas a problematizações. São retratos de intervenções no mundo, expostos pela linguagem.

Todos os nomes aqui apresentados são codinomes. Os nomes das instituições e empresas foram suprimidos, assim como os das cidades, para garantir a privacidade da identidade das pessoas que colaboraram neste processo. Seguimos apresentando ou dando visibilidade a cada personagem das nossas narrativas, preservando seu discurso e modos de expressão, a partir dos retratos que seguem, nos quais nossa intervenção textual é no sentido de colagem e articulação dos fragmentos selecionados.

#### *4.2.1 Retratos de Clarissa*

Clarissa foi minha primeira entrevistada. Eu estava ansiosa. Fui recebida em seu consultório, um lugar calmo e distante do centro, o qual me soava assim como ela, tranquilo. Clarissa, mulher cisgênero heterossexual, tem 10 anos de atuação na Psicologia, segue a abordagem da Psicanálise, principalmente as abordagens contemporâneas.

Transitou por várias áreas, da Psicologia Escolar, da Clínica, da Psicologia Organizacional e do Trabalho, de políticas públicas, como o CREAS, e, em todo esse tempo, foi professora de Psicologia para cursos de outras áreas, em uma faculdade privada. Concluiu Especialização em Psicologia Organizacional e Mestrado em Educação. Atualmente, está fazendo a formação em Psicanálise. Falou sobre sua formação e como não teve as discussões de gêneros e sexualidades, apenas a sexualidade na perspectiva do desenvolvimento humano: “[...] *a minha formação falhou nesse sentido*”.

Os primeiros contatos com as discussões de gêneros e sexualidades se deram no Mestrado. Foi quando aprofundou os debates e passou a ver o feminismo de outro modo.

Compreende gênero como

*[...] expressões das pessoas que pode ou não estar relacionadas ao sexo biológico, o gênero masculino, o gênero feminino. Ligado às questões sociais da sociedade em que nós estamos inseridos nesse momento, como uma construção das pessoas ao longo da vida em que elas se identificam, se expressam e se dizem como gênero masculino, gênero feminino, mediante aquilo que é construído socialmente também, diante do que a nossa sociedade diz o que é o masculino e feminino. [...] Já a sexualidade é um termo mais amplo, entendido a partir da Psicanálise. A sexualidade como uma construção psíquica desde nossa constituição enquanto sujeitos, como um tema guarda-chuva, nela nós temos o sexo, orientação sexual, gênero, temos as formas de expressões, as formas como nós nos relacionamos uns com os outros, a construção da sexualidade desde a infância.*

Clarissa relatou muitas de suas demandas:

*Eu atendi casos, assim o principal que eu vejo em relação a isso é abuso sexual. Então, infelizmente a gente não imagina o quanto isso é comum até ir para a prática clínica, realmente é muito comum, não que as pessoas procurem por esse motivo, mas, no decorrer dos atendimentos, é muito raro encontrar alguém que não tenha passado, acho que exagerei... mas, assim, é comum encontrar pessoas que tenham passado por experiências de abuso sexual, a maioria mulheres, tem homens também. Hoje, na clínica, eu tenho um homem que foi abusado, mas na maioria mulheres e a maioria quando eram crianças. [...] Tem questões que atendo também de homens, pensando em homens, não sei qual palavra usar, na relação com a sexualidade deles, quando eles estão com dificuldades nas relações sexuais [...] o quanto isso afeta na masculinidade deles. Eles não se sentem homens, porque eles não estão conseguindo exercer uma função sexual como eles acham que tem que ser no desempenho. Isso também aparece, dificuldades de se relacionar, de ter o primeiro contato com a mulher, ou mesmo homens casados, a partir de uma determinada idade, o desempenho deles cai e eles ficam muito inseguros, alguns até pensam na possibilidade de cometer suicídio, porque acham que a vida não tem mais sentido, porque agora eles não são mais homens, eles não prestam para nada, então, tem essa lógica.*

Clarissa sempre teve mais dificuldade para atender homens, principalmente quando iam falar sobre a sexualidade deles, ficando mais à vontade com mulheres, mas com o tema sexualidade, no início da profissão, ficava mais travada. Percebe dificuldades, ao trabalhar com pessoas mais tradicionais. Quando trabalhou na Psicologia Organizacional, em uma fábrica de roupas, relata um episódio interessante:

*[...] no setor de produção, na lavanderia, que era um trabalho bem braçal, que você tinha que lavar o jeans, teve até uma situação envolvendo um menino que eu contratei que ele era homossexual e ele dizia isso tranquilamente, não escondia, e aí, quando ele entrou, as mesas eram mesas compridas e um ficava na frente do outro, e quando ele entrou, nenhum dos meninos queria que ele ficasse atrás, “[...] porque eu não vou ficar na frente desse veado”, eram as coisas que eles diziam. O próprio supervisor, para evitar problemas, trocou ele de lugar, claro que o correto era a gente conversar sobre isso, mas eu ainda não tinha abertura para falar sobre essas questões, naquele momento.*

Sobre as intervenções, explica:

*[...] entendo a clínica muito por essa escuta ativa, a intervenção seria os meus saberes e como isso me ajuda a compreender o sujeito, porque eu não vou falar com ele sobre isso, então, a intervenção seria na ampliação da minha compreensão do sujeito e na minha escuta ativa em relação ao sujeito, porque aí a metodologia por meio dos questionamentos.*

E sobre a Psicologia, ela comenta: “*[...] todas as áreas da Psicologia, escola, educação, isso é muito evidente, cada vez mais evidente, eu não acho que não tem como separar mais, não tem como você estudar Psicologia, atuar como psicólogo, se você não entende essas questões de gênero e sexualidade*”.

Finalizamos a entrevista com Clarissa conversando a respeito de seus projetos futuros de concluir a Pós e tentar um Doutorado, os programas e temas que são de seu interesse, assim como as perspectivas de trabalho.

#### 4.2.2 Retratos de Marielle

Encontrei Marielle em seu trabalho, um encontro com a luta. Ela é psicóloga há nove anos, tem Mestrado em Psicologia da Educação Histórico-Cultural. Atualmente, trabalha em um CRAS e é militante de um coletivo feminista, desde 2011, quando estava no segundo ano do Mestrado. Ela entende que existe um limite entre a militância e a atuação da Psicologia, por isso separa os espaços, por mais que reconheça que a militância a constitui.

*A gente tem coletivo que se reúne para trocar ideias, para responder algumas coisas que estão acontecendo no mundo, pra gente fazer algumas ações, e conversar sobre isso, até porque o nosso é um grupo interseccional, que aborda tanto mulheres, homens trans, e aí a gente precisa entender como que funciona a questão da cisgeneridade, a transgeneridade. Então, isso é importante para o movimento, pra gente entender e poder fazer a defesa e também dessas populações que sofrem com o preconceito que têm os seus direitos violados a todo momento, que não têm espaço na sociedade.*

Mulher cisgênero heterossexual, dedica-se ao estudo do feminismo, gêneros e sexualidades, Psicanálise, leituras histórico-culturais, e costuma ler autores como Orozco, Djamila Ribeiro, Silvia Federici, Megg Raiara, Grada Kilomba, Sayak Valencia, Bento, Schucman, Franz Fanon – essas são suas leituras recentes. Compreende que “*[...] gênero é uma construção social, que é desde que as pessoas se constituem, desde o nascimento vão se constituindo, é algo que é construído pela sociedade, pela família, pela escola. Então, eu entendo como uma construção mesmo que será realizada*”. Já a sexualidade “*[...] é como você vive as coisas ou como você tem a sensação no corpo, na cabeça, desde um toque prazeroso, um cafuné, um contato mais próximo. É como você se expõe no mundo, de que forma que isso te agrega alguns sentimentos de prazer, eu acho que é mais ou menos isso*”.

Marielle foi muito aberta, ao falar de suas práticas profissionais, fornecendo-nos muitos detalhes, inclusive nos apresentando alguns de seus materiais de trabalho:

*Primeiro é não tachar como algo que precise atendimento, psicoterapia. Eu acho que o trabalho com gênero passa primeiro pela educação, a gente falar sobre isso, a gente falar que existe preconceito, falar que existem pessoas que não se identificam com o sexo biológico, diferenciar isso, que a gente vive num sistema binário, que entende que homem é assim, se comporta de um determinado jeito, e mulher é assado e se comporta de outro determinado jeito. Eu faço grupos aqui no serviço de convivência, ou sou eu ou são parceiros, porque quem trabalhou gênero com esse grupo que eu estou agora foi o pessoal, estagiários de uma faculdade que tinham esse projeto de trabalhar gênero e sexualidades, foi muito legal. E a gente estava conversando sobre essas coisas e eu atendo muita demanda [...], aqui no CRAS de automutilação, de depressão na adolescência, que as pessoas entendem que é uma depressão, e como que eu tenho absorvido essa demanda, eu faço os primeiros atendimentos, oriento e incluo no grupo, se no grupo se desenvolve, eu vejo que está auxiliando, eu não encaminho para a saúde ou para o CAPS, às vezes, é uma questão de pertencimento.*

Ela narra um episódio ocorrido em seus atendimentos:

*Em um desses grupos, uma das adolescentes começou a questionar o gênero, o próprio gênero, antes de ela entrar no grupo, ela já vinha com algumas questões emocionais, que eu fiz alguns atendimentos aqui de orientação e encaminhei ela para o grupo e ela começou a ter essa dificuldade de compreensão, ela se diz muito confusa, ela se diz que não sabe o que está acontecendo com ela, e, na conversa, ela me falou assim: “Eu não consigo mais aceitar que as pessoas me chamem pelo nome feminino”... eu percebi que não é uma confusão, ela está certa do que está vivenciando, e eu comecei a questionar: “Como você quer que eu te chame?”, “Não, eu quero que você me chame pelo nome masculino”, “Então, está bom! Nós vamos te respeitar dessa forma”, porém, tem lugares e tem espaços que isso não vai acontecer, como na escola. Ela está fazendo um curso agora que também precisa da questão de documentação. Ela não está segura ainda para contar para os pais, precisa dos pais, nesses momentos. E o que nós estamos fazendo? Continuamos conversando sobre essas coisas nos grupos e todos os assuntos transversais, como o preconceito na escola, como a questão da inteligência emocional, e quando ela quer conversar comigo, a gente conversa individual, e eu estou trazendo leituras para ela: “Leia isso”, “Busque aquilo”.*

E ela continua a falar, lembrando casos que encontrara, em seu trabalho anterior:

*Eu já atendi, também, um adolescente que se identificava com o gênero feminino, só que era um caso mais complexo, existia prostituição no meio e fatores de risco, quando eu trabalhava no CREAS, e aí também a nossa atuação era muito assim, na orientação dos pais, na compreensão de que isso não é uma doença, de que isso não é algo que vai passar, não é uma fase, a questão da identificação, e que isso é muito importante a gente conhecer. A gente precisa estar preparado para dar orientação, para acolher, para ouvir. Isso não se trata também de a gente estar fazendo uma cura, mas que a gente está acolhendo aquele sofrimento naquele momento, e entender por que existe sofrimento. O sofrimento ele existe porque existe uma sociedade que tem preconceito e que desconstruiu isso, não existe pessoas que querem se identificar com os dois gêneros, ou que queira mudar a sociedade, entendem que isso é algo ruim, e não é. Então, eu trabalho, mas, aqui no CRAS, eu trabalho dessa forma. [...] As crianças vêm, mais no sentido assim, de questões de expressão de gênero, porque, por exemplo, tinha uma menina no nosso grupo que jogava bola e que ela vinha de boné, de calção, bermudão, e as meninas vinham perguntar para mim: “Ela é menina ou menino?” – eu falei: “Pergunte para ela, o que que você acha, chegue e pergunte para ela, mas por que que você está curiosa?” “Ah! Mas, professora, ele quer brincar com a Barbie”, “Não tem problema, qual que é o problema?” [...] Com mulheres, eu fazia alguns grupos de PAIF, eu lembro que a gente trabalhava assim, os papéis*

*sociais da mulher e do homem, e quanto isso trazia alguns sofrimentos, as violências. [...] Difícil, difícilíssimo, nenhum grupo masculino, a única vez que eu trabalhei com grupo masculino, olha que interessante, foi quando me chamaram para fazer um encontro com os homens do patronato, que eles estavam cumprindo algumas medidas por terem cometido violência contra mulheres, e tinha um grupo de homens, e aí eu estava trabalhando no CREAS, eu fui para auxiliar umas colegas, eu fui com elas lá e eu falei sobre a violência do Estado, falei sobre a violência que as pessoas sofrem, violência institucional, e foi uma experiência que eu não gostaria de voltar fazer. Eu não sei, eu não me sinto preparada, eu tenho essa dificuldade de lidar com homens, é bem mais difícil para mim, tanto quando eu vou fazer uma visita, alguma coisa, eu sempre tento trazer os pais e os homens, porque têm um papel importante ali.*

Além das práticas aqui apresentadas, ela dá muitos outros exemplos de trabalhos que realiza. Ao desligar o gravador, começa a relatar os sofrimentos que enfrentou, nesse fazer Psicologia, e as mudanças de trabalho para cuidar da própria saúde.

#### 4.2.3 Retratos de Lua

Entrevistei Lua em um evento científico. Uma das impressões primeiras foi sua força e sua diferença. Lua, mulher cisgênero heterossexual, era formada há quatro anos, na época da entrevista, e mestra em Estudos Latino-Americanos Interdisciplinares, uma marca da sua narrativa e também das suas práticas profissionais, as quais buscam integrar aspectos da cultura regional nas atividades que desenvolve.

Lua defende uma Psicologia latina, que descolonize os saberes e pense possibilidades a partir da nossa realidade. Faz sentido ela não ter optado por nenhuma abordagem teórica da Psicologia. Suas experiências de atuação se dão na Psicologia Escolar e Social e, recentemente, iniciou o trabalho com Família Acolhedora. Suas propostas de intervenção têm uma relação orgânica com a corporeidade e a vivência desse processo, como quando exemplifica suas intervenções e abordagens sobre a menstruação, ao mesmo tempo que discute questões ecológicas, o que se mostra uma habilidade de convergir elementos da vida às problemáticas de intervenção.

Sobre a Psicologia, Lua afirma:

*Eu defendo muito uma Psicologia que seja vista e feita a partir de um viés ativista e político. Eu sempre falo que a Psicologia da neutralidade, com muitas aspas disso, ela fala de um posicionamento que contribui para que os pensamentos opressores eles sigam vigentes. Então, eu acho que essas discussões de gênero, sexualidade, raça, classe social têm que ser debatidas e têm que ser levada para o nosso dia a dia de atuação.*

E consegue pôr em ato, quando exemplifica algumas de suas intervenções, ou mesmo quando usa o lugar de fala para apresentar sua perspectiva pessoal de sexualidade.

Em um primeiro momento, havia anunciado uma definição fundamentada em discursos da Psicologia, como uma categoria construída ao longo da vida, como um ser sexualizado que se constitui a partir das nossas relações com o materno, do sentir prazer, do desejo pelo mundo, que fomenta a nossa necessidade de conhecer o mundo e que tem relação com nosso corpo:

*Eu gostaria de falar de como eu vejo a sexualidade, para mim, eu acho que isso é importante, de como a gente se vê como ser humano, eu vejo que, pra mim, o meu entendimento de sexualidade é uma sexualidade sagrada, do meu corpo como algo sagrado mesmo, que me pertence, que eu tenho direito de decisão sobre ele, sobre coisas que elas têm que voltar ter sentido, é um sentido afetivo, político... como eu falei, parece que a menstruação era uma coisa tão esvaziada de sentido, de significado e que hoje em dia tem uma outra concepção pra mim. A sexualidade, muito mais do que um encontro de corpo ou ato sexual, e eu acho que isso tudo tem que ser considerado, tem que ser respeitado numa forma de transmitir esses conhecimentos, que, quando a gente fala sobre sexualidade, tem muitas outras coisas que atravessam, e que têm que ser considerados no fazer da Psicologia, e aí vai de uma sensibilidade da gente na hora de falar sobre isso, acho que é isso...*

#### Compreende gênero como

*[...] uma categoria que foi completamente construída, em que se coloca construções históricas que também estão baseadas em patriarcado, em opressões que foram sendo construídas com um objetivo de opressão social também. [...] acaba muitas vezes forçando a gente a se colocar de um lado ou de outro, e que faz com que a gente perca um pouco sobre as nossas múltiplas possibilidades no mundo de ser.*

As suas práticas são detalhadas e apresentam perspectivas de uma Psicologia decolonial, descritas por ela do seguinte modo:

*O principal aconteceu dentro da minha maior experiência, que foi em escolas em que a gente tinha um projeto, que éramos eu e mais duas psicólogas, de fazer oficinas sobre gênero e sobre sexualidade e também pegando a questão sobre o bullying, trabalhando as diferenças com os 5º anos, marcadamente. Foi uma experiência muito legal, porque eu conseguia problematizar a partir da infância a questão da construção de gênero, por exemplo, a partir das brincadeiras: “Qual que é os presentes que geralmente as meninas ganham? E os meninos?”, então “O que que isso resulta?”. Eles conseguiam fazer muito bem esse movimento, as crianças, e se questionar, inclusive, muitas vezes, as meninas olhavam para os meninos e falavam: “Quero ver quem que não vai mais me deixar jogar futebol?”. Então, eu adorava colocar eles nesse papel de questionamento sobre o que é normal, o que que é uma normativa social e será que eu tenho que ir de encontro a isso. Inclusive questões de gênero mesmo, às vezes eu me perguntava se era muito cedo para eu falar sobre isso com eles, mas assim eu levava um vídeo do Pablo Vittar inclusive, falando sobre as construções de gênero e falava que a gente nascia pelado, o que vinha depois disso era cultural. Então, assim, “Será que por que a mulher usa salto?”, então, essas coisas do cabelo comprido, do brinco, tudo como construções sociais e que, se eu não quero vestir isso, tá tudo bem, mas eu tenho que respeitar isso no outro, quando é uma decisão da outra pessoa, e que eu saber de uma violência de gênero de sexualidade e me omitir de falar isso para alguém, eu estou cometendo, sim, uma violência, um crime.*

#### Ela conta, ainda, sobre outros projetos que desenvolvia, cujo tema era a sexualidade:

*Em relação à sexualidade, a gente tinha um projeto na Prefeitura que a gente pretendia expandir, mas eu acabei saindo da Secretaria antes disso. Nós estávamos com um grupo de estudos sobre sexualidade e que a gente pretendia expandir essa*

*questão, ter essa discussão com os pais, com os professores, e de como conversar isso com as crianças, porque, muitas vezes, essa era uma demanda que vinha dos CMEIs “Ah! Ele está se masturbando, eu acho que ele está sendo abusado”. Então, de entender quando isso é algo normal, que é do desenvolvimento do corpo humano e que ele ou ela está conhecendo o corpo, a criança está conhecendo o corpo, e quando é algo que mostra que a gente tem que se debruçar e que possa ser indícios de uma violência. Então, a gente também trabalhava no sentido da prevenção da violência, do abuso e exploração sexual infantil. Então, tinha um projeto com o 5º ano mais marcado, porque depois disso eles iam para o Estado, até sobre conhecer sobre o funcionamento do corpo, e eu trabalhava inclusive assim, dessa construção social, com as meninas e com os meninos, de que a menstruação é algo sujo, então, eu trazia esse posicionamento também, do nosso corpo empoderado, das diversidades de corpos que existem, das belezas, de quebrar um pouco isso de padrão de beleza que gera muito sofrimento, isso desde a infância, da adultização do corpo infantil. Então, eu tentava trabalhar diversas coisas nessa oportunidade de trabalhar isso, mas a gente também começou a expandir esse projeto para 4º ano e para os anos anteriores, mas aí cada vez com menos complexidade, mas muito aberto para o que que eles tinham para perguntar sobre aquilo e responder isso. Eles surpreendem muito com as perguntas que ele fazem.*

Lua considera como parte da proposta feminista falar de uma sexualidade da mulher que desconstrua a ideia de corpo e menstruação como algo sujo. Nesse sentido, ela acrescenta:

*[...] existem tantos movimentos na América Latina, de você entender o teu sangue como um instrumento de poder, porque, quando você vê o sangue menstrual, o que você pensa? Gente, aquilo tem a energia necessária para a criação de uma vida. Então, a gente pega isso, coloca isso num plástico que vai poluir o meio ambiente e joga fora. E hoje diz esse movimento latino-americano e até mesmo o mundial do “Plante sua Lua”, não sei se você já ouviu falar... Que você coleta o teu sangue menstrual, hoje em dia tem as calcinhas absorventes e outras formas disso e você transforma o teu sangue em um instrumento de poder e de prece e entrega para a terra, porque entende que isso é fecundo, é nutriente. [...] a gente fala menstruação atrela a mesa, a gente segue o ciclo da lua que é do feminino, como algo fortificador e revolucionário, que a gente entende, então, que as mulheres não precisam competir. Isso tudo vem de uma outra concepção de sexualidade e de corpo que tem a ver com uma construção latino-americana de corpo e que está sendo resgatado agora.*

Quando enviamos as entrevistas transcritas, Lua relatou que, nas suas novas atividades na Família Acolhedora, estava problematizando muitas questões sobre famílias e mulheres, e conseguiu, junto com seu grupo de trabalho, incluir absorventes na cesta básica distribuída no município, através da emenda de uma política pública já existente, entre outras ações decorrentes dessa perspectiva que se vai desenvolvendo.

#### 4.2.4. Retratos de Beatriz

Beatriz foi a primeira entrevista que realizei pelo *Google Meet*, em função da pandemia. Mulher cisgênero bissexual, tem uma presença forte e posicionamentos bem definidos. É psicóloga há três anos e atua pela abordagem da Análise do Comportamento e, no tempo transcorrido entre as respostas que apresentou, no questionário, e a entrevista, ocorreram muitas transformações no seu perfil profissional. Tem experiências profissionais com Psicologia da

Educação e Psicologia Clínica, no ambulatório de atendimento a pessoas LGBTQIA+, como voluntária, sendo ainda representante do Conselho Regional de Psicologia. Atualmente, está vinculada a um programa de Mestrado em Psicologia. Eis sua concepção sobre gênero:

*Gênero é “construção social”, tem a frasezinha pronta. Eu concordo muito até pela abordagem da Análise do Comportamento, a gente compreende que o ser humano é feito de um tripé, que é a história evolutiva da espécie, a história de vida do indivíduo e a cultura na qual ele está inserido. Então, cabe certinho, tipo, a filogênese, que a história evolutiva da espécie contém a questão de sexo, que o pessoal da biologia chama mesmo, tipo “macho” e “fêmea”, ok! É aquilo! São as características físicas, fisiológicas dos indivíduos, que a gente precisa ter, porque, sem corpo, a gente não existe basicamente. E aí vem a ontogênese e a cultura, que elas estão muito intrínsecas, uma com a outra, porque é a história de vida do indivíduo e como que ele vai se desenvolvendo e se relacionando com a cultura e com a história, e como essa cultura vai influenciando esse indivíduo também. A sexualidade, nesse ponto, é bem parecido. Por muito tempo teve a questão de discussão de inato e aprendido, de nature versus nature, mas, assim, eu, particularmente, e alguns outros estudiosos também acham que essa discussão já chega dela, é muito mais multifacetado do que essa questão de inato ou aprendido, se é genético ou se é aprendido, se é cultural.*

Com relação às práticas profissionais, ela relata:

*Na faculdade, não recebia muito, apenas um episódio com um professor homofóbico. E assim, na clínica aparece bastante questões de sexualidade, de gênero, e, às vezes, eu até fico pensando nos meus casos, eu penso “Gente, eu só atendo LGBT. Nunca vi! Não tem um cis-hetero”. A grande maioria é mulher também, seja cis ou seja trans. E assim eu atendendo, eu acho que é uma coisa que precisa muito cuidado, porque, lógico que eu já tinha uma série de estudos antes, eu, por ser LGBT, acabo tendo algumas sensibilidades também, que talvez uma pessoa cis-hetero não teria. E a grande maioria das pessoas que eu peguei não eram pessoas de primeira viagem em terapia. E no começo eu precisei muito, primeiro, acolher essas pessoas e fazer elas terem certeza que não ia fazer elas ressofrer a LGBTfobia dentro da clínica, porque ela já tinha sofrido isso anteriormente, então, é sempre aquele trabalho, assim, de criar aquele vínculo forte, de garantir para a pessoa “É assim tal coisa...você não vai ressofrer isso aqui, nós vamos construir esse caminho juntos”. É mais um pegar no colo quase, mas isso é muito particular meu, porque eu peguei muitas pessoas com esse histórico já. E depois entender, tipo “Olha, sexualidade é uma parte sua, sua identidade, é uma parte sua, vamos entender isso”, “Vamos fazer as pazes primeiro”, porque tem gente que chega nessa parte de ter que fazer as pazes consigo mesmo. E muitas vezes acaba, querendo ou não, criando estratégias para pessoa desviar de violência ou enfrentar essa violência também.*

Beatriz explicita, ainda, certos detalhes do processo terapêutico segundo seu entendimento e experiência:

*Com relação ao processo terapêutico primeiro como a pessoa está, quem é ela, quem está na vida dela, o que aconteceu ao longo da história de vida dela, para compreender essa construção histórica que ela teve mesmo, para entender como que as variáveis históricas e como que as variáveis atuais, do ambiente em que ela vive, tão influenciando a vivência dela, e como essas variáveis históricas, principalmente relacionadas à violência, quando essa é uma demanda muito forte, ainda se apresentam, primeiramente para tentar priorizar a integridade das pessoas. Prioridades, sabe? Não adianta ficar pensando “Vamos contemplar as coisas, não sei o que... e nanana”, só que a pessoa está em perigo iminente, vão tirar a pessoa desse perigo primeiro, para depois a gente fazer aquelas patifarias que se colocou pra fazer, basicamente. Então, às vezes, de construir pontes mesmo, na Análise do Comportamento a gente acaba tendo muita liberdade, pelo menos nisso de fazer uma*

*sessão externa, de conversa com família, de não sei o quê, porque a gente entende que se o ambiente das pessoas não muda, fica muito difícil para o comportamento dela mudar. Então, às vezes, a gente enquanto profissional da saúde, a gente tem que pegar realmente na mão da pessoa, a gente avalia e fala “Não, mas se eu não pegar na mão dessas pessoas não vai”, então, eu vou ajudar essa pessoa na prática, na vivência mesmo, alterar uma variável ou outra aqui, controlar uma variável ou outra, fugir, se necessário, que às vezes é tudo que dá pra fazer.*

Ao final da entrevista, Beatriz apresentou várias perspectivas para a Psicologia e enfrentamentos necessários para gêneros e sexualidades.

#### 4.2.5 Retratos de Pierre

Pierre, homem cisgênero heterossexual, é psicólogo há quatro anos. Tem experiência profissional na Psicologia Clínica, com a abordagem da Psicanálise, e trabalha, concursado, em outra função, como agente de segurança socioeducativa com adolescentes que cometeram ato infracional.

No momento da entrevista, estava interessado nos estudos da masculinidade e tentando processo seletivo para Mestrado. Define gêneros como

*[...] uma construção subjetiva bastante recente, nessa distinção de gênero e sexo, e qualquer outra distinção que possa ser feita, e eu acho que abre para a gente uma possibilidade muito grande de entender a nossa constituição como sujeito. É uma pergunta bastante ampla, né? Mas eu acho que é isso, eu acho que é uma construção mesmo bastante recente, se a gente pega a história [inaudível do tempo 2:26 a 2:29], nesse sentido contemporâneo que a gente tem de gênero, que é o que a gente tem hoje. É algo que eu percebo, que há uma tentativa de desacoplar isso totalmente de uma definição mais naturalista, ou, enfim, ou que leva mais em consideração o sexo, o sexo aqui eu falo como esse dispositivo biológico, esse marcador biológico, que diferencia a gente como macho e fêmea.*

A sua compreensão de sexualidade se dá a partir das teorias da Psicanálise, que direcionam, também, as intervenções clínicas. Ao ser questionado sobre essas demandas, enfatiza:

*Aparecem, aparecem, sim, às vezes de uma forma mais velada, talvez de uma forma mais simplista para o sujeito, quando, por exemplo, uma paciente fala que não entende direito por que o marido pode fazer tal coisa e ela não pode fazer tal coisa. Ou de uma forma mais explícita, de uma outra paciente, por exemplo, que se queixa da forma como ela era tratada pelos outros, pelos seus pares, porque é homossexual, ou porque corta o cabelo um pouco mais curto. E aí se incomoda, porque falam que ela é um hominho, que parece um hominho, porque ela se veste desse jeito e daí, para ela, isso não faz sentido, e ela se põe a indagar isso na clínica. Então, aparece, eu diria, inclusive, que aparece em todos os pacientes, né? De uma forma ou de outra, isso vai aparecer, não são casos isolados, cada um vai aparecer de uma forma diferente, mas sempre aparecem, sim. [...] via de regra, o nosso posicionamento clínico é pedir que fale sobre. Então, é escutar aquilo que esse sujeito tem a dizer. Talvez com intuito de que essa construção... como que eu vou dizer... de um ideal, com certo amparo fálico, com amparo simbólico que o sujeito tem, a partir desses termos, para que isso possa ser questionado e cair, eventualmente.*

Na sequência, Pierre teve a preocupação e o cuidado de explicar sobre a Psicanálise e sua interpretação, diante de gêneros e sexualidades e da construção subjetiva dos sujeitos.

*Com relação aos gêneros, há várias outras formas de entender essas construções, eu acho que, não sei, são tentativas simbólicas do sujeito de lidar com a falta, de a gente lidar com isso que não tem palavra pra dizer, disso que é intangível e o sujeito sempre fica girando em torno disso, sem nunca parar. Então, a gente pode falar a nossa sexualidade, via de regra, polimorfa e perversa, e, conforme a gente vai recebendo marcas, a gente vai escolhendo, vai se fixando as nossas escolhas objetais.*

Ao apresentar a questão da transexualidade, em uma ampla explicação, que recortamos aqui, Pierre frisa que,

*[...] na Psicanálise, existem algumas colocações de uma perversão, de uma psicose, porque um dos marcadores fundamentais nessa estrutura na psicose, ou na perversão, que é mais claro ainda esse tipo de coisa, é justamente essa denegação da castração, da perda do pênis. Então, o que aparece marcado, digamos, no próprio corpo desse sujeito. [...] Alguns psicanalistas colocam dentro da perversão, eu procuro saber e problematizo que não, porque a possibilidade tecnológica hoje oferece isso para a gente. Portanto, é possível que uma pessoa, um neurótico, encontre isso que é oferecido pela sociedade, pela medicina, numa tentativa de solução do conflito. Então, sinceramente, talvez o que eu falei foi que talvez algum tempo atrás isso pode ter sido verdade, hoje não necessariamente mais.*

Pierre não atendeu transexuais, mas entramos nessa discussão, em função das suas explicações sobre Psicanálise. Apresenta a implicação do gênero, no processo terapêutico, do seguinte modo:

*Mas a forma como você vai intervir, aí é diferente como que você vai... dependendo do gênero, é outra forma como a pessoa se apresenta pra você. Então, por exemplo, uma paciente que chega e fala que tem uma dificuldade pra falar com homens, então, isso já tá pressuposto que eu sou um homem e estou sendo colocado na série de associações dela. A regra, a teoria, a técnica é sempre se retirar desse posicionamento. Então, eu falo que é uma diferença no sentido de procedimento, de como você vai tratar um ou outro. Quanto à forma como eu falo e me expresso, eu acredito que não, na clínica. Com relação às minhas pessoalidades, tem diferença aí a forma como eu me relaciono com uma mulher, é muito diferente da forma como eu me relaciono com o homem, e daí diz respeito à minha forma de constituição como sujeito. Cresci numa bem família cristã, que preconizava, que entendia que o papel da mulher era ficar em casa, cuidando da família, enquanto o homem ia para trabalhar e chegava em casa, ficava coçando o saco das seis horas da tarde até o outro dia de manhã, quando ia trabalhar de novo. Isso fez muita questão pra mim, na minha análise pessoal, tipo, como é que eu me posicionaria quanto a isso, porque foi o que eu vi e aprendi minha vida toda e depois eu vi que isso não servia para mim, eu não queria repetir apenas isso, e óbvio que alguma coisa dessa acaba se repetindo, não tem como, mas no sentido de encontrar algumas possibilidades de posicionamento frente a isso.*

Antes de encerrar, Pierre apresentou várias perspectivas da Psicanálise, em casos com homossexuais, mulheres e homens heterossexuais.

#### 4.2.6 Retratos de Félix

Félix, homem cisgênero homossexual, é psicólogo há 10 anos e atua a partir da Psicanálise. Tem experiência profissional como voluntário na ONG para pessoas LGBTQIA+ e como psicólogo clínico. Além da Graduação em Psicologia, fez residência em dependência química e transtornos emocionais. Para ele, gênero é entendido como um

*[...] espaço de reconhecimento, um espaço de identidade, mas também um espaço criativo de expressão. Eu acho que, pra mim, é isso, como muita gente fala: “Ah, porque a construção social não é...”, enfim, acho que, pra mim, hoje isso conversou muito comigo e eu acho que gênero é isso esse espaço criativo de expressão da identidade de cada um. [...] Sexualidade é mais complexo ainda! É muito interessante você perguntar de sexualidade, porque acho que é uma coisa que eu venho trabalhando já algum tempo e foi um tema que, de certa forma, eu tentei abordar na minha graduação, isso em 2010. E abordar a sexualidade, já de um viés mais de um olhar da diversidade, eu tentei abordar na época a questão da homofobia e tudo mais, e eu senti que, na época, era uma discussão que não tinha muito espaço, não tinha muito material, não tinha muita discussão. E a avaliação que eu recebi, até da monografia, foi bastante dura, porque eu acho que as leituras naquela época eram bastante duras. Mas, desde então, eu venho pensando e acho que o que faz sentindo pra mim hoje, eu não consigo mais pensar sexualidade, eu consigo pensar sexualidades. Eu não lembro onde que eu vi isso, mas isso fez muito sentido pra mim, que nós temos aí, hoje em dia cerca de oito bilhões de sexualidades, né? De que sexualidade... e acho que uma definição que, lá atrás, a OMS deu e que eu acho que foi muito feliz na definição, que é um aspecto importante, essencial da experiência humana. A sexualidade ela é essencialmente humana e ela é vivida individualmente, muito particularmente por cada um. E acho que aí, se a gente for para um lado mais teórico, enfim, eu penso muito sexualidade como tudo aquilo que engloba o prazer, tudo aquilo que engloba as relações. Então, o jeito com que eu me relaciono com o mundo, com que eu me relaciono com os outros e também comigo mesmo. Tudo isso perpassado pelo corpo, pelo prazer, pelo desejo, mas acho que basicamente é o jeito de cada um se relacionar, sexualidade pra mim fala muito disso.*

Ao tratar da experiência profissional, ele discorre:

*[...] na minha rotina profissional, nesses quase 10 anos de clínica, demandas de gênero não é algo que me chega com tanta frequência, eu acho que, a partir do momento que eu também passei a me interessar mais pelo tema e acho que algumas parcerias a partir daí foram surgindo também, mais voltadas para as questões de sexualidade e de gênero, isso foi um pouco, chegando um pouco mais fácil para mim, mas não é uma coisa muito corrente assim. Pensando bem, ela não é muito grande, mas eu tive a oportunidade de trabalhar com algumas, especialmente, mesmo que tenha sido pouco tempo, no grupo de apoio a pessoas LGBTQIA+, de poder tentar me aproximar mais de questões de gênero, de transição de gênero, de elaboração da sexualidade, isso não é uma questão de aceitação, né? É mais questão de elaboração de sexualidade, então, tudo isso que implica a relação com família, consigo mesmo, enfim. Práticas de manejo eu acho que é difícil eu descrever para você, algo muito específico, voltado para essa temática. Eu acho o que eu, na minha experiência, busco é tentar me aproximar o máximo possível da experiência individual daquele sujeito que tá comigo. De buscar assim, me inteirar do assunto, estudar, acho que isso é muito importante, buscar sempre estar me atualizando, o que que tem sido conversado, o que que tem sido publicado, o que que tem sido discutido. Eu acho que essa é uma bagagem que me ajuda muito como background, [...] mas nessa hora eu acabo me rendendo à fala do Jung, que nesta hora é o contato de um humano com outro humano.*

Félix alude ao seu processo pessoal de terapia como algo que contribui muito para seu desempenho, na clínica:

*Pra mim, o que faz muito, muito, muito sentido em prática, não sei como tem sido hoje para os novos psicólogos que pretendem principalmente trabalhar com a clínica, se tem conseguido ter acesso, mas o que me ajuda muito nesse sentido é o meu processo pessoal de terapia e de análise. Eu acho que, pra mim, essa é a minha principal ferramenta, de como que eu também vou entendendo como que essas coisas vão acontecendo comigo e como isso me ajuda pra poder me aproximar, pra poder entender, mas eu não tenho como dizer pra você de uma técnica ou de um jeito de um manejo de maneira generalizada. É no caso a caso, porque, como eu falei, cada um vai experimentar a sua relação com o gênero, a sua relação com o corpo, a sua relação com o afeto, a sua relação com a sexualidade, de modo muito próprio, muito particular. Então, eu acho que a parte teórica ela é muito importante, de buscar isso, buscar supervisão, buscar publicações científicas, pesquisas, o que que a literatura fala, o máximo de fontes possíveis, mais que na hora de estar ali, no manejo é um manejo que precisa ser feito no caso a caso.*

Na sequência, Félix apresenta algumas intervenções que realiza com homens e mulheres, explicando que

*[...] a maior contribuição que a Psicanálise hoje consegue oferecer, de como que fica a experiência da função masculina e da função feminina dentro de cada um, porque existem mulheres que se identificam como mulheres, são mulheres de gênero, mas que têm características de função emocional muito masculinas, de uma coisa muito ativa, de uma coisa muito, às vezes, até com relação à agressividade. E talvez homens também, homens cisgênero, heterossexuais, brancos, que têm uma mente, extremamente sensível, que têm um mundo emocional extremamente sensível. Mas acho que não deixa de ter temas relacionados principalmente à gênero, e quando gênero se relaciona com sexualidade, aí aparece as demandas que são mais diferentes. Porque mulher vai falar da relação dela com o marido, e que, às vezes, é uma relação que acaba sendo ainda esse lugar da mulher, exigida de assumir um papel de mulher, ou de homem que exigido assumir um papel de homem, seja lá o que isso signifique, mas que acaba se sentindo e aí começa a aparecer esses conflitos, porque talvez a personalidade, a identidade, emocionalmente isso não tem a ver com ele, mas que isso lhe é exigido de assumir, de cumprir e expressar. E acho que uma palavra que se usa muito nos estudos de gênero de performar esse homem que é exigido que ele seja, e talvez esse homem não tenha nada a ver com ele.*

Finaliza a entrevista, enfatizando a necessidade de estudos de gêneros que contribuam com a Psicologia, assim como a Psicologia deve cooperar com os estudos de gênero, sinalizando a urgência de desenvolvermos instrumentos teóricos para essas intervenções.

#### 4.2.7 Retratos de Rose

Rose tem experiência de atuação em diversos campos da Psicologia; mulher cisgênero heterossexual, é psicóloga há 30 anos e muito ocupada entre suas atividades profissionais e o estudo. Tem experiência profissional na área de Psicologia da saúde, Psicologia escolar e Psicologia clínica e trabalha dentro da perspectiva junguiana. Realizou especializações em

Comportamento Organizacional, Psicoterapia Breve e, no período da entrevista, estava fazendo uma especialização em Avaliação Psicológica.

A maior parte do seu trabalho se desenvolveu na saúde pública, que centralizou principalmente nos atendimentos clínicos. Ao definir gênero, explica:

*[...] gênero era uma palavra desnecessária, porque dentro do que eu aprendi na faculdade, dentro da Psicanálise é assim, tem a sexualidade masculino e feminino, e o que pode se derivar dali como sendo homossexual e eu achava assim, mas pra que gênero? Então, como eu disse pra você, então, eu nunca fui estudar a fundo de fato o que quer que seja gênero, pra mim ele é do gênero masculino, do gênero feminino, e fora disso teria um terceiro gênero, então? Um gênero homossexual, um gênero bissexual, um gênero sei lá eu o quê. Então, eu não fui estudar a fundo isso.*

Rose nos detalhou suas experiências profissionais, no campo de gêneros e sexualidades, geralmente como uma demanda no processo terapêutico, mas não alvo do seu investimento enquanto planejamento de ações, como vemos:

*Eu já atendi várias pessoas que se denominavam homossexuais [...] A primeira vez, por exemplo, que uma pessoa chegou no meu consultório e disse “Eu sou gay”, assim com essa total liberdade, eu confesso que eu me assustei, eu falei: “Nossa, assim já definido e ponto?”, “Eu sou gay, eu tenho namorado”... e eu não esperava isso, com certeza, com essa clareza, geralmente as pessoas vinham dizendo assim “Ah, eu não sei o que acontece comigo e pararaparara”. Então, quando a pessoa chegou e disse dessa maneira, então, assim, eu confesso que eu levei um susto e demorei alguns segundos, senão alguns minutos, para me recompor e voltar a ouvir mesmo o que o paciente estava dizendo. Isso tem uns seis anos mais ou menos e, de lá pra cá, as coisas têm se tornado um pouco mais normais, né?*

Rose resgata sua história junto com o desenvolvimento de uma Psicologia, no Brasil. Desse modo, questionamos sua participação em movimentos sociais e, num primeiro momento, ela apenas disse que não participava, mas, na questão seguinte, sobre sexualidade, ela faz uma crítica ao movimento LGBT, sobre a exposição da sexualidade de pessoas LGBTQIA+, incluindo a relação com a promiscuidade, como condutas que deveriam ser reservadas e não acontecerem em público, se isso incomoda a sociedade. Quando questionada se seus clientes revelavam condutas de promiscuidade e se suas intervenções eram direcionadas a tais condutas, ela negou, complementando que se referia ao movimento. Relata sobre o atendimento de uma transexual e, na sequência, suas intervenções sobre esta e outras questões de gênero:

*Não, eu só tive um caso que foi a questão da mudança de sexo que eu atendi, e ela, ele no caso, pediu uma avaliação pra mudança de sexo, porque era totalmente mulher e ainda tinha hormônio masculino. [...] Muito pouco situação de sexualidade que apareciam, sabe?, pelo menos era uma cidade bem pequena, cinco mil habitantes, e ainda existia o viés do proibido, é proibido falar disso, então, pouco eu tive contato com isso. [...] Eu atendi mulheres que tinham maridos agressivos, isso era muito comum, um caso interessante que eu me lembro é que a mulher era estuprada todos os dias pelo marido, até que ela teve coragem e os filhos ajudaram ela a se separar, porque o marido era realmente comprometido mentalmente, mas ele não admitia, ele simplesmente chegava e estuprava e pronto e era isso e não tinha conversa. E ela começou a se redescobrir como mulher, porque a queixa dela era assim “Será que*

*um dia eu vou conseguir ter relação com outra pessoa?”, e aí nesse... foi muito lindo esse caso, ela passou seis meses em terapia, eu achei até que foi uma coisa muito rápida, porque era uma ânsia dela muito grande se redescobrir, porque ela falava “Como pode? Como que um dia eu vou conseguir alguma coisa, se eu me lembro muito daquilo?”. E ela foi ressignificando essas vivências e eu sei que ela se casou.*

Na sequência, Rose menciona alguns casos de ressignificação das mulheres vítimas de violência e relacionamentos abusivos e seus resultados, no processo terapêutico. Acrescenta, ainda, algumas das suas experiências de trabalho em Conselho Tutelar e escola, mas não se detém muito a detalhar essas atividades.

#### 4.2.8 Retratos de Darneli

Darneli se preparou para a entrevista. Enviei um roteiro de questões e ela teve o cuidado de listar algumas coisas, para não se esquecer. Identifica-se como gênero fluido pansexual, é psicóloga há seis anos e sinaliza que posso me referir a ela no feminino. Tem experiência profissional com Psicologia Jurídica pelo Núcleo de Estudos dos Direitos da Infância e da Juventude, em Psicologia Social no CRAS e CREAS e, atualmente, está docente do curso de Psicologia em um Centro Universitário privado. Tem Mestrado em Educação e atua a partir da abordagem da Psicanálise.

Quando perguntamos para Darneli se queria acrescentar algo à entrevista, ela nos deu sua história, que compõe o lugar de onde ela fala da Psicologia.

*A minha mãe faleceu quando eu tinha sete anos. A minha mãe faleceu e éramos eu, meu pai, meu irmão e minha irmã, que é 10 anos mais velha do que eu. A minha irmã já tinha saído de casa, ela já trabalhava fora e eu fiquei sozinha. Eu cresci num ambiente dito masculino. Aprendendo coisas de meninas e de mulheres. A religião sempre foi muito forte, muito incisiva, minha mãe era ministra, meu pai era ministro da Igreja Católica. E eu cresci, aprendi os afazeres domésticos, mas sempre com uma cobrança de que eu não era como a minha irmã. E aí eu aprendi a lavar roupa, passar roupa, fazer pão, fazer macarrão e mais um monte de coisas. Na adolescência, eu me interessava por meninos, mas era uma coisa que eu não sabia identificar muito bem ainda, até então. E aí eu comecei a me interessar por meninas, me envolvi com uma menina. Foi na última vez que eu apanhei do meu pai e tive que fugir de casa e me esconder no mato, que eu descobri onde essa menina morava, essa menina que eu ficava. Nós morávamos no interior, então, era a última casa da estrada, e daí pelo meio do mato eu podia chegar à casa dela. E daí atravessávamos o mato todos os dias. Eles iam para a roça e eu atravessava e ia ficar com ela. Mesmo tirando as melhores notas, ganhando vários prêmios da escola, nunca pude participar de nenhum, porque era menina. Meninas aprontam e eu precisava fazer os serviços da casa. E aí eu namorei escondido essa menina, e ela foi embora, precisou ir embora e eu fiquei sozinha. E a minha irmã já fazia Psicologia, na época, a minha irmã se formou antes de mim. “Ah, o que eu você tem que você está estranha, você tá agressiva, tá distante, tá isolada, você está grávida? Você está usando drogas?”, eu “Não!”, e daí a minha irmã “Não, porque você tem que me contar, porque senão como é que eu vou te ajudar?”. E aí eu contei que eu namorava uma menina. “Meu Deus! Mas isso é pecado!”, e aí foi assim, religião em cima, a minha irmã fazia*

*Psicologia na época, e ela imprimiu um maço com mais de 100 páginas de artigos do Silas Malafaia, Marcos Feliciano, essa galera aí, além de blogs da internet... Eu lembro que tinha um trecho e ela falou assim “Leia!”, e eu sentei e li, porque eu estava naquele meio religioso também. Lembro que tinha um trecho que dizia que até os demônios tinham nojo. Que se um demônio visse duas mulheres se beijando até o demônio tinha nojo, até o demônio! E aí aquilo me deu um bug assim “Meu Deus! O que que eu sou? O que eu sou, o que que eu vou fazer da minha vida, eu vou para o inferno!” E eu me punia, eu me castigava, eu me sabotava, eu me ajoelhava no milho, queria sumir, assim um negócio bem bizarro. E aí eu apanhava em casa, eu ia para a igreja, meu pai era o ministro, ele ficava me cuidando, tipo “Ah, não tomou a eucaristia hoje!”, sabe, era um negócio muito tipo vigiar e punir assim. Como eu não podia falar nada pra ninguém, porque, na minha concepção, e fazendo parte daquele meio, estava cometendo quase que um crime, eu escrevia em um diário, tudo que eu sentia... como aquilo era bom pra mim, estar com a minha namorada, como os toques eram prazerosos. Meu pai revirou meu quarto, quando eu não estava, encontrou esse diário, leu e começou a me maltratar muito. Descobri que ele tinha lido, porque minha irmã me contou. Ele me xingava muito, me batia, cobrava muitas coisas de mim e, em muitas vezes, eu não sabia por que ele estava me maltratando. Depois que a minha namorada/vizinha foi embora, eu comecei a me relacionar com um menino. Era o que a minha família queria, e eu tinha uma necessidade também, de agradar essas pessoas, com o meu histórico de perdas e enfim. Namorei com ele três anos. Nesses três anos, eu nunca tive prazer. Aí minha família decidiu que eu deveria me casar com ele, eu estava trabalhando, eles chegaram, me convidaram para ir na casa da minha irmã pra um almoço, e aí estava a minha avó, meus tios. Falaram: “Olha, você sempre foi o modelo de menina pra nossa família, você sempre fez tudo muito certinho...”, esse “certinho” era dentro dos moldes tradicionais da Igreja Católica, “[...] então nós decidimos que vamos pagar o casamento para você”. E aí um tio pagou o buffet, outro tio pagou o vestido, o outro tio pagou as bebidas, o outro pagou a banda e aí, como se diz “não”, fazendo parte desse meio extremamente tradicional, sendo uma mulher submissa, que tinha cometido um pecado horrível?*

Darneli continua a contar sua história, a partir de seu casamento:

*E aí eu casei, ele era superpreconceituoso, quando eu contei para ele depois da primeira experiência sexual, que eu tinha me relacionado com uma mulher, ele falou que eu tinha feito o pior pecado do mundo e, se ele pudesse, mataria todos os gays com as próprias mãos. E, a partir disso, ele traçou um plano perverso de como arruinar minha imagem perante as pessoas, porque eu tinha arruinado a masculinidade dele, por algo que eu fiz antes de conhecer ele. Então, eu casei na igreja e uma semana depois ele saiu e deixou o computador dele em cima de uma mesa, com as redes sociais dele abertas, com todo o plano que ele tinha, mas não foi um descuido dele, e eu acho que ele me mataria depois disso. Eu cursava Psicologia, estava no segundo ano, quando isso aconteceu. E uma professora minha foi me atender, ela me disse que depois eu pagava como podia. Eu achava que ela ia fazer cura gay comigo, na época tinha uma votação e isso estava bem em voga, vai e volta essa questão. E ela olhou pra mim e falou “Não, Darneli, eu não vou fazer isso contigo, você pode ser quem você quiser”, aquilo foi libertador, foi o que salvou minha vida, assim. A Psicologia salvou a minha vida, a partir disso! Quando me separei, minha família, de certa forma, acolheu. Mas, mesmo assim, eu deixei de ser a lésbica pra ser a mulher separada, que também iria pro inferno. Sofri muita pressão nos meses seguintes, por parte da família, porque eles queriam que eu perdoasse ele. Perdoasse pra voltar com o casamento. Tempos depois, descobri que meu pai frequentava a casa dele, mesmo depois de tudo. Mesmo depois de toda a violência escancarada, mesmo eu colocando à disposição de todos eles mais de 150 páginas de conversas, não foram suficientes pra me sobressair a um homem que tinha violentado a filha, a irmã deles, que a seguia e a ameaçava.*

Ela se refere ao papel da Psicologia, em sua vida de sofrimento pelo preconceito dos outros:

*Na Psicologia, eu tive suporte de verdade, porque a referência que eu tinha de psicóloga, até então, era a minha irmã, e a minha irmã tentou fazer cura gay comigo. Numa das vezes, ela me levou no cemitério, fez eu sentar no túmulo da minha mãe e falou: “Olha, a mãe não ia gostar, hoje vamos ter que mudar isso que você é”. E, pra me compreender assim, enquanto sujeito que não dependia desse aval de uma pessoa que já tinha morrido, foi um processo... é inexplicável em palavras, eu acho que as pessoas precisam entrar em contato com isso, sabe? Acho que o que mais me emocionou hoje, de contar isso, é que há alguns dias atrás um Centro de Atendimento à Mulher pediu para eu contar essa história em vídeo, e eu contei, e a família veio pra cima de mim. Como ser, num espaço, nos ambientes em que as pessoas não permitem você ser quem você é? E se a família não permitir isso, a Psicologia permite, a Psicologia possibilita esse exercício de liberdade, de encontrar formas de ser livre e de não sofrer tanto, a ponto de não conseguir viver, com o que as outras pessoas fazem com a gente. E aí eu tirei do ar esse vídeo, com muita dor no coração, porque eu sei como foi doloroso, o quanto foi penoso pra mim romper com esse silêncio e falar sobre isso que eu vivi, que é uma perspectiva minha, foram as minhas vivências. Optei por tirá-lo, pra não me desgastar psicologicamente, porque, na militância, na minha atuação profissional, eu jamais vou me calar, e devo isso à Psicologia. A Psicologia salva vidas, sem mais.*

A partir de sua história de vida, passamos a apresentar as intervenções no mundo e seus espaços profissionais. Para Darneli:

*Eu vejo gênero como uma construção social que, a partir dela, se delimitam papéis sociais para homens e para mulheres, a partir do sexo biológico de nascimento. E que o sexo biológico acaba definindo quais são os destinos que você vai trilhar, ao longo da sua vida. Socialmente falando, eu acho que existe ainda essa concepção de que gênero é isso, e de que gênero resume-se ao sexo biológico. Mas acho que é muito mais do que isso e esses papéis sociais que são delimitados a partir do nascimento, eles acabam sendo limitados por essas concepções que são historicamente construídas, e que reforçam ideais de masculinidade de feminilidade, quando na verdade as pessoas são fluidas, as pessoas deveriam ser livres, para conhecerem a si mesmas, para entrarem em contato com os seus desejos. E, a partir dessa busca e desse contato, irem então modelando a forma como percebem os seus relacionamentos com as outras pessoas, a forma como percebem as outras pessoas e como se percebem, nesse meio de relacionamentos afetivos e de possibilidades de existirem. [...] Entendo a sexualidade como reflexo daquilo que gênero significa, na sociedade. [...] A forma como as pessoas tratam outras que são do sexo masculino é diferente, os homens, eles são incentivados desde muito cedo a terem relações sexuais, ou pra serem os pegadores, os mulherengos e, em contrapartida, isso não acontece com as mulheres. Afetivamente falando, eu acho que existem muitas diferenças pensando nos gêneros, por mais que sejam assuntos distintos, conceitos distintos, eu acho que é muito difícil vê-los de uma forma totalmente separada, totalmente isolada, sem considerar a influência de um sobre o outro (gênero e sexualidades).*

Darneli explica as atividades que desenvolveu, em cada um dos serviços onde atuou, inclusive seus posicionamentos como professora. Sobre as intervenções, podemos destacar algumas:

*No NEDDIJ, a gente fazia pesquisa, fazia intervenções com as escolas, trabalhava muito com a Rede de Proteção do município, pra fazer capacitações com os professores, como identificar, o que fazer, por onde que encaminha, como que você*

*age com a criança em momentos que ela está se manipulando, que ela está se masturbando. Até que ponto é uma questão de manifestação da sexualidade infantil, de onde, a partir disso, se estende para uma violência, essas coisas assim. [...] no CRAS, foi de uma criança que era hermafrodita, e aí ela tinha cinco anos na época, e a demanda chegou no posto de saúde, e essa demanda chegou até mim, numa reunião da Rede de Proteção, eu já estava cursando o Mestrado como aluna especial, na época, e chegou até mim nessa reunião que o médico falou assim “Não, então a mãe quer fazer cirurgia pra deixar ela menina e aí os médicos estavam vendo e tal, porque a mãe não aceita, a mãe quer que ela seja menina, e aí nós estávamos vendo para encaminhar”. Eu falei: “Não, espera aí, como assim?” E aí eu pedi, na época nem era demanda de CRAS, mas não deixa de ser prevenção de violências e prevenção de violação de direitos contra essa criança, eu vejo dessa forma. E aí eu comecei atender essa família e a criança, ela comportava-se estereotipadamente falando como menino, mas a mãe vestia ela de rosa, assim calcinha rosa, sapato rosa, sandália rosa, camiseta rosa, até o laço do cabelo que ela usava era rosa, os acessórios que a mãe colocava, e era uma família bem carente, e aí fui desconstruindo isso, e a menina não queria se vestir daquela forma. E aí foi assim um trabalho bem interessante, e aí desconstruir com os pais a ideia de que era necessário uma intervenção cirúrgica naquele momento, porque ela poderia crescer e se identificar de outra forma e aí como que ela ficaria se sentindo. [...] a gente desenvolveu com essa equipe de saúde de como se referir a essa criança, nossa, foi um processo muito lindo assim, na época. Eu lembro que, quando eu estava saindo do CRAS, encerrando os atendimentos com a família e com a criança, os pais já estavam bem mais tranquilos, assim, isso consequentemente diminuiu outros sintomas, dos quais a criança tinha na escola, de agressividade, de isolamento etc.*

Com adolescentes no CRAS desenvolveu as seguintes intervenções:

*[...] o ProJovem, no CRAS, e eu comecei com oficinas de educação sexual com os adolescentes, porque era assim, “Adolescente esse grupo é impossível, eles não querem nada com nada”, e aí eles faziam umas atividades que não eram tão atrativas, assim, para a idade. Eu comecei a trabalhar com eles assim, foi um desafio, mais foi também uma experiência, muito enriquecedora. Eu lembro que, no primeiro, dia eu levei sobre o corpo da mulher e falei sobre clitóris, sobre vulva, sobre vagina, sobre prazer e várias questões de afetividade em si, e eles pediram para assistir ao filme Doce Vingança. É um filme que uma escritora vai para uma cabana, tipo de férias de veraneio, e ela é estuprada por vários homens e o filme mostra como foi esse estupro, é um filme horrível assim, muito pesado, e aí eles dão ela por morta e ela consegue fugir, e aí ela volta e se vinga de todos eles. Encontra cada um deles, tortura, desenvolve várias formas de agressão, e o filme é sobre isso. [...] eu pesquisei sobre o filme e levei o filme e assisti com eles, eu achei que eu ia ganhar a conta na época, porque assim foi um espetáculo, “Não, mas como assim você vai levar um filme de terror pra assistir com eles, eles são praticamente umas crianças”, mas vários já tinham assistido e assistiram sozinhos, chegarem às próprias conclusões sozinhos, acho que é muito diferente do que assistir com alguém que compreende e tal, e que conversa, e aí, a partir disso, eu conversei com eles, sobre consentimento, sobre filmar e expor pessoas, quando você se relaciona, sobre as pessoas não estarem disponíveis psicologicamente, não estarem consciente e serem violentadas. Aí surgiu dois casos de duas alunas que haviam sido violentadas sexualmente, e se sentiram confortáveis pra falar sobre a violência. E aí, a partir disso, a repercussão foi outra assim, “Ah, não! Então continua fazendo que está dando certo”.*

Darneli relata, ainda, experiências efetuadas com idosos e crianças, durante sua carreira na Psicologia:

*[...] com idosos também eu fiz algumas oficinas, mas foram bem pontuais assim, para falar sobre as relações na terceira idade, como a família via as manifestações deles, de como eles se percebiam também nas relações afetivas. Com crianças teve uma intervenção assim, que foi bem bacana, com mães de crianças, na verdade era com a*

*família, com as mães e o pai, independente da configuração familiar, mas só foram as mães, de práxis, papéis de gênero, e era uma oficina que foi desenvolvida com as mães sobre como prevenir violência sexual de crianças de zero a cinco anos, e aí a gente trabalhou como é com a criança, quais sinais físicos você pode observar na criança, mudanças de comportamento, e também foi uma experiência bem bacana. Com gestantes também de desconstruir papéis de gênero, porque tinha o grupo de gestante no CRAS, mas as atividades eram focadas em “Vamos fazer roupinhas azuis ou rosas”, e aí se tinha uma cor mais neutra. “Não, eu não quero isso, porque se for menina, não quero isso porque se for menino”, e aí a atuação era mais no sentido de abordar a relação mãe e bebê, da afetividade a partir da relação mãe e bebê. Eu sigo a Psicanálise, então, eu vou por essas vertentes e, a partir disso, desconstruir identidade de gênero, de orientação sexual, como pensar nessas crianças futuramente, e aí aquele discurso “Ah, mas a gente vai amar o que vier”, “Mas e aí se vier alguém que não se identifica com nenhum gênero, e se é uma criança que futuramente se percebe como homossexual?”. [...] depois disso, eu fui para o CREAS e basicamente a minha atuação seguiu pelas mesmas perspectivas, com adolescentes e crianças, porque aí surgiam muitos casos de violência sexual no CREAS, então, seguia muito que a mesma lógica do NEDDIJ.*

Menciona a dificuldade de atuar, nas instituições onde trabalhava, em vista de suas ideias mais avançadas:

*Profissionalmente falando, foram, foi muito difícil conseguir atuar nessas duas áreas, mesmo sendo um espaço público, assim de comprar a briga mesmo e ser meio que perseguida, de certa forma, por conta disso, tanto que, a partir disso, e aí pela minha identidade e pela minha sexualidade, eu optei por abandonar o concurso em meados de 2016. Por questões psicológicas mesmo, de estar nesse ambiente, mesmo reconhecendo a importância da atuação pensando, nesse viés da educação sexual em si, psicologicamente foi muito desgastante para mim e aí eu abandonei.*

Ao questionar Darneli se o que a havia levado para tanto sofrimento foi o sistema ou foram as demandas, explica que sofreu muitas violências institucionais, ao ocupar esse espaço das políticas públicas, como em algumas passagens que recortamos:

*Teve uma adolescente que atendi, lésbica que foi espancada pela mãe. E ela chegava e ela me dava um abraço, muito afetiva assim, nesse sentido, mas era parte da relação paciente e terapeuta. E aí, pelas pessoas que trabalhavam ali saberem qual era a orientação sexual dela, elas falavam: “Ah, o que que ela tá fazendo? Ela chega, ela te abraça e vocês ficam sozinhas uma hora inteira dentro de uma sala fechada...” [...] Quando eu saí, foi no ano de, foi bem nas eleições presidenciais, foi no ano de 2018, eu era a única pessoa da área social que não votava Bolsonaro, isso incluía outros psicólogos e sei que vivemos numa democracia, [...] fui para o psiquiatra, eu comecei com crise de ansiedade, passava muito mal quando chegava no domingo à tarde e tinha muitos sintomas físicos, era pesado. [...] Eu passava coisas do tipo que eu não podia sair, que eu não podia dirigir, porque eu era mulher, tipo “Ah, como assim que você vai dirigir?”, se eu saía com um colega homem, por exemplo. E daí chegava uma mulher “Ah, tá dando em cima”, e aí a mulher do Prefeito um dia chegou e comentou com uma colega, numa reunião abertamente, que era uma vergonha ter uma psicóloga dentro da Assistência Social que gostava de mulher, e todos ali sabiam que era sobre mim que ela estava se referindo.*

Darneli hoje está na docência e na clínica, espaços mais protegidos dessas violências cotidianas, e continua desenvolvendo atividades sobre gêneros e sexualidades, com a experiência de quem vive muitas dessas violências. Para ela, “[...] a Psicologia é o instrumento

*que auxilia as pessoas a entrarem em contato consigo mesmas, auxilia elas a compreenderem seus desejos, e buscarem essa razão de ser e estar no mundo”.*

#### 4.2.9 Retratos de Marina

Marina, mulher cisgênero heterossexual, é psicóloga há 10 anos. Tem formação em Terapia Cognitivo-Comportamental e Terapia de Esquemas, atuando atualmente como psicóloga clínica e do Judiciário, na Vara da Infância. Já trabalhou também na área da saúde, em um programa de atendimento às pessoas com HIV e AIDS, e como psicóloga da educação. Descreve seu tempo no programa de HIV e AIDS como “[...] *a melhor escola que eu poderia ter*”, quando atendia pessoas desse público assim, desde garota de programa, travesti, todo o público LGBT e, inclusive, participava de vários congressos.

A sexualidade era um supertabu para eles, ainda mais por serem soropositivos, e o que costumava prevalecer era a questão da prevenção. Para ela, esse tempo no programa a preparou para atender a diversidade, assim como quando questionada sobre o que a sensibiliza para intervir nessa temática: *“Eu tenho algumas amigas, tenho duas amigas que são bem próximas e que assumiram a homossexualidade há alguns anos”*. Ela descreve o gênero, “[...] *se eu pudesse falar de uma forma objetiva e mais curta, eu acho que são características psicológicas de identificação e que não têm necessariamente a ver com o nosso corpo*” e a sexualidade, “[...] *a sexualidade está mais relacionada à questão da vontade, do prazer físico, da satisfação, que também está relacionada com a satisfação psicológica, porque a gente sabe que as duas coisas andam juntas*”.

Marina está no Tribunal de Justiça faz oito anos, atualmente intervindo na Vara da Infância:

*[...] na verdade, a gente faz o depoimento sem dano que a gente fala, ou a gente tenta fazer uma escuta especializada com o mínimo de dano possível, e aí é uma entrevista é mais assim uma perícia [...] não tem um acompanhamento, uma continuidade”. Sobre seu trabalho, acrescenta: “[...] no Fórum, basicamente, eu posso te dizer que a gente trabalha com pessoas de uma classe social mais baixa, não é de classe mais baixa, por exemplo, quando é disputa de guarda, daí é ao contrário, porque normalmente as confusões maiores de disputas de guarda estão nas famílias mais abastadas, porque aí envolve outras questões, porque o problema não é com a criança e acaba sobrando para ela [...]isso é uma interpretação minha, mas eu penso que, inclusive, na vara criminal, a gente acaba atendendo mais pessoas das classes sociais mais baixas, porque existe uma tendência a abafarem os casos das classes sociais mais altas [...] não é comum ter casos de abuso sexual dentro de processos com pessoas de condições financeiras melhor, e eu definitivamente não acho que não aconteça, que nessas classes não aconteçam abusos, pelo contrário, mas o que acontece é que eles acabam não sendo judicializados, esses casos, né? Porque aí não tem denúncia, e nos outros casos, assim, a criança estuda em uma escola pública, daí*

*conta para a professora e já é obrigação da professora fazer a denúncia, mas agora as famílias que são de uma classe social mais alta, às vezes, conta para a mãe, a mãe não quer nem saber de que alguém fique sabendo disso. Mas, sim, eu acho também que, quanto menos instruídas as pessoas, mais dificuldades a gente tem, até na Justiça, para elas entenderem o que que elas estão fazendo lá, o que que é o processo, o que elas têm que fazer.*

A propósito de seu trabalho com a sexualidade, ela afirma:

*Eu nunca tive contato de lidar diretamente com a sexualidade, na clínica, os pacientes homossexuais, a homossexualidade não era uma demanda, vieram trabalhar outras coisas. Hoje todos os meus pacientes são cisgêneros e heterossexuais. [...] Tive um caso no Fórum bem curioso, fora as questões de abuso, eu tive um caso de um menino, ele nasceu com os dois sexos, dois órgãos sexuais na verdade, e a família tinha que escolher qual deles ia ficar. E não sei por que que tinha que ser feito naquele momento, se era uma questão de saúde, enfim, parece que foram feitos vários exames e os médicos concluíram que o corpo tinha mais características femininas, então, eles fizeram e amputaram o pênis e permaneceu a vagina. Só que, logo nos primeiros anos de vida, esse menino era um menino, e aí esse processo que eu atuei era pra fazer essa avaliação, se ele realmente tinha certeza, porque, além dessa cirurgia, ele passou por vários procedimentos, ao longo da vida, tratamentos com hormônios e várias coisas. Esse processo que eu atuei era só para a retificação dos documentos, porque ele queira mudar o nome dele para o nome masculino, e eu acho que esse foi assim o mais próximo que eu atuei nesse tema, dentro desses oito anos de fórum assim.*

Conforme vou avançando com as questões, Marina apresenta muitos casos da sua realidade ligados a gêneros e sexualidades, que têm relação com nossa proposta de estudo, desconstruindo sua ideia inicial, de que não atendia demandas de gêneros e sexualidades.

*Eu vou te dizer assim, na Vara Criminal, eu poderia te dizer que 98%, 99% a violência parte do homem, quase 100%, mas, tá, 98% parte do homem e 95% das vítimas são mulheres. Assim, eu atendi pouquíssimos casos até hoje em que a vítima era homem, era menino, né? que aí são adolescentes e criança, então, que a vítima era menino e eu acho que teve um processo que nós vimos só, na Vara que não fui eu, foi a minha colega que atuo que a agressora era uma mulher.*

Sobre as demandas de abusos sexual, ela explicita:

*[...] depois que foi aprovada a Lei 13.431, eles mandaram vários processos antigos, e aí eram, inclusive, processos assim que, às vezes, tinha 10 anos que tinham acontecido, a vítima já nem lembrava mais de como tinha sido exatamente. E aí a gente achou que depois que eles dessem essa desafogada, ia diminuir, e não, mantém um número constante bem alto e eu acho isso bem triste assim.*

Para finalizar, ressalta que nunca estudou gêneros e sexualidade, na sua formação, nem discutiu a temática dentro da Terapia Cognitivo-Comportamental.

#### 4.2.10 Retratos de Suely

Suely foi nossa última e revigorante entrevistada; mulher cisgênero heterossexual, é psicóloga há 24 anos. Está vinculada a um programa de Doutorado em Psicologia e tem dois

Mestrados, um em Ciências da Educação e outro em Psicologia Social, é especialista em Adolescência e no Programa da Saúde da Família. Tem experiência profissional na Psicologia da Saúde, na Psicologia Jurídica e Docência, e suas respostas geralmente são densas e com consistência de conteúdo, neste debate. Por isso, vou fazer alguns recortes expressivos de seus posicionamentos, mas não reproduzir o todo.

Suely, inicialmente, explica:

*O que eu vejo, [...], é uma nova possibilidade de a gente desenvolver outros prismas sobre esse conceito, porque, antes, nós tínhamos o gênero tão voltado, ou tão próximo do conceito de sexo. [...] Então, eu penso assim que, a partir do momento que a gente utiliza o termo “gênero”, enquanto conceito construído no coletivo como uma forma de desafiar aqueles preceitos naturalistas que colocam no sexo a proximidade do gênero, então, quando a gente consegue problematizar essa relação do gênero, o que contrapõe apenas a existência de um sexo, extremamente binário, nós podemos pensar muito além de uma prática, e aí pensando também na questão da sexualidade, que eu sei que é uma problematização da sua tese, uma prática que vai além do campo corpo, e que se estende ao social, ao político, ao coletivo, às militâncias. [...] Então, gênero, para mim, era uma categoria muito pouco pensada, muito pouco refletida, tinha um conhecimento, mas era um conhecimento muito teórico, e foi a docência que colocou o meu corpo no pé de fábrica mesmo, colocou meu corpo no acontecimento, no encontro dessa teoria, onde ela realmente acontece. E aí alavancou a minha vontade de estudar sobre gênero.*

Sobre suas práticas de intervenção, faz um movimento de expressar as passagens e transformações no campo do exercício da Psicologia como profissão:

*[...] em 1997, a gente não tinha nada praticamente em políticas públicas para mulheres, a gente não tinha nem o ECA direito, nós não tínhamos nem Maria da Penha, a gente não tinha nada disso. Então, o gênero era invocado mais para essa área do corpo que se protegia, do corpo violentado, não do corpo fortalecido, do empoderamento de direito. [...] Então, a leitura que eu tinha de gênero, naquela época que eu comecei, era uma leitura ainda voltada para o aspecto biológico, de sexo fragilizado, de impossibilidade de conquista de direito, por mais que eu tinha um conhecimento, mas curto, pequeno, sobre as teorias feministas, sobre os movimentos feministas, não era algo que alavancava a minha profissão. E, realmente, entrar em contato com a leitura com o estudo de gênero e fortalecer o meu local na militância, a partir do instante que eu comecei a trabalhar, como eu conversei com você agora, quando eu comecei os estágios na docência.*

As falas da Suely atravessam esse campo de reflexões e se constituem enquanto corpo encarnado das teorias de gênero, as quais avançam na sua vida: “[...] eu vejo a minha filha de 17 anos de idade, com uma leitura e um posicionamento político, enquanto corpo e mulher, 90 vezes mais forte que o meu, aos 50, daí eu falo: ‘Poxa, que legal!’”. E performatiza suas formas de intervir no mundo:

*Eu estou vivenciando agora, de uns seis anos pra cá, um processo muito bonito da minha prática profissional em saúde pública, porque eu estou abandonando o ambulatório, para ir exatamente a campo, a atividades mais coletivas, em atividades que extrapolam o atendimento de apenas uma clientela ou apenas de um tipo de usuário, um tipo de sujeito que vem procurar a minha demanda. A experiência que eu estou tendo hoje, e que diz muito sobre essa questão do gênero, de olhar para o gênero em outros locais, e falar sobre gênero diante de outras interseccionalidades,*

*é um trabalho que eu estou desenvolvendo nessa cidade que eu atuo há tanto tempo, e por ser, como eu falei pra você, uma cidade fronteiriça, nós temos dois públicos que estão sendo muito interessantes pra mim, e com os quais eu estou atendendo bastante, que é a população ribeirinha. Eu trabalho e atuo junto com uma cooperativa de mulheres pescadoras. Então, aí a gente observa muito essa questão da interseccionalidade, da raça, do gênero e da classe, desse local, dessas diásporas tão diferentes daquele local que eu estava atendendo. E também eu intervenho junto com um movimento de mulheres sem-terra, que ficam, então, na fronteira entre três estados. Então, são dois públicos com os quais estão me ensinando demais sobre gênero, sobre raça, sobre a localização dos corpos em lugares muitos distintos, inclusive sobre a diminuição dessa hierarquia, que a gente vê no nosso contexto urbano, porque, por exemplo, as meninas lá da, as mulheres lá do assentamento sem-terra, elas vão para o arrancadão de mandioca, e elas têm um trabalho com o mesmo valor financeiro atribuído ao do homem, então, é a rua de mandioca que eu colho, então é pela rua de mandioca que eu tenho renda. Quando a gente pensa no levantar do assentamento para ir em outro território do assentamento, ou do fechar a lona, essas mulheres, elas fazem o mesmo trabalho e são reconhecidas pelo mesmo tipo de atividade que os homens. Quando a gente fala de limpar o assentamento, no sentido de deixar organizado, de colher os dejetos humanos, todo mundo faz, não tem uma pessoa que faz isso, não é um gênero que faz isso, então, elas me ensinam muito sobre isso. A mesma coisa com as meninas da barranca do rio, quando a gente vai para a barranca, todo mundo vai atrás da minhoca, não é uma pessoa que vai fazer a coleta da minhoca, todo mundo vai às cinco horas da manhã jogar a rede, todo mundo tem a responsabilidade pelo cuidado de preservar a natureza durante a piracema. E se comprometer ética e politicamente com esse espaço geográfico que me dá o alimento, que me dá o recurso pra sobreviver. Então, eu vejo que nesses territórios a questão da hierarquia de gênero ela é muito menor do que nos espaços urbanos, do que nos espaços entre docentes e acadêmicos. Então, esse famoso empoderamento que nós estávamos falando agora, em termo não de necessidade, elas não têm essa necessidade de igualdade de gênero, isso já acontece ali. O que a gente vê e o que elas, aí sim, me instiga bastante e me preocupa é a questão da violência de gêneros nesses espaços com a questão da sexualidade enquanto prática, não enquanto desejo, não enquanto direito, mas enquanto prática que ainda, sim, existe uma narrativa delas muito forte sobre essa questão da prática sexual. Por vezes, não consentida, por vezes, não desejada, por imposição do parceiro, isso ainda, é por isso que eu acho tão interessante e tão bacana essa questão da problematização que a sua tese traz. Do gênero ser assim, a todo momento atravessado pelas questões dessas nossas discussões de sexualidade, porque ao mesmo tempo que elas estão tanto próximas de uma questão hierárquica de fazeres profissionais, de atribuições de renda, elas estão ainda muito distanciadas, dessas questões do desejo do corpo, do cuidado com o corpo, a sexualidade. Então, essas narrativas, elas surgem com muita potência, nessas práticas que eu estou desenvolvendo.*

Quando suas intervenções vão para o espaço da docência, ela me diz:

*Eu defendo, [...], que o principal dentro da academia, enquanto uma ciência formadora de profissionais, e não só de habilidades e de competências, mas de militância e posicionamento político e social, o primeiro objetivo da Psicologia, enquanto formadora de sujeitos, políticos, éticos e estéticos, é realmente repensar e problematizar o nosso papel enquanto lugar de saber nessa comunidade, é repensar a divisão dos nossos saberes, junto a estes públicos que estão aparecendo nas novas demandas. [...] eu acho que a gente deve pensar e dar valor também pra história, né? Por todas as pessoas, por todos os corpos, por todos os sujeitos, que já faziam isso na prática diária e no cotidiano, que não eram teóricos, que não eram acadêmicos, que não eram filósofos, então, eu sempre primo por essa leitura histórica, por trazer essa história, essa narrativa, que estavam realmente ali na guerra, contra tudo isso. E pra vida, agora, usando o que você falou, pra vida florescer no agora, mas com as raízes dessas lutas que nós tivemos antes, dessas mulheres, dessas pessoas queers, dessa população negra, que perdeu a história pela nossa colonização, pela*

*colonização do branco, do europeu. Então, eu não consigo ver uma Psicologia que não respeite essa historicidade, e eu sempre primo pela possibilidade de a gente, antes de querer estudar gênero, estudar sexualidades, estudar um local desses corpos numa sociedade contemporânea, trazer a história de quem fez antes da gente pra dar valor isso, pra tirar dessa invisibilidade teórica e política esses corpos.*

Encerramos a entrevista, compartilhando nossos projetos futuros.

### **4.3 Dispositivo da sexualidade e as narrativas de psicólogas e psicólogos com gêneros e sexualidades**

Em busca dessas produções múltiplas das PsicoLOGIAS, que vão se constituindo no fazer profissional, através dos territórios habitados por esses profissionais, mapeamos seus espaços de formação, de constituição de experiências, as quais se conectam com suas próprias vidas, modos de ser e fazer gêneros, sexualidades, desejos, prazeres e práticas sexuais, seus entendimentos por esses processos que chamamos de vida, vidas múltiplas e também comuns.

Faremos a exposição das análises sobre a atuação profissional de psicólogas e psicólogos, a partir da narrativa de agenciamentos da complexa trama social, em que pretendemos discutir instâncias fundamentais para as relações psicossociais, como os processos de subjetivação, ponto de partida essencial, e as convergências da relação entre Psicologia, gêneros e sexualidades que se engendram nas disciplinas e instituições. A análise dos dispositivos, associada às práticas discursivas da Psicologia, é o condutor de nossa narrativa.

O conceito de dispositivo da sexualidade é construído pelo filósofo Michael Foucault (2014b), para tratar de um jogo de forças que associa as práticas sexuais às práticas de poder. Desse modo, toma o sexo como um dispositivo de controle sobre os corpos e se estende para o controle das populações. Assim ele conceitua o dispositivo da sexualidade:

*Um conjunto decididamente heterogêneo, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito sobre os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode manter entre esses elementos (Foucault, 1979, p. 244).*

Desse modo, o autor coloca em evidência a forma como acontecem essas relações de forças, as quais orientam as práticas sexuais, a partir do exercício de poder, que captura e disciplina os corpos, regula as populações e domestica o desejo, tendo uma função estratégica dominante. Nesse sentido, assume um conjunto de estratégias de controle e dominação mais violentas, que chama de biopoder.

Para Foucault (2014b), a relação entre poder e saber, centrada na vida, enquanto forças que se relacionam constituindo historicamente jogos de verdade, organiza a sociedade e as formas de subjetividade, em prol de seu exercício de normatização, controla, disciplina e distribui os corpos, estabelece quais práticas são permitidas e quais são proibidas, assim como quais expressões de gênero são autorizadas. Também é seu objetivo transformar os corpos em reprodutivos, dóceis e contidos, capturando, julgando e punindo, assim, todas as ações que diferem do sexo-padrão para fins de procriação.

Com isso, buscaremos dar visibilidade e inteligibilidade aos efeitos engendrados na Psicologia, por meio dos dispositivos. Para nós, o dispositivo é a trama mais profunda do diagrama social, o qual, no entrelaçamento das forças, possibilita os saberes, poderes e os processos de subjetivação. É até mesmo anterior à instituição, pois, quando as instituições surgem, já são resultados da ação dos dispositivos.

A Psicologia, desse modo, já é efeito da ação de múltiplos dispositivos, e as psicólogas e psicólogos se aproximam por agenciamentos distintos. As marcas do dispositivo da sexualidade atravessam a agem sobre todos os corpos dos profissionais. Darneli traz as marcas do gênero em seu corpo, em seus modos de expressão, que a sensibilizam desde muito cedo para a experimentação de uma outra vida e prática profissional.

A sua formação de psicóloga veio assinalada por um casamento abusivo e violento, pactuado pela família e não por seus desejos, o qual foi encerrado para que ela ficasse viva. Sua irmã mais velha, já psicóloga, tentou aplicar terapias de reversão sexual embasadas em Silas Malafaia e Marcos Feliciano. Em meio a toda essa violência, encontrou uma outra Psicologia, através de uma professora, e nos diz: *“E ela olhou pra mim e falou: ‘Não, Darneli, eu não vou fazer isso contigo, porque você pode ser quem você quiser’, e foi o que salvou minha vida, assim, a Psicologia salvou a minha vida a partir disso!”*

Junto com ela, Félix, de uma outra intensidade, relata que, a partir da graduação, sente-se mobilizado a partir das discussões propostas a pesquisar sobre homofobia e tentar compreender esses atravessamentos de gêneros, na existência humana, realçando as objeções que recebeu, ao assumir esse tema como monografia. Ambos fazem um movimento autônomo nesse sentido de construção de um saber, pois as instituições formadoras nas quais estavam inseridos não propõem essa discussão. Darneli e Félix não são heteronormativos, e suas experiências pessoais são o primeiro encontro sensibilizador para a busca de saberes sobre gêneros e sexualidades.

Um segundo grupo começa a estudar, já na Graduação em Psicologia. Marielle foi a única de nossas colaboradoras que teve a disciplina Relações de Gênero, na graduação, momento este quando começou a ter algumas “percepções” sobre a discussão; Beatriz teve contato com esses estudos a partir de um professor que pesquisava o assunto; e Lua participou de um coletivo feminista, na universidade, o qual fazia diversas intervenções e promovia discussões sobre gênero. No campo da sexualidade, participou também de um grupo de estudos.

O campo da prática profissional é focado como o elemento de aproximação com gêneros e sexualidades, a partir do encontro com os “casos”, vidas de pessoas em sofrimento, principalmente pela violência nas relações entre gêneros e as expressões de sexualidade e as assimetrias de poder, como já demonstramos. Importante repetir que todas e todos os profissionais – 106 pessoas, de diferentes lugares e campos de atuação distintos, que abrangem quase a totalidade dos espaços da Psicologia – identificam demandas de gêneros e sexualidades, em seus campos de intervenção.

Psicólogas e psicólogos não foram preparados para lidar com essas demandas: esta é a realidade, para a grande maioria dos profissionais. Como se esta demanda não existisse na prática profissional. A realidade escancara o problema!

Ao tratar do método de funcionamento do dispositivo da sexualidade, Foucault (2014b) reconhece o modo dinâmico em que o poder atua. O poder não é de uma repressão ou opressão da sexualidade, mas o poder também permite as inclusões, esferas nas quais as sexualidades existam. Todavia, não é de qualquer forma que as sexualidades e expressões de gênero podem aparecer, nas Psicologias. As relações entre poder e sexo são sempre apresentadas pelo negativo. O modo como gêneros e sexualidades existem e são apropriados pela Psicologia é desse lugar de rebaixamento, nos espaços da formação profissional, quando os saberes sobre sexo não podem ocupar o lugar de “disciplina do saber”, como se fossem um saber menor. Nas vidas das pessoas, seguem com essa negatividade, como se as psicólogas e os psicólogos não pudessem se apropriar dessas discussões e construir práticas de intervenções eficazes para indivíduos, assim como nos campos sociais.

Queremos demonstrar esse processo de construções subjetivas, o qual tem na instituição um protagonista para a modelação da subjetividade, na gestão da vida, nos modos de pensamento e condutas, com uma função central nas estratégias de governabilidade:

Instituição pode ser um conjunto de regras, normas que regulam a sociedade, a linguagem, rituais etc. No senso comum é sinônimo de estabelecimento concreto onde as pessoas trabalham. Mas Baremblytt (1986) traz definição mais ampla. Afirma que

são árvores de composições lógicas que têm distintos graus de formalização. Com fundamento nessa definição, consideramos que as instituições são formas heterogêneas de significações e regimes de códigos que objetivam ordenar e atribuir sentido à experiência coletiva e partilhada. Cumprem função de base para a semiotização dos processos, canalização dos investimentos desejantes e de forças, e têm distintos graus de formalização, que vão deste a estratificação e a rigidez de uma Lei à esfera quase imperceptível de um hábito (Hur, 2018, p. 77).

A problemática aqui se refere à Psicologia enquanto dispositivo e instituição disciplinar, entre cujas funções podemos destacar as de enunciação, regulação e estabilização dos processos, ou seja, inclui tanto abstrações como a forma concreta, sendo composta de materialidades distintas. Por conseguinte, a maquinaria elaborada pelo dispositivo da sexualidade, aliado a outros, engendra esse campo institucionalizado da Psicologia enquanto ciência e mantém esse campo da recusa, da rejeição, da ocultação e mascaramento, de sorte a produzir ausências e falhas, que têm implicações diretas com a sustentação dos mecanismos de violência.

Não podemos deixar de questionar, com urgência, o papel das instituições formadoras de psicólogas e psicólogos. A universidade precisa passar por uma análise institucional e, junto com ela, toda a aparelhagem do sistema de educação. O que presenciamos, em larga escala, é uma omissão institucional na formação desses profissionais, exatamente a Psicologia, que investe tanto em incentivar análises institucionais como componentes de suas práticas discursivas, porém, não assume esse exercício sobre si própria, considerando que temos produções de largo alcance para reinventar as prioridades de formação.

A ausência deste debate enseja que a abordagem profissional de gêneros e sexualidades se dê a partir de outros campos discursivos, os quais emergem dos espaços sociais que habitamos, mas que, particularmente no Brasil, nessa convergência de forças que situamos, assumem espectros da violência. Para ilustrar esse mecanismo do sistema de repressão e julgamento, vamos nos alongar nesta narrativa de Rose, ao ser questionada se suas intervenções passam pelo campo de gêneros e sexualidades, contextualizando esse campo de docilização e internalização da norma. Ela nos diz, ao mencionar uma cena em que viu duas meninas se beijando:

*É afrontar, e hoje também tem muito isso. Agora, eu penso que essas afrontas é uma coisa de muita insegurança, de muita situação de não saber de fato o que quer e por onde quer caminhar, porque... eu vou falar de uma coisa aqui que não está na sua pesquisa, mas, por exemplo, tem um versículo bíblico que eu também não sei onde é, mas é de Paulo, que fala assim "Se o teu irmão come carne e isso te escandaliza"...não..."Se você come carne e isso escandaliza o teu irmão, então não coma na frente dele", se você faz tal coisa e isso escandaliza o teu irmão, então não*

*faça na frente dele, você não precisa afrontar, mas você não precisa deixar de fazer. Então, é assim, a nível de conduta moral, de conduta social, eu acredito muito nisso, eu não preciso sair beijando todo mundo na rua, só pra dizer assim “Eu vou mostrar para você que eu sou gay, eu tenho direito”, não, eu posso ser do jeito que eu sou e, se o outro não quiser me aceitar, ele não vai me aceitar, eu não preciso afrontar. [...] Então, uma coisa que eu não concordo, não concordo mesmo, eu acho que movimento LGBT é bom, mas tem que ter respeito pelo outro, se o outro se escandaliza, porque que eu vou escandalizá-lo? Eu acho que, na questão da sexualidade, também tem isso. Olha, se você é lésbica, se ele é gay, e isso escandaliza o outro, tá, então respeita o direito do outro de não gostar disso, mas tudo bem onde você estiver, se você quiser estar dentro da sua prática, da sua postura, ninguém vai nada com isso. Então, eu acho um erro enorme essas questões sociais que ficam tirando a roupa no meio da rua, pegando as questões religiosas e expondo, eu acho assim, não tem muita lógica pra mim, não tem muita lógica, pode ser que um dia, se eu tiver tempo, assim, de pegar um livro nessa área e ler um pouco mais a fundo, pode ser que eu reveja isso, mas hoje pra mim isso não faz sentido assim, acho que faz sentido a questão dos direitos humanos. Quando ele é gay, lésbica ou qualquer outra denominação que ele queira achar para o gênero dele, enquanto direito humano, ele é um ser humano e não interessa qual é a sexualidade dele, ele é um ser humano. Ele merece ser respeitado como ser humano, não interessa se ele negro, branco, asiático, se ele é índio, ele é um ser humano.*

Desse excerto, gostaríamos de comentar dois elementos: a Psicologia nos atravessamentos com as instituições religiosas; o genérico humano e os efeitos de apagamento da interseccionalidade. Desenvolveremos cada um desses temas.

As Psicologias comprometidas com a vida estão em constante disputa com as instituições religiosas, visto que ambas integram microrrelações de poder, que se direcionam para a vida social, das quais as psicólogas e psicólogos fazem parte. Rose, ao evocar concepções religiosas como código moral, expressa a dominação e a sujeição da população para a manutenção do poder, por meio dos discursos de obediência, recompensa e bondade. Para Hur (2018), isso se alia às forças reativas que se dão pela culpa, pelo ressentimento, pela má consciência e pelo ideal ascético.

Assim, ela se alia como uma multiplicidade de profissionais de Psicologia, a retórica da “ideologia de gênero”. Lionço (2018) assinala que os discursos sobre “ideologia de gênero” atuam como um dispositivo retórico, amplamente difundido por um aparato midiático, como uma estratégia reacionária e fundamentalista, tendo em vista que se apoia nos princípios da fé religiosa e tem como uma de suas funções paralisar o debate público democrático, através da moral antigênero.

A proposta veiculada à “ideologia de gênero” não apresenta legitimidade acadêmica. Lionço (2018) e Junqueira (2018) se propuseram fazer o estudo dos materiais publicados sobre o tema, sobretudo porque carecem de contextualização e evidências empíricas. Esses estudos constituem um reducionismo de um campo complexo de estudos à limitação das retóricas de

conspiração global contra a família e a natureza humana, as quais se baseiam em visões de mundo que abstraem a evidência e a facticidade.

Os estudos de gênero demonstraram, de maneira consistente, com base em pesquisas científicas desenvolvidas de modo qualitativo e quantitativo, assim como os estudos que realizamos aqui, a desigualdade, a discriminação e a violência que decorrem das construções de gênero. Salienta Lionço (2018, p. 617):

A principal diferença, no entanto, é político-epistemológica. Diz respeito como se identifica, como se descreve e se significa a diferença social. Os fundamentalistas religiosos cujas visões antidemocráticas se apoiam em argumentos contra a “ideologia de gênero” tem como projeto a sacralização da dita normalidade (da natureza, da ordem social, dos sexos). Em contraste, as perspectivas seculares e laicas alinhadas à epistemologia feminista e comprometidas com a democracia e os direitos humanos, recusa, criticamente, a subalternização de grupos e pessoas a normas socioculturais construídas que implicam violência, exclusão e discriminação. Também valorizam o dissenso e a diferença radical como fundamentos dos projetos de democracia.

O investimento das instituições formadoras de psicólogas e psicólogos precisa avançar para esse debate político, do qual a Psicologia não é descolada. Estamos sempre em vias de cruzamento, muito longe de uma suposta neutralidade teórica e técnica. Os saberes disciplinares da Psicologia compõem enunciados científicos que dão legitimidade para as ações organizadas a partir do Estado e para as políticas públicas organizadas por este, as quais implicam processos de intervenção e governo da vida.

Na sequência narrativa de Rose, devemos apresentar os efeitos de mascaramento em prol de um suposto humano genérico, sob uma perspectiva de simplificação do debate dos Direitos Humanos, que tem entre seus resultados o apagamento da diferença e a anulação das identidades múltiplas decorrentes de processos históricos, materiais, geográficos, econômicos e sociais que atravessam os sujeitos.

Esse apagamento nos enunciados sobre interseccionalidade evidencia dificuldades de pôr o problema em perspectiva, na atuação profissional. Para além desse relato, ao ser questionada sobre a interseccionalidade de raça, etnia, classe, gênero, geração, entre outros, em sua prática profissional, tem dificuldades inclusive de identificar os termos do debate, considerando-a uma discussão acadêmica. Assim como Rose, muitos profissionais podem estar distantes dessas discussões, de sorte que devemos levar em conta quais as implicações desses apagamentos, nas práticas discursivas de um país com tanta desigualdade social, como o Brasil. A quem serve esse apagamento sobre interseccionalidade nas práticas discursivas de

Psicologia? Afinal, qual é o problema com o enunciado “*Ele merece ser respeitado como ser humano*”, nessa visão que remete a uma pseudoigualdade?

A perspectiva de direitos humanos tradicional está pautada na ideia de que a discriminação de gênero se refere às mulheres e a discriminação racial diz respeito à raça e à etnicidade. Do mesmo modo, a discriminação de classe concerne apenas às pessoas pobres. Nessa perspectiva, as pessoas são tratadas como se pertencessem a grupos isolados, ou que sofrem discriminações em apenas um extrato social (Crenshaw, 2002).

O conceito de interseccionalidade, apresentado por Crenshaw (2002, p. 10), representa uma abertura e um avanço:

A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. [...] ao sobrepor o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos.

A autora argumenta que já existem direitos humanos contra a discriminação interseccional, por exemplo, os direitos que protegem contra a discriminação de gênero, protegem todas as discriminações de gênero. No entanto, a compreensão ampla sobre os cruzamentos interseccionais na vida de cada sujeito precisa adentrar nossas práticas discursivas, para reconfigurar seus modos de intervir no mundo.

As possibilidades diante desse debate já existem. Marielle explicita:

[...] eu tive uma experiência num grupo, uma vez, de CREAS também, que tinha uma adolescente que ela tinha a pele bem escura e o cabelo dela era bem crespo. Com as outras meninas, eu via que ela ficava um pouco de canto assim, e um dia eu levei o assunto para conversar sobre o racismo, como que isso acontecia na sociedade, e ela não voltou mais. Então, assim, isso me chamou a atenção, porque como que eu estou falando do meu lugar, não estou falando do lugar dela, ela nunca trouxe isso para mim, eu que levei falar sobre isso, e ela não voltou mais e isso me pegou um tanto de surpresa, porque eu achava que eu estava fazendo algo positivo, e acabou não acontecendo. [...] E só um adendo: essa adolescente que não voltou mais no grupo, hoje lê sobre feminismo negro.

Vamos retomar essa ideia de tornar-se ou construir uma subjetividade ressonante com as problemáticas de gênero. Sobre esse movimento, Suely narra:

[...] eu me formei e que eu vim para o meu campo de trabalho eu já comecei a trabalhar mais na área da Justiça do que na área da Saúde, com a questão de violência doméstica e violência de gênero. Mas só que, imagina só, em 1997, a gente não tinha nada praticamente em políticas públicas para mulheres, a gente não tinha nem o ECA direito, nós não tínhamos nem Maria da Penha, a gente não tinha nada disso. Então, o gênero era invocado mais para essa área do corpo que se protegia, do corpo violentado, não do corpo fortalecido, do empoderamento de direito. Então,

*a leitura que eu tinha de gênero, naquela época que eu comecei, era uma leitura ainda voltada para o aspecto biológico, de sexo fragilizado, de impossibilidade de conquista de direito, por mais que eu tinha um conhecimento, mas curto, pequeno, sobre as teorias feministas, sobre os movimentos feministas, não era algo que alavancava a minha profissão. E realmente entrar em contato com a leitura, com o estudo de gênero e fortalecer o meu local na militância, a partir do instante que eu comecei a trabalhar, como eu conversei com você, agora, quando eu comecei os estágios na docência. [...] Então, eu levei um cata-tau de tempo, praticamente metade da minha vida profissional, para me colocar como responsável no processo de problematizar e de militar essas questões de gênero. E o que realmente me aconteceu e que modificou a minha vida foi a entrada no Mestrado, isso, sim, isso foi um ponto que falou: “Agora, sim, você tem que tomar um outro posicionamento na sua vida, senão você não cabe mais nessas discussões.*

Colocar-se em movimento faz com que psicólogas e psicólogos assumam outras proposições para as práticas discursivas na Psicologia, assumindo, inclusive, uma responsabilidade política e de militância. Essa questão de aproximação entre experiências profissionais, estudo e militância, ressoa nas histórias contadas por Marielle, Lua, Beatriz, Darneli, Clarissa e Tatiane, as quais demonstram diferentes modalidades de agenciamento de forças que atravessam as práticas políticas e não podem ser reduzidas ao pensamento consciente. É das transformações afetivas e das novas relações com o mundo e seus sujeitos que queremos tratar.

O pensamento de Deleuze e Guattari é sintetizado por Hur (2018), por meio do conceito de agenciamentos psicopolíticos, como uma nova forma de compreensão das práticas políticas. Para esses autores há duas instâncias psíquicas distintas na máquina psíquica, as quais citamos: o aparelho de interesse, aliado às funções conscientes e à adesão a determinado conjunto de códigos políticos, e a máquina do desejo. Esta última é a que vamos detalhar, de acordo com o autor:

Há uma aparelhagem construída por dois polos de investimento desejante e político: o paranoico e o esquizofrênico. No polo paranoico, os investimentos desejantes prendem-se aos estratos e, conseqüentemente, aos processos de bloqueio, estática e captura. Há o funcionamento de uma estrutura psíquica conservadora que se caracteriza pela fixação, manutenção do poder e estereotipia dos processos psicopolíticos, numa modalidade de investimento autocrático. Já no polo esquizofrênico, o investimento desejante está relacionado ao movimento e a transformação, as forças do fora e linhas de fuga, em vez de a estratos fixos e enrijecidos. Pode ser chamado revolucionário, libertário, comprometido com a potência e não com o poder (*potestas*). Fomenta uma política nômade que, em seu devir, arroja os estratos territorializados a uma nova jornada, a uma indeterminação. Ambos os polos se relacionam, respectivamente, ao funcionamento da antiga formulação de Guattari (2004) de grupo sujeitado e grupo sujeito (Hur, 2018. p. 123).

Essa proposição nos parece dar abertura para a compreensão em zonas menos capturadas que o pensamento e a tomada de consciência, até porque, sobre gêneros e sexualidades, muito

já foi dito. Hur, em suas análises, conclui que precisamos incluir mais um polo desejante a esses agenciamentos psicopolíticos, direcionado ao polo capitalista. Isso se deve à inculcação do funcionamento neoliberal, observado em muitos ativistas políticos, os quais expressam a modulação do desejo operada pelo diagrama do rendimento.

O funcionamento dessas zonas de afetabilidade permite a compreensão da dinâmica dessas práticas profissionais, sem a pretensão de que sejam sempre associadas ao polo esquizofrênico, pois evidenciam esse embate entre as forças, que se alternam, se intensificam ou mesmo se encolhem, favorecendo inclusive a contradição entre discurso e prática.

Dessa maneira, cremos que as Psicologias revolucionárias, nesses tempos quando as políticas de Estado estão aliadas à opressão e ao genocídio das pessoas que não correspondam ao ideal heteronormativo, encontram terreno fértil de luta nos espaços micropolíticos, através dos investimentos desejantes que tenham modos de operação, propriedades realizadoras e uma performatividade, que abram passagens, mesmo que momentâneas, para formas de viver o gênero e expressar as sexualidades, de forma a desafiar as normas de reconhecimento predominantes.

Assim, a Psicologia auxilia no processo, como um psicólogo dos processos psicossociais, para que possam surgir com força, pessoas transgêneros, gêneros *queer*, *gays*, lésbicas, modos dissidentes de masculinidade e feminilidade, entre outros que se opõem a todas essas categorias que identificamos.

Essa prática é distante para muitos profissionais, os quais se veem capturados, reproduzindo diversas violências. Esse processo é denunciado por psicólogas e psicólogos que colaboram conosco e que, a exemplo da narrativa de Darneli, quando iniciamos nossas análises, se veem diante de processos de violência da própria intervenção psicológica. Beatriz, que atua junto a um coletivo de atendimento a pessoas LGBTQIA+, enfatiza:

*E assim, aparece bastante questões de sexualidade, de gênero, e às vezes eu até fico pensando nos meus casos, eu penso “Gente, eu só atendo LGBT, nunca vi, não tem um cis-hetero”. A grande maioria é mulher também, seja cis ou seja trans. [...] lógico que eu já tinha uma série de estudos antes, eu, por ser LGBT, acabo tendo algumas sensibilidades também, que talvez uma pessoa cis-hetero não teria. E a grande maioria das pessoas que eu peguei não eram pessoas de primeira viagem em terapia. E, no começo, eu precisei muito, primeiro acolher essas pessoas e fazer elas terem certeza que não ia fazer elas ressofrer a LGBTfobia dentro da clínica, porque ela já tinha sofrido isso anteriormente, então, é sempre aquele trabalho de criar aquele vínculo forte, de garantir para a pessoa “É assim tal coisa, você não vai ressofrer isso aqui, nós vamos construir esse caminho juntos”. É mais um pegar no colo quase, mas isso é muito particular meu, porque eu peguei muitas pessoas com esse histórico já. E depois entender, tipo “Olha, sexualidade é uma parte sua, sua identidade é uma parte sua, vamos entender isso”, “Vamos fazer as pazes primeiro”, porque tem gente que chega nessa parte de ter que fazer as pazes consigo mesmo. [...] às vezes, eu fico pensando: “Meu Deus, não sei nem como que você chegou”, na verdade eu sei, mas,*

*enfim, se dependesse unicamente da pessoa, ela não teria chegado, não teria voltado para a terapia e é muito complicado. [...] gente que nunca quis também a terapia, então, está iniciando pela primeira vez, e muitas pessoas que já passaram pela mão de muitos profissionais da saúde, não só psicólogos. E é complicado, muita violência, muito desconhecimento da coisa. Quando casa gênero e sexualidade, vira uma bagunça, os profissionais confundem, questionam, querem saber a origem, e hoje em dia a gente sabe, pelo menos na prática clínica, ficar caçando um porquê a pessoas é LGBT é extremamente violento. E, assim, é violência atrás de violência que essas pessoas sofreram mesmo. E daí eu acho que o cuidado de pessoas que minimamente se interessam pelo assunto, para tratar principalmente dessa história de violência, que é cotidiana, é diária, na sociedade, e que tem essa história de revivência dessa violência no acesso ou des acesso à saúde.*

A existência de uma certa Psicologia que, perversamente, expressa prazer em classificar, diagnosticar, tratar, curar, excluir as pessoas, através de um modo de reducionismo, de acordo com Peres (2013), é a que sustenta regimes de verdade binários e universais, os quais precisam ser revistos com urgência, pois se aliam ao biopoder e às biopolíticas, atuando como dispositivos disciplinares que impõem ideias reducionistas sobre o ser humano e o funcionamento da psique.

São modos de fazer Psicologias a serviço da produção de processos da normatização das subjetividades e dos corpos dóceis e úteis, segundo ressalta Foucault (1987), conservando o compromisso com a manutenção, reificação e defesa do sistema sexo/gênero/desejos/práticas sexuais.

As categorias de sexo, gênero, desejos e práticas sexuais não são as únicas a passarem por essas problematizações. Peres (2012) nos chama a atenção para a intrincada rede em que outros marcadores psicossociais são universalizados pelo saber hegemônico de muitas práticas e operadores em Psicologia. Esses marcadores interseccionais que estamos nos referindo são “[...] classe social, raça/cor, etnias, orientação sexual, estéticas corporais, geração, habitação de periferia, que são mantidos em frequentes interações, denunciando a presença de machismos, racismos e misoginias” (Peres, 2012, p. 56).

Conforme vamos adentrando nos relatos das experiências de intervenção, compreendemos que as perspectivas de gêneros e sexualidades, na atuação profissional em Psicologia, se dão pelos tensionamentos, conflitos e diferenciados compromissos sociais, realçados nos relatos de casos descritos nos retratos das experiências profissionais, assim como expresso na trajetória da vida de Darneli.

Nossas ações, talvez o que haja de revolucionário nesses tempos que habitamos, tendo em vista a inclusão da temática para debate e proposição de intervenções, nos levam a avançar no desenvolvimento de técnicas e métodos efetivos no combate à discriminação e violência de gêneros e expressões sexuais. Mas esses relatos demonstram que ainda muito há por se fazer.

Os espaços da clínica não contemplam tentativas de patologização de gêneros e orientações sexuais. No entanto, algumas Psicologias ainda expressam esse movimento de busca por origens, essências de identidade, características subjetivas no binário masculino/feminino.

Podemos sustentar, pois, que nos deparamos com uma perspectiva de gênero familista, centrada na atualização do dispositivo da sexualidade, na medida em que investe suas forças no campo de uma docilização dos corpos de crianças e adolescentes, em prol de sua saúde e bem-estar, incluindo a prevenção de possíveis danos que podem ser inflados contra estes, caso fujam às normas. Vejamos algumas práticas desenvolvidas por Marielle:

*Com mulheres [...] a gente trabalhava assim, os papéis sociais da mulher e do homem, e quanto isso trazia alguns sofrimentos, as violências. [...] a gente não está entrando nesse assunto com as crianças, mas, quando surge algumas situações, a gente pontua, a gente pondera: “Olha, tem que respeitar o corpo dos colegas...” Mas isso não é mais uma questão de gênero, mais de sexualidade, mas assim eles têm muito isso, não gostam de se encostar e tem uns que querem ficar abraçando, se encostando e a gente conversa também sobre isso, então, mais nesse sentido. [...] Difícil, difícilíssimo, nenhum grupo masculino, a única vez que eu trabalhei com grupo masculino, [...] olha que interessante, foi quando me chamaram para fazer um encontro com os homens do patronato, que eles estavam cumprindo algumas medidas por terem cometido violência contra mulheres, e eu falei sobre a violência do Estado, falei sobre a violência que as pessoas sofrem, violência institucional, e foi uma experiência que eu não gostaria de voltar a fazer. Eu não sei, eu não me sinto preparada, eu tenho essa dificuldade de lidar com homens, é bem mais difícil para mim, tanto quando eu vou fazer uma visita alguma coisa, eu sempre tento trazer os pais e os homens, por que tem um papel importante ali.*

Encontramos, nesses recortes narrativos, ressonâncias com a maioria das práticas profissionais, como as de Clarissa, Félix, Pierre e Darneli, que atuam centrados da discussão dos papéis sociais e incluem uma perspectiva das características subjetivas aproximadas ao gênero feminino ou ao gênero masculino.

Particularmente, as psicólogas Darneli, Clarissa e Marielle estudam sobre gêneros e sexualidades, seja por interesse, seja por atravessamentos em seus campos de estudo. Ainda assim, apresentam uma certa reprodução da lógica “falar sobre” e se centralizam nos mesmos debates apontados por Foucault (2014b) do dispositivo da sexualidade. Quais forças incidem sobre esses processos de trabalho, para impedir de terem a coragem de fazer para além do falar sobre? Estariam as instituições e políticas públicas, em que elas atuam, silenciando a coragem e a ousadia de profissionais com amplo conhecimento?

Esse enquadramento das atividades de intervenção remonta às grandes frentes de atuação já delineadas por Foucault (2014b), em quatro conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo: a histerização do prazer perverso, a

pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso.

A histerização do corpo da mulher, como um corpo saturado de sexualidade, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social, o espaço familiar e a vida das crianças (Foucault, 2014a). Para as mulheres, direcionamos as práticas de rodas de conversa, escuta, grupos de apoio e terapêutico, no sentido de fazer falar sobre essa vida de subordinação e as dificuldades da sustentação desse papel social que lhes foi atribuído.

Por vezes, estimula-se o uso de medicamentos e as orientações tentam confortá-las para sustentar essas relações que envolvem sua própria abnegação e trabalho árduo. Não evidenciamos, em nosso trabalho, como podemos construir outras possibilidades para essas mulheres. Sobre isso foi dito muito pouco. E as narrativas se dirigem para essa mulher da família ou a mulher mãe. Quase não se mencionam outras vivências sobre o ser mulher, e, se ocorre, isso fica diluído entre os discursos de referência à família.

A pedagogização do sexo da criança põe em realce a atividade sexual das crianças, crianças que se tocam, crianças masturbadoras, que falam do seu sexo e contestam a família, pais, professores, entre outros responsáveis por ela. Para essas crianças, muito pouco é reservado nas práticas psicológicas. Sobre o corpo delas não se fala, a menos que esse corpo ultrapasse a linha do público e privado, e exponha suas práticas.

Assim, a Psicologia se ocupa no sentido de esclarecer para essa criança e seus adultos a curiosidade sobre o sexo e o corpo que acompanham aquela criança ou se certifica de que o desenvolvimento daquela sexualidade está seguro, sem exposição às violências sexuais ou outras formas de abuso.

A socialização das condutas de procriação, as quais se dão nas incitações ou freios, alia a Psicologia com as políticas públicas de Estado. Desse modo, dirigem-se intensamente aos adolescentes, a fim de garantir-lhes uma vida sexual “saudável” e, muitas vezes, na esteira do debate da prevenção ao abuso sexual, se aliam ao discurso da não prática do sexo, ou a valores do amor romântico. Assim, falar de sexo, sobre os prazeres do sexo, sempre vem com as advertências de risco a violências, doenças ou desqualificação da pessoa que o pratica.

A psiquiatrização do prazer perverso não é expressa nas narrativas que dialogam conosco, porém, não podemos ser ingênuos sobre essa temática, considerando os movimentos atuais de tentativa de promoção de “terapias de conversão” de gênero, ou estratégias de atualização das patologias sobre as expressões de gênero, atualmente chamadas de TOC (transtorno obsessivo compulsivo) da homossexualidade.

Ao corpo do homem, o discurso do gênero e das sexualidades não se aplica? Para o homem, não são direcionadas atividades de prevenção ou intervenção sobre gêneros e sexualidades, salvo quando cometem crimes de violência doméstica. Profissionais, como Clarissa e Marielle, verbalizam as dificuldades de se aproximar do gênero masculino, inclusive por questões pessoais. Mas, se muitas violências de gêneros e violências sexuais decorrem da masculinidade que é forjada e sustentada na violência (Welzer-Lang, 2001), por que não abordar esse nicho? Teriam as psicólogas e psicólogos instrumentos teórico-práticos e coragem para problematizar esses redutos do poder?

Como vimos, a questão não se encerra. A Psicologia cria estratégias para o controle das condutas e dos comportamentos capazes de causar prejuízos à saúde das populações e/ou desorganizar os espaços sociais e urbanos, contribuindo para conformar e regular os corpos e os comportamentos dos indivíduos.

As práticas psicológicas sobre gêneros e sexualidades incidem, na maioria dos relatos, sobre as populações de periferia, levando o saber acadêmico a lugares menos favorecidos e no encontro com os modelos preventivos de intervenção, nos quais se visa à intervenção para diminuir tensões, visto que as práticas psicológicas acontecem sobre as pessoas das comunidades e não nos centros urbanos, para pessoas de condições econômicas mais favorecidas, as quais, muitas vezes, produzem essas comunidades periféricas.

Darneli, ao narrar um trabalho de pesquisa entre escolas públicas e privadas, nos diz: *“Pois é, a vida do pobre é pública e a vida do rico é privada, na do pobre dá pra escancarar, dá pra colocar o nome nas notícias, quando acontecem as situações de violência, e daí nas escolas particulares não, isso não acontece.”*

Esse relato se assemelha ao produzido por Marina, com relação aos processos por crimes de abuso sexual: *“[...] a gente acaba atendendo mais pessoas das classes sociais mais baixas, porque existe uma tendência a abafarem os casos das classes sociais mais altas.”*

O debate proposto por Marina, ao trazer para a cena a discussão dos casos de violência sexual que são judicializados e que reverberam nos índices de abuso sexual de crianças, adolescentes e mulheres, para além da leitura dos processos de dominação masculina, traduzidos na cultura do machismo e patriarcado que vivenciamos, precisa ser interrogado a partir do dispositivo da sexualidade.

Particularmente sobre as crianças, vivenciamos um nível crescente de violência sexual: 32.082 casos denunciados, no ano de 2018, quando comparado aos 27.791 casos denunciados no ano de 2017 (Ministério da Saúde), que incide sobre as meninas, 76,4% dos casos, cometida,

em sua maioria, por familiares (pai, padrasto, conhecidos ou outros familiares), dentro de suas residências.

Esse debate demonstra uma atualização do dispositivo da sexualidade, quando diversos setores da sociedade, tais como a Medicina, a Pedagogia/escola, a moral religiosa cristã e também a Psicologia participam desse processo e passam a rastrear, no corpo da criança, as marcas do sexo, potencializadas pelo debate da proteção ao abuso sexual e da castidade.

Isso instaura um jogo de fazer ver, conforme explica Foucault (1987), que, no mesmo movimento de cuidar, dispara as tecnologias de vigilâncias para o corpo da criança, a objetifica, sexualiza e erotiza. O corpo da criança se torna, por conseguinte, um corpo objeto do desejo sexual. Essas práticas, aliadas à cultura de dominação do homem sobre todas as coisas, constituem o cenário de abusos sexuais, tão danosos às vidas todas.

As narrativas de psicólogas e psicólogos apontam que estamos ainda girando na maquinaria do dispositivo da sexualidade, que aquilo que se chama de inovador, nesse campo de gêneros e sexualidades, para as Psicologias, envolve inserir o debate nos campos que atuamos, e que precisamos avançar nos estudos sobre gêneros e sexualidades, de modo interdisciplinar, e também sobre as teorias, métodos e técnicas das Psicologias.

## 5 ÉTICA, TÉCNICA E POLÍTICA NAS NARRATIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA

Analisar essa realidade que se desenvolve principalmente em um plano abstrato e de trabalho cognitivo-afetivo, a qual edifica as ações, nos remete a pensar, a partir dos estudos do Foucault (2017), sobre a relação entre dizer-a-verdade, ou melhor, os mecanismos pelos quais a verdade é construída, incluindo as dimensões da técnica, política e de governo, assim como as condições para a ética na formação do sujeito, que ele chamou de *parresía*<sup>11</sup>. Destaca Foucault (2017, p. 12):

Para que haja a *parresía* [...] o sujeito, [ao dizer] essa verdade que marca como sendo sua opinião, seu pensamento, sua crença, tem de assumir certo risco, risco que diz respeito à própria relação que ele tem com a pessoa a quem se dirige. Para que haja *parresía* é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É, portanto, a verdade, no risco da violência (Foucault, 2017, p. 12).

Ou seja, a *parresía* não é exemplificada em uma profissão como a de psicóloga e psicólogo, mas pode ser traduzida como uma maneira de fazer, uma atitude, um modo de ser, que é referente à virtude. É uma modalidade de dizer a verdade, que tem relação com a técnica e com os interlocutores. A prática do dizer a verdade se apoia primeiro sobre si mesmo, sobre a necessidade de conhecer a si, os próprios pensamentos, e a franqueza de encará-los e sentir-se na obrigação de expressar a verdade sobre si, diante do acontecimento. Esse processo se dá na presença de um, indispensável, interlocutor, o que torna a *parresía* uma atividade conjunta, a qual envolve um outro e que só é possível minimamente a dois. Conforme assevera Foucault (2017, p. 6), “[...] para que a prática do dizer a verdade sobre si mesmo se apoie em e apele para a presença do outro, o outro que escuta, outro que incentiva a falar e que fala ele próprio”.

O parresiasta pode ser qualquer um, porém, na cultura moderna, o dizer a verdade adquire uma forma institucionalizada – o médico, o psiquiatra, o psicólogo ou o psicanalista – que passam a corporificar esse outro que é indispensável para se dizer a verdade sobre mim

---

<sup>11</sup> Danielle Barreto, em sua Tese de Doutorado, intitulada *A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresía na formação queerizada em Psicologia: narrativas de outras perspectivas e experiências docentes*. Já analisou a questão da *parresía*, a partir da perspectiva da formação em Psicologia, entrevistando professores. Ela aborda a dimensão ética e política indissociáveis, mas, em nossa interpretação, direciona particularmente para a técnica. Desse modo, vamos trazer seus estudos mais adiante, quando abordarmos a técnica.

mesmo (Foucault, 2017), o qual teria como elemento que o qualifica para o jogo da *parresía* a obrigação de dizer a verdade sobre si e a fala franca.

Os três elementos, para se dizer a verdade (ética, política e técnica) e demonstrar as tecnologias pelas quais elas são construídas e funcionam, descritos nos estudos do Foucault sobre *parresía*, nos fornecem campo para um debate intenso sobre o fazer da Psicologia, na medida em que compreendemos que essas dimensões são contidas nas práticas e discursos efetivados desde a formação em Psicologia. Com efeito, Foucault (2017) propõe quatro modalidades de dizer a verdade: o profeta, o sábio, o técnico e o professor – e as diferencia da atividade da *parresía*. Como o autor adverte, e que ponderamos muitas vezes, a *parresía* não define o “modo” das práticas psicológicas, mas nos permite refletir sobre elas.

Neste percurso da obra foucaultiana ele começa a esboçar o que consideramos uma estilística da existência, mas ainda não desenvolve a fundo, essa discussão irá crescer muito na perspectiva de Deleuze, então neste recorte vamos nos concentrar no conceito de *parresía* situado na ética e política.

Dessa forma, o texto seguirá certa linearidade, quer dizer, situaremos primeiro a relação de dizer a verdade e técnica, aqui compreendida como as práticas profissionais, depois a relação com a ética e, finalmente, a da política. Mas é importante compreender que essas conformações não são lineares e definidas em segmentos distintos. Elas são configurações que vão se tecendo e se atravessando. Esse processo é inerente ao acontecimento, configurações que existem em intensidades e qualidades que se engendram em determinados tempos e espaços, caracterizando as práticas profissionais em Psicologia.

Queremos observar que se trata de jogos, de estratégias e movimentos sociais, compreendidos como um conjunto de enunciações, visibilidades e relações de força (Deleuze, 1988), vistos como práticas que se estabelecem no cotidiano. Logo, essas práticas psicológicas, constituídas e atravessadas por esses três eixos da *parresía*, são responsáveis por forjar objetos dos quais passamos a nos ocupar, como aquilo que pode e deve ser pensado, falado, que é o caso das objetivações sobre gêneros e sexualidades das práticas psicológicas, as quais estão em cena em toda ação profissional. Ética, técnica e política estão presentes no tempo e espaço de toda ação profissional, e é isso que queremos demonstrar, ao discutir cada um dos eixos.

Olhar as Psicologias, ousar perguntar sobre o que se faz no local do sigilo, não foi uma tarefa simples. Abrem-se muitas possibilidades para o que ainda deve ser visto, problematizado, enfrentado, mas, principalmente, inventado com coragem e força de se fazer existir. Essa constatação é assustadora para os fazeres na prática profissional das Psicologias. Avançamos

em termos teóricos, mas estamos longe de uma prática no campo de gêneros e sexualidades que promova, de fato, uma vida digna.

Demonstramos, através dos estudos efetivados até aqui, a falácia política em torno da “cura gay”, as dificuldades teóricas e técnicas na abordagem de gênero e sexualidades, as relações de poder e subalternização entre o intelectual e cliente, como a violência não é apropriada como objeto de intervenção da Psicologia, entre outros aspectos ditos e escritos nos questionários e entrevistas. Entretanto, o objetivo deste capítulo é demonstrar a relação sempre presente entre a coragem, a criação, a ética e as estratégias de luta.

Evidenciamos, ao longo das entrevistas, que as psicólogas e psicólogos, mesmo os que estudam e se dedicam à compreensão da temática de gêneros e sexualidades, revelam certa resistência ou dificuldades ao declarar suas práticas profissionais, em olhá-las com objetividade, de modo a ter uma perspectiva sobre os métodos e as técnicas que desenvolveram.

Quando executam ações nessas áreas, são iniciativas experimentais ou mais elaboradas, conforme aponta Lua, na entrevista: “[...] *muita coisa dessa perspectiva não se tornou palavra, não está em um artigo científico, está em movimentos que estão acontecendo ainda de uma forma muito tímida*”. Relatar as práticas profissionais, com certa frequência, acontece acompanhadas de manifestações de sentimento de insegurança, preocupação e até medo. Somado a isso, o lugar do profissional que atua em campo no Brasil tem poucos incentivos (institucionais e acadêmicos) para a produção de saberes gerados nas experiências e práticas profissionais.

As psicólogas e psicólogos dificilmente se mostram reflexivos sobre a possibilidade de serem interventores, nesse campo da clínica do social, determinando estratégias e intervenções que atinjam esse diagrama de forças, das ações mais profundas na trama social. Encontramos a primazia do “indivíduo” nas práticas profissionais, uma tendência que remonta às origens das Psicologias, no Brasil, que já mencionamos, e que tende a considerar gênero e sexualidade como inerentes a indivíduos “isolados”, o que implica práticas profissionais que não problematizam a das relações de poder engendradas nos processos culturais e sociais, assim como a problemática da violência que decorre de questões sociais, educacionais, culturais, econômicas, políticas, geográficas, psicológicas, entre outras que não podem ser reduzidas à condição do indivíduo. Como exemplo, podemos perceber a diferença entre os questionários e as entrevistas.

Os questionários apresentaram como principal demanda a questão das violências para gêneros e sexualidades, entretanto, nas entrevistas, a preocupação desses profissionais era em

evidenciar suas ações quanto à aceitação dos gêneros LGBTQIA+ e combates à negatividade associada a essas sexualidades. Essas propostas, na maioria das entrevistas, excluem os gêneros heteronormativos do lugar da ação da Psicologia sobre gênero, além de não abordarem as violências. As ações sobre gêneros e sexualidades heteronormativas e a violência aparecem, geralmente, quando são propostas, por parte da entrevistadora, questões específicas e direcionadas, mas é observável a resistência em responder sobre os gêneros heteronormativos como lugar de gêneros.

As práticas que relatamos estão relacionadas com a complexa trama do tecido social, do qual psicólogas e psicólogos fazem parte. Estamos inseridos nesses processos discursivos, que atravessam os processos de subjetivação e se encarnam em modos de materializar a vida e as práticas profissionais.

Operamos com a ideia de que a *parresía* tem um saber caracterizado como técnico, o que pressupõe conhecimento, que toma corpo em uma prática. Essa prática foi aprendida e, dessa maneira, pode ser executada ou mesmo servir para ensinar outros. Nessa linha, destacamos os estudos de Barreto (2016), ao analisar a formação profissional em Psicologias, a partir dos professores formadores que possibilitavam o debate de gêneros e sexualidades. Argumenta a autora:

Dizer outras verdades dentro do jogo já enrijecido das Psicologias nos pareceu tanto uma possibilidade de desestabilização dos saberes instituídos e identificadores bastante interessante, quanto perigosa, pois o jogo de saber e poder continua a emaranhar outras redes de fazeres da Psicologia que podem cair na falácia de se tornarem a verdade, tão imperativa, tão massacrante e tão estável quanto as que nós e @s noss@s professor@s colaborador@s combatem (Barreto, 2016, p. 97).

Assim, ela expressa a coragem para correr riscos, para enfrentar os campos e os saberes das Psicologias, que estão acomodados em teorias e práticas de outro século, de outros lugares. E que a tentativa de se fazer dizer, muitas vezes, é silenciada pelo mesmo sistema necropolítico que impede os discursos sobre gêneros e sexualidades de circularem, até de existirem. A autora sinaliza a estratégia desse jogo, que faz os estudos de gêneros e sexualidades morrerem aos poucos, nas paredes empoeiradas das teses nunca visitadas, sem respaldo para serem publicadas nas revistas de Qualis A, ou mesmo diante dos poucos alunos que se inscrevem nas disciplinas optativas, ou estágios da área.

Essa denúncia é feita por Barreto (2016), a qual, ao entrevistar, até então, profissionais de Psicologia com leituras amplas sobre gêneros e sexualidades, constata uma apatia ou até timidez no fazer profissional, criando ressonâncias com as narrativas dos profissionais que entrevistamos.

Podemos compilar tais profissionais em três grupos. (1) Encontramos profissionais que não se apropriam da discussão de gêneros e sexualidades, o que reflete em práticas inexistentes, violentas ou diluídas na completude do sujeito e, desse modo, quando se apresentam, não ganham força para serem colocadas em perspectiva como problema. (2) Outro grupo, que se aproxima por afinidade ou leituras rasas das questões que dimensionam a problemática dos sofrimentos de gêneros e sexualidades no âmbito do encontro, acolhimento e fortalecimento desses indivíduos. (3) E um terceiro grupo, que tem uma leitura mais aprofundada sobre gêneros e sexualidades, vinculado a programas de Mestrado e Doutorado, que tem proximidade com militância política, seja em coletivo de mulheres, seja de LGBTQIA+. São esses que conseguem organizar algumas práticas que consideram a inserção social desses sujeitos, que vivenciam sofrimentos experimentados na vivência de seus gêneros e sexualidades, pautados em princípios de ações coletivas e afirmativas - mas ainda são poucas as pessoas a comporem esse grupo.

Estudar e formar seria uma das competências técnicas parresias para ser profissional de Psicologia? Marielle apresenta a seguinte perspectiva, que nos fala sobre a técnica:

*Eu acho que o trabalho com gênero passa primeiro pela educação, a gente falar sobre isso, a gente falar que existe preconceito, falar que existem pessoas que não se identificam com o sexo biológico, diferenciar isso, que a gente vive num sistema binário, que entende que homem é assim, se comporta de um determinado jeito, e mulher é assado e se comporta de outro determinado jeito.*

Junto com ela estão Clarissa, quando diz que a Psicologia precisa estudar gêneros e sexualidade, e Félix, que também retorna a essa necessidade de estudo.

Anunciam uma competência técnica baseada nas teorias, nos conteúdos: contudo, o que é possível fazer com isso na prática profissional? Estamos avançando na construção de metodologias de intervenção inventivas, que consigam promover vidas afirmativas de suas diferenças? Conseguimos dilatar nossas teorias e métodos para os contextos mais amplos da sociedade?

Muitas PsicoLOGIAS, principalmente as de contexto clínico, mas não apenas essas, e nem todas as clínicas, tendem a ser processos de trabalho solitários ou individualizados, o que favorece a captura pelo sentimento de medo e fraqueza. Queremos dizer a esses profissionais que não estão sós, quer pelos espaços coletivos onde atuam, quer pelo sentimento de

pertencimento e coletividade. Esses corpos que se aliam e assumem forma e força, para inventar e performatizar outras vidas (Butler, 2019), tendem, mesmo diante da violência, medo e exclusão, a ser fortalecidos e demonstrar uma coragem capaz de fazer a ação acontecer.

Construir um saber teórico-prático-político-afetivo parece estar no cerne de uma atuação mais corajosa. Nesse eixo da técnica, Foucault (2017) ressalta que a modalidade tecnicista do dizer-a-verdade se organiza muito mais em torno da ciência do que do ensino. Logo, quanto aos discursos científicos, em seu objetivo e desenvolvimento, “[...] como crítica dos preconceitos, dos saberes existentes, das instituições dominantes, das maneiras de fazer atuais, desempenha justamente esse papel parresiástico” (Foucault, 2017, p. 29).

Precisamos discutir a coragem de dizer, mais para além, nas linhas em que se encontra a coragem de fazer o que se diz. Fazer práticas outras, ativas e enfrentativas desse cenário violento que nos é apresentado. A luta precisa de corpos corajosos!

A *parresía* é uma ação política e aparece ligada ao direito da palavra e dos privilégios do direito da palavra. Em um primeiro momento, Foucault (2018) estabelece o modelo de governo da democracia como princípio para o exercício da *parresía*, ao mesmo tempo que esta funda a democracia. Mais adiante, percebe que a *parresía* tem uma função necessária e universal, para o exercício da política. “A *parresía* encontra seu lugar, ou antes, ela tem de abrir lugar em diferentes regimes, sejam regimes democráticos, sejam regimes autocráticos, oligárquicos, monárquicos. Tanto os soberanos, como o povo necessitam da *parresía*” (Foucault, 2018, p. 273). Trata-se do poder de se infiltrar, através do exercício de expor os mecanismos pelos quais a verdade é construída e instituída. Dessa forma, evidencia-se o deslocamento, em que compreendemos o exercício da *parresía*, tanto nas formas de governo das cidades quanto nas formas de governo de si para governar os outros.

Para percorrer a relação entre *parresía* e Psicologia, situamos dois eixos que necessitam ser analisados para se compreender a perspectiva política que se apresenta às Psicologias para gêneros e sexualidades. Existem outros eixos que poderiam ser tomados na discussão, mas vamos nos concentrar nestes eixos: as necropolíticas (políticas de extermínio) e as estratégias de insurreição micropolíticas. Para melhor argumentar sobre eles, utilizaremos aqui dois autores como intercessores: Mbembe (2018) e sua teoria de necropolítica, a fim de pensar as estratégias do biopoder, descritas por Foucault como “[...] aquele domínio da vida sobre o qual o poder assumiu o controle” (Mbembe, 2018, p. 5-6). Para ele, o exercício da política tem estreita relação com as ações práticas de se exercer o poder de matar, de deixar viver ou de expor à morte; e Rolnik (2019), com a proposição das estratégias micropolíticas, as quais passam por

um processo de descolonização, que altera as relações binárias fixadas através de estratégias de uma política sobre a pele, sobre a terra, através de um processo de desindividuação que detalharemos mais adiante.

No que tange ao primeiro eixo – as necropolíticas – a Psicologia, muitas vezes, sustenta a ilusão de que essas necropolíticas nunca a invadirão, pois ocupamos espaços protegidos, nos consultórios e nas instituições, onde se encontram esses corpos marcados pelo poder. Sobre isso, também precisamos desenvolver uma reflexão ética, mas, por agora, vamos nos concentrar nos aspectos políticos. É importante destacar que, para Mbembe (2018), as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente a relação entre resistência, sacrifício e terror.

Mbembe (2018) expõe os mecanismos pelos quais a morte é instituída como política, e sobre um processo semelhante gêneros e sexualidades são operados pelo dispositivo da sexualidade de modo que as instituições formadoras, já denunciadas por Pecoraro e Guimarães (2017), engendram um pacto de silenciamento diante do tema. Ou seja, estamos diante de um projeto capitalista institucionalizado para promover invisibilidade deste tema e que afeta toda a vida acadêmica e posteriormente a vida profissional. Nesta pirâmide social, o projeto de sociedade diz que gêneros podem falar, quem pode estudar, quem não terá acesso e quais vidas podem ser aniquiladas do sistema de ensino, das produções teóricas e depois de todos os extermínios institucionais, a morte do corpo físico.

Quanto a essa questão, vou retomar um dos relatos, entre tantas violências sofridas por Darneli.

*Eu passava coisas do tipo que eu não podia sair, que eu não podia dirigir, porque eu era mulher, tipo “Ah, como assim que você vai dirigir?”, se eu saía com um colega homem, por exemplo. E daí chegava uma mulher “Ah, tá dando em cima”, e aí a mulher do Prefeito um dia chegou e comentou com uma colega, numa reunião abertamente, que era uma vergonha ter uma psicóloga dentro da Assistência Social que gostava de mulher, e todos ali sabiam que era sobre mim que ela estava se referindo.*

O encontro com a realidade dessas profissionais visibiliza outras perspectivas para as Psicologias, principalmente nesse fenômeno constituído por múltiplos fatores da violência, a que ninguém está isento. Consideramos, nessas conjunturas, a realidade política, econômica e social que se expressa hoje, com a derrocada do “estado de bem-estar social”, a qual aponta para o declínio do modelo de proteção social e evidencia cada vez mais a violência estrutural, com a falta de oferta de trabalho e seus processos de desregulação.

A violência alcança outros parâmetros, como os espaços da Psicologia, na educação, na clínica, na saúde, nos diversos contextos profissionais que enfrentam a possibilidade real de

extermínio. Psicólogas e psicólogos, ao ter a coragem de dizer a verdade sobre gêneros e sexualidades, projetam viver em contextos violentos, suportar violências cotidianas, o que, obviamente, é um dos impeditivos para o aparecimento das forças ativas e comprometidas com a vida, as quais transformam o mundo.

Vamos marcar a escrita apenas no feminino, neste espaço do texto, porque vêm delas – as psicólogas – as narrativas das violências vividas no contexto institucional, em que se efetua a própria violência atribuída aos seus corpos femininos ou fluidos. Isso não é uma negação de que profissionais do gênero masculino também possam ser agredidos em seus exercícios profissionais, contudo, os que colaboraram conosco não nos relataram essas violências.

As profissionais com práticas significativas de enfrentamento desse dispositivo da sexualidade, de repressão e normalização das sexualidades e gêneros não passaram despercebidas: sofrem violências, as quais se materializam através dos diversos agentes reguladores do sexo, tais como a instituição em que atuam, colegas de trabalhos, familiares de clientes, comunidade igrejista e os demais membros da trama social que conseguem acessar esses profissionais.

Narraram, como ação política de denúncia ou por ressonância, esse processo de violência sobre seus corpos, seus gêneros e seus espaços profissionais. Apontaram os enfrentamentos institucionais, as negligências, a contestação e a inquisição das atividades profissionais, relacionadas a discutir gêneros e sexualidades, as críticas diretas, a violência que se dá no conjunto de gestos, expressões, olhares recriminativos e odiosos para com elas, as tentativas de desqualificá-las de seu lugar da ciência da Psicologia, os encerramentos de vínculos de intervenção – principalmente sobre os adolescentes – por decisão de um terceiro (família, instituição, igreja), insultos, piadas misóginas, no caso da colaboradora de gênero fluido, inclusive especulações sobre as possibilidades de práticas sexuais entre ela e seus clientes, no espaço do consultório.

Essas profissionais adoecem e descrevem (algumas no âmbito formal da entrevista, outras nos bastidores) a experimentação da violência sobre seus corpos, associada às patologias físicas e psíquicas. Todavia, após afundarem no terror dos sofrimentos e violências vividas na perspectiva de seus clientes e delas próprias, com seus corpos marcados pelo gênero, permanecem na luta. Nenhuma delas se calou. Mudam as estratégias, os campos de luta, mas não cessam, são parresíastas, dispostas a lutar com a própria vida.

A *parresía* é tomada, nesses relatos, como forma de luta, diante da violência, exclusão e tentativas de aniquilamento destas subjetividades ativas. Mas, ainda assim, precisamos

investir em outras estratégias, pois como Mbembe (2018) constata, no nosso mundo contemporâneo, “[...] as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima entre as pessoas e provocar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes confere o estatuto de ‘mortos-vivos’” (Mbembe, 2018, p. 71). Assim, ele descreve as formas sobre as quais a crueldade vai se distribuindo, nas relações sociais, as quais precisam de termos mais apropriados para sua compreensão, ao que ele chama de necropolítica e necropoder.

Esse relato da violência não é novo. Vimos crescer a quantidade e a intensidade das violências que sempre existiram, sobretudo com a população LGBTQIA+. Durante o processo de ascensão do governo Bolsonaro, aliado aos seus discursos homolesbotransbifóbicos, repercutiam, numa ascensão, não somente o número de assassinatos, mas também dessas violências que se infiltram no cotidiano, legitimadas por uma macropolítica fascista, responsáveis por espalhar o terror nas vidas que se lançam como dissidentes desses modos de captura e controle; nesse sentido, percebemos, como retrato dessa violência, a infiltração em lugares tidos, até então, como protegidos.

O melhoramento desse aparato de guerra contemporâneo também exige novas estratégias de luta. Apropriar-se das ferramentas de luta, nesse espaço micropolítico, demasiadamente capturado em nosso tempo, através de estratégias recorrentes de uso violento e nocivo sobre gêneros e sexualidades, remete à necessidade de detalharmos as possibilidades de intervenções ético-político-clínico-estéticas, na Psicologia. Para isso, vamos nos embasar na proposta de Rolnik (2018).

Aproximar esses dois autores, Mbembe (2018) e Rolnik (2019), aparentemente distantes, mas tão próximos, escancara a necessidade de tomada de consciência sobre os processos de colonização, das vidas, dos espaços físicos, geográficos e do inconsciente, e nos remete a nossos processos históricos, os quais nos constituíram, processos de colonização, nossa “latinoamericanice”, sobre nossa marginalidade global, sobre nossa democracia iniciante, e já decadente, nossa criatividade cultural. Também nossa territorialização, aqui no sul do Sul, onde se desenvolve esta pesquisa, cuja colonização é tão bem-sucedida.

Nesse cenário, são-nos igualmente sedutoras as propostas de Guattari, Deleuze, Foucault e dos Estudos Feministas, sobre a potência de inventar novas suavidades, que utilizem estratégias capazes de romper com esse processo de violência e fascismo, do qual alguns princípios nos são anunciados no “Prefácio a uma vida não fascista” (Foucault, 1993).

Vamos retornar às feministas, pois elas estão há mais tempo nessa coisa de rExistir. Para elas, a política acontece no espaço das relações cotidianas e, com isso, vão se constituindo outras possibilidades para a vida. Os deslocamentos na luta que queremos exemplificar são apresentados no documentário “Mulheres rurais em movimento”, produzido pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, demonstrando como esse processo político vivido no cotidiano, com todas as suas paisagens, passa a instaurar uma outra relação, primeiro em si mesmo, a ponto de transformar a vida de cada trabalhadora rural, romper com violências e transformar o lugar que ocupam, no espaço familiar, social, econômico e cultural.

Essas transformações que elas nos demonstram não andam sós: passam a desenvolver toda uma relação com o local em que vivem, de cuidado com a terra, com a comida, com as pessoas, nos modos de se relacionar na sociedade e, principalmente, no senso afirmativo de coletividade e pertencimento. A luta delas ganha mundo, a partir da consciência da sua posição de eu no mundo e com as coisas e pessoas do mundo.

A elas podemos somar a discussão promovida por hooks(2019) sobre a necessidade de investir com o feminismo no combate a opressão sexista que atravessa diferentes espaços, no investimento da educação para outras éticas de convivência, que não sejam apenas um ataque direcionado a pessoas ou famílias efeitos desse projeto de poder. É necessário e urgente considerar a vivencia da violência de modo situado as diferenças que mulheres ocupam na sociedade.

Haraway (1995) nomeia de saberes localizados, que se propõem como alternativa ao relativismo e às pretensões de universalidade do conhecimento, através de “[...] saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (Haraway, 1995, p. 23). Situa-nos nesse espaço de relações que nos permite conhecer bem o mundo, um mundo – este das mulheres trabalhadoras rurais – que parece tão distante, quando tratamos de geografia, mas demasiadamente íntimo, da perspectiva das relações acerca das quais pretendemos discorrer e que, muitas vezes, tem tantos detalhes de composição que a imagem nos permite expressar melhor que as palavras.

Esse documentário é memorado para ilustrar esse campo em que a vida opera, o qual tem ressonâncias íntimas com o espaço que a Psicologia pretende ocupar na vida das pessoas, que entra em disputa com muitas outras forças que atuam tanto para construir potência, como exemplificado por esse coletivo de mulheres, quanto em estratégias de captura. Estamos aludindo ao espaço em que se vive, das paisagens, da arquitetura, dos animais, das pessoas, da

família, da casa, cada cômodo e objeto dessa casa, dos vizinhos, do trabalho, do fazer na ação, do fazer na relação com o outro, dos espaços de lazer, das convivências afetivas, das convivências dolorosas, enfim, um todo com que entramos em processo relacional e de subjetivação para nos tornarmos um eu.

Falar recorrendo à imagem, ou às tecnologias de visão, como propõe Haraway (1995), implica o reconhecimento desses saberes localizados, cujas tecnologias são modos de vida, que passam a se constituir como referência da forma como as pessoas vivem suas vidas e, assim, nessa perspectiva, resgatando as possibilidades diante de uma vida libertadora, encontrar os caminhos para a produção de saberes localizados, como uma pauta ética para a ciência, em face das questões do colonialismo, do extermínio e mesmo do feminismo.

Com isso, quais pressupostos podem ser considerados válidos, para psicólogas e psicólogos intervirem de modo efetivo diante da violência? Como agenciar saberes outros, políticas e afetos para construir outras possibilidades de vida, diante da violência? Como a Psicologia pode construir recursos técnicos e políticos para esses enfrentamentos?

O papel do intelectual é problematizado por Rolnik (2018), em função dos espaços micropolíticos. Compreendemos as psicólogas e psicólogos, nesse lugar de intelectual. Para ela, grande parte dos saberes produzidos na academia, no Brasil, se destina às lutas macropolíticas. Não é uma perspectiva menor, deixa evidente, mas, particularmente para o espaço da Psicologia, o campo da micropolítica entra em disputa com diversas outras instituições, como a moral igrejista – esse termo para ser distinto de religião, como uma crítica específica a certas igrejas que invadem a vida privada das pessoas e pretendem controlá-la, com fins de poder e outros interesses escusos –, familista e identitária, que tendem a ocupar esse espaço da vida cotidiana e estabelecer os modos de como ela “deve” acontecer.

As Psicologias precisam compreender a força ativa desse campo de luta no qual se inscrevem os modos de relação. Dessa maneira, buscaremos traçar os campos possíveis de luta, nesses espaços. A exigência de uma luta micropolítica assume como foco a tensão entre o sujeito e o fora-do-sujeito, ou seja, não apenas o que é dito, mas o relacional – os gestos, as ações, a estética, as nuances inaudíveis – com outras formas de vida humanas e não humanas.

Os agentes dessa luta não são apenas os humanos, porém, todos “[...] os elementos da biosfera que se insurgem em face à violência contra a vida” (Rolnik, 2018, p. 124), os quais têm um potencial de ação micropolítica. Esses diferentes agentes atuam em diferentes intensidades e dinâmicas, conforme as forças vitais que lhes são próprias. Abrir passagens para a ação micropolítica, que procura produzir um desejo ativo, é uma estratégia potente contra a

produção do que Rolnik chama de zumbis, humanos que estão demasiadamente capturados e cujo desejo não atua em favor da preservação da vida, que pretendem conservar os modos de vida fascistas e que vemos crescer exponencialmente, nos últimos anos.

A autora faz uma observação importante: não basta apenas ter consciência para atuar micropoliticamente, e, muitas vezes, a ação nem é possível do lugar de sujeito. Existem traumas significativos que inculcam esse lugar de sujeito do inconsciente colonial-cafetinístico para todos os polos da equação, subalternos e soberanos. Para os subalternos, há o trauma do lugar que ocupam na sociedade, marcado pelas suas posições de classe, raça/cor, gênero. Para estes, sofrer opressão, exploração e exclusão, no campo macropolítico – e que não param de se reproduzir –, produz no sujeito um intolerável sentimento de humilhação, que debilita ainda mais sua pulsão vital, pelo medo do colapso de si, provocado pelo abuso.

O medo do colapso de si e o terror da humilhação colocam a vida na precariedade e num grau de ameaça à integridade, tendendo a impedir o desejo de livrar-se da colonização do inconsciente. Mas a ameaça da integridade, vida ou morte, pode gerar uma resposta ativa, que reconecte sua visão de realidade, movida pela pulsão vital. Para Rolnik, quando isso ocorre, o subalterno tende a atingir um alto grau de lucidez e a ganhar mais força micropolítica, a fim de lutar contra a opressão, exclusão e exploração macropolítica. Acreditamos, também, que ganhamos força para o exercício da *parresía*.

Já no soberano, a ação do trauma é menos intensa, mas a tendência reativa é intensificada pelo conforto material e narcísico do lugar que ocupa, na sociedade e nas relações de poder. Nesse caso, sua subjetividade se apaga, por medo de perder seus privilégios materiais, que o indivíduo tende a confundir com o suposto privilégio vital, seu modo de existir. Nas classes favorecidas, o desejo tende a se libertar principalmente pela arte.

Nessa linha, as dinâmicas micropolíticas são complexas e paradoxais, e qualquer um pode se tornar agente potencial da insubordinação micropolítica. O que os move é a vontade de preservação da vida. Esse processo se dá por experimentação e criação, palavras e ações concretas que mobilizam outros inconscientes, por meio de ressonâncias, abrindo vãos e passagens para outros devires do mundo, e que podemos chamar de uma ética de afirmação da vida.

Nesse sentido, a ética deve buscar desenvolver outras formas de convivência, que sejam possíveis e vivíveis para todos. Essa proposta ética envolve o espaço macropolítico, na medida em que só é possível em uma lógica democrática e necessita de políticas públicas amplas para seu exercício. Todavia, seu enfrentamento mais insistente se dá no sentido de fundar uma

micropolítica ética, em que se considerem essas existências como válidas e possíveis, e que seja possível pensar a partir de um plano comum, menos precário e mais igualitário para o mundo e seus habitantes humanos e inumanos (Butler, 2019).

A intenção de insurgência micropolítica depende e se fortalece na reapropriação do corpo, no processo de experimentação e de criação de palavras, imagens, gestos, modos de existência, de sexualidades, entre outras formas de apropriação e invasão desse espaço micropolítico, que visam a resgatar da humilhação esses corpos que, no imaginário social, ocupam um lugar de menor valor. Ou seja, é a apropriação e a afirmação dessas vidas dissidentes, como bandeira de luta e desejo de potência do corpo do pobre, do trabalhar precarizado, do refugiado, do negro, do indígena, da mulher, do homossexual, do transexual, do transgênero, entre outros corpos, que, nesse movimento de apropriação de si, transmutam efetivamente a realidade individual e coletiva.

Em suma, implica construir para si e auxiliar outros a construírem um outro corpo, abandonar as carapaças desse corpo organizado e demasiadamente capturado. Essa é a estratégia para combater, na medula espinhal, o inconsciente colonial-capitalístico. Esse combate é por afirmação, não oposição, é por constituição e encarnação de “[...] ações afirmativas de um devir-outro dos personagens em cena das relações de poder” (Rolnik, 2019, p. 138).

Os modos de cooperação, nesse processo de construção de um outro corpo, se dão via ressonância entre frequências de afetos para a construção do comum – o lugar do comum agrega as dimensões estética e clínica, necessárias para a viabilização da construção do comum e as mudanças nas formas de realidade. Envolvem a tessitura de uma multiplicidade de redes de conexões entre subjetividades e grupos, com experiências e linguagens singulares, as quais se aproximam em territórios relacionais temporários. Só é possível, em um campo relacional, que se guiem pela premissa ética de afirmação da vida.

Esses encontros, ressonâncias coletivas, tornam mais possível a afirmação da vida e enfrentamento dos traumas (humilhação e medo) resultantes do confinamento das subjetividades pela operação do regime colonial-capitalista. É na promoção desses espaços de cooperação que percebemos as possibilidades para a Psicologia ir além do “indivíduo” e buscar estratégias coletivas para suas ações. Isso decorre de uma leitura dos processos sociais, econômicos, culturais, históricos, geográficos, nos quais essas subjetividades são forjadas e, na maioria das vezes, não são contempladas, ou contempladas de um modo raso na formação profissional em Psicologia. Mas esta é uma questão para a ética.

Nesse terceiro eixo, caracterizado como ética, Foucault (2017) procura demonstrar como a *parresía* se torna uma prática, executada por um indivíduo, que, no exercício de dizer-a-verdade sobre si mesmo, desenvolve características psicológicas como correlativo essencial para o exercício da *parresía*. Esse exercício, quando direcionado para o que Foucault (2017) chama de *psykhé* (a alma do indivíduo), o qual tem por objetivo “[...] a formação de uma certa maneira de ser, de uma certa maneira de fazer, de certa maneira de se comportar nos indivíduos ou num indivíduo” (Foucault, 2017, p. 58). Com isso, a prática de dizer-a-verdade passa a tomar corpo como efeito de transformação.

Como a percepção de que a ética e a técnica são uma dimensão que atravessa os espaços, a composição entre a ética e a técnica passa pela sensibilidade, as experiências semelhantes. Desse modo, configura a ética construída de maneira singular nas vivências de cada profissional, que levam à compreensão dos processos coletivos, e não de uma ética uma ética a partir da experimentação de sensibilidades no coletivo, no espaço do comum.

Observamos as ações de Darneli, as quais expressam a importância de não se calar em sua militância, de Suely, que encarna em seu corpo os discursos e experimentações de gênero, de Lua, que marca sua prática por suas leituras interseccionais e decolonial, mas assume isso como uma postura de vida, de Marielle, que traz seus estudos feministas como sensibilidades para perceber as diversidades, de Félix, que fala do lugar de ser *gay* como experimentação do gênero e composição de suas práticas. Tratamos de experiências próximas, de pessoas que foram educadas a considerar o genérico humano e, muitas vezes, desconsiderar as particularidades.

Nossa discussão sobre *parresía*, na prática da ética, implica o fazer ético em Psicologia, nesse compromisso com a transformação, que, na perspectiva de Foucault (2017), relaciona o exercício político com o fazer ético. A ética é compreendida, por conseguinte, como um exercício comprometido com o dizer a verdade, mas, principalmente, com a transformação de profissionais de Psicologia, os quais, na esfera individual, aplicam sobre suas próprias formações enquanto sujeitos, deslocando-se do exercício político para o exercício de suas relações individuais.

A proximidade com pessoas LGBTQIA+ e a convivência são destacadas em diversos relatos, como o de Marina, ao perguntarmos em que momento começou a aproximar-se dos estudos de gêneros e sexualidades. Ela nos diz:

*Na verdade, eu tenho algumas amigas, tenho duas amigas que são bem próximas e que assumiram a homossexualidade há alguns anos, talvez isso tenha sido mais ou*

*menos na época da faculdade... Elas são minhas amigas de infância, mas foi aí que a gente despertou para isso, talvez pelo fato delas duas serem mais próximas.*

Esse fazer Psicologia, que se pauta nas interações e proximidades, com certeza é um modo de constituir-se que atravessa o espaço profissional, no entanto, será que confere a técnica e a ética necessárias às intervenções? Devemos levar em conta que não consistem em proposições teórico-metodológicas, mas constituem experimentações.

Nessa discussão, o autor se preocupa em diferenciar o exercício da ética de um exercício moral, ou seja, de códigos de conduta a serem seguidos. “Ele nunca coloca a questão do *éthos* sem se interrogar ao mesmo tempo, sobre a verdade e a forma de acesso à verdade que poderá formar esse *éthos*, e [sobre] as estruturas políticas no interior das quais esse *éthos* poderá afirmar sua singularidade e sua diferença” (Foucault, 2017, p. 60).

A proposição que buscamos elaborar sobre o exercício da *parresía*, na Psicologia, tem a lucidez desse princípio em que a técnica, a política e a ética estão relacionadas em todo fazer das práticas profissionais da Psicologia, mas que devemos considerar e analisar os contextos políticos, sociais, culturais e econômicos que engendram as possibilidades de um fazer ético. As fronteiras entre ética, política e técnica são tênues, ainda mais quando buscamos movimentos em direção à verdade. Contudo, na ética, de acordo com Haraway (1995), a busca da verdade, mais do que a descrição das redes de poder, é o que torna possível a ciência, essa ciência que ela anuncia a partir da perspectiva dos saberes localizados e com compromisso ético.

As feministas têm muito a colaborar com a proposta ética para as Psicologias. Encontramos ressonâncias entre Butler e Haraway, Foucault, Deleuze e Guattari. Esses serão nossos intercessores, para pensar que não é possível tratar de relações éticas que envolvam apenas a raça humana. Devemos compreender que o nosso mundo é relacional e compartilhado, portanto, a ética só seria possível se considerássemos todos os seres que habitam o planeta e o próprio planeta.

Expandir essa perspectiva de ética para uma compreensão melhor do mundo, como se dão as relações com as diversas formas de vida, mantendo uma perspectiva crítica sobre as estratégias de dominação e de morte, e para as condições de transformação que nos permitam viver melhor nele, exige o conhecimento, aquele que é produzido pela ciência. Neste ponto, ao anunciar uma ética planetária, precisamos distinguir certos modos de fazer ciência e atuar como técnicos, diante dessa ciência.

Haraway (1995) resgata essas possibilidades de uma ciência visionária e principalmente responsável, com base na crítica desses saberes que pretendem dar conta de tudo. Essa perspectiva, também válida para a ciência da Psicologia, anuncia como proposta ética para o fazer científico as estratégias de conhecimento situadas, parciais, localizadas e, a partir desses saberes, a busca de tessituras e conexões. “Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional” (Haraway, 1995, p. 29).

E, quando adentramos a problemática de gênero, Haraway (1995) avança no sentido de transformação de “lugar político” para um fazer objetivo da ciência, mas também da responsabilidade ética. Para ela, as feministas têm a responsabilidade de produzir um conhecimento afinado à ressonância, não às dicotomias. Os conhecimentos locais têm de estar em tensão com a estruturação produtiva, cientes das redes de conhecimento e poder. Logo, a responsabilidade feminista assume o gênero como um campo de localização extrema, do “corpo intimamente pessoal e individualizado”, o qual vibra com as emissões globais e tensões produzidas nessas esferas.

Pensar a forma de produzir conhecimento para a Psicologia e um fazer ético desde esse lugar, é indispensável. No entanto, precisamos estender nossas reflexões para esse lugar onde ocorrem as práticas profissionais. Já manifestamos algumas proposições inspiradas nas discussões de *parresía*, preconizadas por Foucault, que, ao tratar das práticas discursivas, realça também uma profícua rede de saberes que se relacionam com os modos de fazer a prática profissional. Essas duas perspectivas são importantes analisadores, mas parece que precisamos avançar no sentido de fornecer instrumentos úteis às psicólogas e psicólogos, a fim de atuarem frente à vida de pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis, entre outras vivências da sexualidade.

Gostaríamos de trazer, para este debate, Deleuze e sua proposta ética, promissora nesse campo de criar ressonâncias e que nos ajuda a pensar igualmente a produção do conhecimento e o fazer da Psicologia, nessa esfera micropolítica em que atuamos.

A perspectiva de ética apresentada por Deleuze se pauta em dois princípios: primeiro, inspirado pela perspectiva de Espinosa, temos a importância de um corpo que experimenta, “[...] o que é ação na alma é também necessariamente ação no corpo, o que é paixão no corpo é por sua vez necessariamente paixão na alma” (Deleuze, 2002, p. 24). Com isso, o autor ressalta

essa ignorância que temos diante dos saberes do corpo, enfocando as limitações da consciência e procurando compor linhas possíveis para o pensamento e a ação, com base na experimentação.

Um segundo autor que influencia a perspectiva de ética de Deleuze é Nietzsche, na afirmação radical da “vontade de potência”, ou seja, das capacidades que temos para cultivar as forças necessárias para criar o novo absoluto. A ética, nessa ótica, é de um ser para a luta, de um ser para a vida, que vai lhe permitir uma superação da dificuldade, e não um ser para a conformidade (Baremlitt, 1998). A “vontade de potência” articula as forças e atribui qualidades a elas: forças ativas e forças reativas. Antes de avançar na descrição das forças ativas e das forças reativas, propomos um parêntese para explicitar a noção de acontecimento e a relação com a Psicologia.

Acontecimento tem um valor incalculável como orientador de toda prática, ou seja, se o objetivo aqui é produzir pensamentos e atos, montar dispositivos, agenciamentos sempre complexos e em processos de diferenciação, só é possível, pois, se esses movimentos geram e também são partes de acontecimentos singulares.

Essa dimensão da realidade profissional, que se dá de maneira irrepetível, a cada encontro, a cada caso, a cada contexto, a cada intervenção, nos preocupa com o fazer ético. Essa dimensão que adentra os hábitos, rotinas e modos de fazer do cotidiano, que está contida nos discursos e nas práticas profissionais da Psicologia, favorece infinitas aberturas, as quais podem se produzir de modo ético, estético, político, clínico, entre outros modos.

A analítica constante desses modos de fazer e suas possibilidades de abertura e fechamento é instaurada pela ética da potência, por meio da articulação entre as forças e os modos de afecções, a partir da esquizoanálise. Nessa proposta, a moral, a culpa, o mérito, o bem e o mal são imperativos sociais que têm efeito de obediência e servidão, atrelados à dominação. São meios pelos quais as pessoas adoecem, vivem paixões tristes, são capturadas para modos de vida esvaziados (Spinoza, 2018).

O corpo, para Espinoza, deve ser utilizado como um outro modelo que transpassa a consciência. O corpo, pelo seu funcionamento, por seus regimes de forças e afecções, por suas variações intensivas e sua capacidade de afetar e ser afetado por outros corpos, dá a abertura para modos de existência de ser (Hur, 2018). Esses modos de existência se dão por meio do combate de forças, as quais se tramam em modos qualitativos de vida.

Hur explica a proposta de dualidade das forças, ou seja, os elementos qualitativos que dão intensidade às forças:

As forças ativas são as de ação, criação e produção. Atualizam singularidades e referem-se a potências livres, que são tomadas pelo seu caráter de afirmação, construção e composição. Já as forças reativas são secundárias e aprendidas pelo seu caráter negativo, de reação, adaptação e subtração (Hur, 2018, p. 23).

As forças agem em combate, porém, para Hur, vivemos o triunfo das forças reativas, que se dá pela subtração dos fortes. Isso faz pensar que, no âmbito de gênero e sexualidades, as forças reativas se propagam, na medida em que dispositivos e agenciamentos atuam no sentido do impedimento da vida, na moralização das relações, na culpabilização das pessoas por seus desejos e expressões de sexualidade, na desqualificação das famílias e dos modos de amar. A ação das forças reativas não cessa esse processo de subjetivação afinado aos encontros, às potências de viver em intensidades muitas, a esse movimento afirmativo do novo, seja pelos modos de afetação, seja pelas possibilidades de se identificar como pessoa, desde esse lugar do novo (penso nas afirmações e movimentos *queer*), entre tantas outras formas de sentir, amar, experimentar e viver uma vida possível.

O triunfo dos escravos ocorre em processos de depreciação e negação da vida e da existência. A vitória das forças reativas e de niilismo acontece pelo ressentimento, má consciência e vivência de um ideal ascético. O ressentimento se dá pela expressão do negativo, no ato de culpabilizar e odiar o outro. A má consciência é a internalização do negativo, através do direcionamento do mal-estar para si próprio, que intensifica a dor e a abnegação. Por fim, o ideal ascético que trata dos modos de vida que operam por negação da própria vida, através da negação do corpo e seus prazeres, do pecado, da captura do desejo, como da falta e da culpa no ideal, transcende de um ser de perfeição. Este último busca aprisionar o forte e internalizar nele a má consciência (Hur, 2018).

O pensamento de Hur serve para denunciar as formas de vida despotencializadas, rebaixadas, as quais assumem os modos reativos e ressentidos de ser. Isso é resultado da sua análise sobre o poder. Considera que as forças ativas e reativas geram formas diferentes de poder. Um poder afirmativo, de querer criar, e um poder negativo, que almeja capturar, dominar, relacionado a valores mesquinhos. Desejar o poder remete aos fracos e aos escravos. Para ele, a necessidade de reconhecimento e representação do poder é a percepção do escravo (Hur, 2018).

Nesse campo de luta de forças, há uma diferenciação. Não podemos cristalizar esse embate de forças em identidades, configurações de movimentos sociais, estereótipos de existência LGBTQIA+ ou um modelo de Psicologia. A dinâmica das relações faz com que essas forças se criem, se alternem, se transformem. Dessa maneira, inclusive, precisamos estender a

proposta de ética para olhar os movimentos ditos revolucionários, frentes de luta que ganham força como movimentos sociais e que, muitas vezes, apenas reproduzem as forças reativas, na tentativa de capturar a existência em modelos identitários, modelos de militantes, formas de existir que só reproduzem a culpa, o ódio e os estereótipos. Sobre isso, são necessárias algumas reflexões mais caleidoscópicas, a fim de pensar a Psicologia e outras coisas.

O movimento feminista, que contribui de modo generoso com nossas reflexões, não passa ileso a esse debate. Cientes de suas múltiplas frentes de luta, endossamos essa diferenciação sobre as variadas formas de enfrentamento. Por vezes, vemos nas práticas e exercícios de coletivos feministas algo que nos parece problemático: a busca da culpabilização do homem, como se o machismo fosse sua essência, o que inviabiliza o surgimento de outras masculinidades éticas e ressonantes com o mundo. Observamos movimentos de homens em suas diversas expressões de gênero, tentando se aproximar da discussão e construir relações mais éticas, igualitárias e justas com as mulheres.

As formas de luta, nas dimensões dos movimentos sociais e das pessoas que os representam, fazem uso de força reativa, quando buscam, por meio do poder e da coerção, a imposição de uma ideia, de um modo de vida, sobre os demais indivíduos e grupos sociais. Essa problemática exige o exercício ético da política, quando é possível falar a verdade, desses diversos lugares de visão, e, no exercício da comunicação, criar uma possibilidade de coexistir. Talvez seja um posicionamento utópico, todavia, a luta precisa ser inventada em novas suavidades.

Ao adentrarmos o campo das práticas profissionais de psicólogas e psicólogos, não podemos nos omitir a propósito de algumas questões: a serviço de que forças estão os profissionais de Psicologia? Como essas e esses profissionais se compõem como um Eu, a partir das exigências do fazer profissional? Qual a ética que integra as práticas profissionais de psicólogas e psicólogos que atuam com as pessoas LGBTQIA+? Qual a intensidade da coragem de dizer a verdade, nessas psicólogas e psicólogos adoecidos, que atuam em instituições constituídas nessa lógica de repressão e violência? Quais as possibilidades de se deixarem afetar e fazer em seus próprios corpos as transformações provocadas pela multiplicidade das vidas que encontram?

Não temos a pretensão de ter todas essas respostas, contudo, almejamos fazer pensar sobre as práticas éticas exercidas pela Psicologia. As aberturas para esse processo nos parece que se dão, de acordo com Deleuze (2002), inspiradas pelas proposições éticas de Espinosa, no entrelaçamento dessas forças, no encontro e conexão entre corpos, cujos modos e intensidades

de relacionamento produzem afetos correlatos. A nossa capacidade limitada de saber o que pode um corpo só percebe efeitos. Sentimos alegria, quando um corpo se compõe com o nosso, para formar um todo mais potente, quando forças ativas se efetuam e geram um bom encontro. E sentimos tristeza, quando um corpo ou ideia ameaça a nossa coerência, subtrai algo do outro, decompondo a potência daquele a que se vincula, provocando um mau encontro.

Essa proposição configura modos de existência, possibilita uma qualificação “[...] na qual se relaciona o bom com o forte e a potencialização, a composição, o dinamismo, o livre, a alegria ao que adiciona, ao passo que ao mau estão relacionados o fraco, a despotencialização, a decomposição, o bloqueio, o escravo, a tristeza e o que subtrai” (Hur, 2018, p. 26). Para Espinosa, o corpo, e o poder de ser afetado, de ser preenchido por afecções, fala sobre o seu grau de potência. Todo indivíduo é compreendido como um grau de potência, e quanto mais esse corpo pode ser afetado, maior a sua potência de agir.

Essa proposta nos remete, entre tantas coisas, às possibilidades de psicólogas e psicólogos e o poder que têm de ser afetados. Esses corpos, que possibilitam novas composições, são intrínsecos ao fazer ético, à criação e à ação em políticas e no exercício da ciência da Psicologia. Devemos nos colocar nesse exercício de experimentação, para evocar corpos que ousem vencer o medo destes tempos sombrios que habitamos e que façam acontecer e polinizar uma outra vida, digna. Esse diferencial é importante. Utilizar a coragem como argumento para atingir ética, potência e forças ativas agregadas às Psicologias, como elemento valorativo da prática profissional e espaço de invenção, criação de novas vidas.

A invenção de outros modos de vida não é um trabalho simplesmente cognitivo ou de tomada de consciência individual e coletiva. Deleuze não pensará a diferença como um polo oposto, ou um fora, mas, para ele, os processos de repetição guardam em si a diferença. A diferença se dá no esquema da ação do retorno, na repetição como articulação de diferentes elementos, criando agenciamentos que selecionam as forças ativas. Conforme Deleuze, apenas retorna a afirmação, a alegria; “[...] então, o que se repete não é a cópia, o mesmo, é sempre a diferença, a emergência de uma novidade. Somente repete e retorna o que tem força, ou seja, a afirmação e não a negação” (Hur, 2018, p. 30).

Portanto, nessa operação há a força ativa do sexo, dos prazeres, do corpo, das sexualidades múltiplas, dos modos de performatizar o gênero, os quais se afirmam como forças inventivas da vida, que buscam romper com as zonas de morbidez e deterioração da vida. A sexualidade sempre retorna. Foucault (2014b) diria que isso se dá pela ação do dispositivo da sexualidade, que a põe em evidência e faz falar sobre o sexo. Todavia, há também a força

inventiva e gerativa da vida, que não se repete e que busca irromper justamente nessas linhas aprisionadas.

Colocar a Psicologia a serviço da vontade, do desejo e da criação é situá-la nesse campo da vontade de potência. Para isso, é produzir nos saberes, nas práticas profissionais, nos discursos a diferença. A afirmação da diferença produz mutações que portam a potência do novo, da afirmação do ser e da atualização das forças ativas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA UMA PSICOLOGIA QUE SE FUNDA NA PARRESÍA E ÉTICA**

A pesquisa que apresento se compõe a partir dos atravessamentos dos espaços em que atuo como psicóloga, professora e pesquisadora, e da multiplicidade de agenciamentos decorrentes do conectar e investir desejos, diante da busca de uma Psicologia comprometida com a multiplicidade e a diferença da existência humana. Ao ser implicada no meu fazer profissional, era interpelada a partir desses sujeitos – mulheres, crianças, homens, transgêneros, homossexuais, lésbicas, bissexuais, representantes, entre outros, das múltiplas expressões de gêneros e sexualidades, que narravam violências cotidianas e os sofrimentos decorrentes do preconceito e discriminação, e as (im)possibilidades de viver e experimentar seus afetos, desejos e prazeres. Estar desamparada teórica e metodologicamente para intervir nesse campo, passando a assumir as fragilidades encontradas em meu percurso formativo e de atuação profissional para o encontro com as demandas de gêneros e sexualidades, foi o agenciador primeiro a mobilizar as propostas de pesquisa em face dessa temática.

Resgatamos os Estudos Feministas e a Teoria *Queer*, que nos auxiliam a formar a compreensão sobre a diversidade sexual, a partir dos engendramentos da subjetividade, das relações sociais, das regulações de gêneros. E, assim, estabelecem os princípios e objetivos de uma ciência que tem implicações políticas.

Os estudos desenvolvidos por feministas, no âmbito das ciências, e pautadas nos pressupostos pós-estruturalistas, ampliam o debate sobre como a própria ciência incorporou os valores do masculino como critério e parâmetro científico, reproduzindo a lógica de dominação não apenas sobre as mulheres, mas também com a demais espécies do planeta. Desse modo, o feminismo incluído nesta tese propõe uma perspectiva de ciência pautada na ética entre pessoas e com as demais espécies do planeta, com proposições consistentes para a discussão nos espaços ocupados pelas Psicologias.

Nesse processo, ampliamos as perspectivas para além da clínica e das intervenções psicossociais, na compreensão de que gêneros e sexualidades participam como estratégias de governabilidade, de controle dos corpos, dos desejos e das condutas, em constantes tensionamentos de poder, no cenário “democrático”. Essa dimensão não permite centralizarmos a discussão em processos do indivíduo, porém, na tentativa de compreensão dos agenciamentos sociais, as forças e os fluxos aos campos de constituição de processos de subjetivação, que conectam o indivíduo ao desejo, corpo e ambiente (Hur, 2018).

Abordamos, pois, em função das experiências profissionais narradas por psicólogas e psicólogos, os enunciados que intervêm no mundo e pressupõem ações desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia, no campo de atuação. Nessa articulação, desvelaram-se os interesses de manutenção da ordem heteronormativa e patriarcal, no fazer ver no sentido foucaultiano, naturalizando as desigualdades produzidas sobre gêneros e sexualidades, mas também outras multiplicidades que dão vazão a possibilidades de constituir vidas afirmativas.

Mesmo sendo temas marginalizados pela ciência, pensar sobre inter-relações de gêneros e sexualidades nos incita a tratar de feminismo, de poder, de educação e de outras possibilidades para as Psicologias, conscientes de que é por meio das práticas discursivas, veiculadas às Psicologias, que irão se constituir os pressupostos sobre o normal e o anormal, sobre saúde e doença, que irão se desenhar as possibilidades consideradas válidas para homens, mulheres, *gays*, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, assexuais, intersexuais viverem seus corpos, seus desejos, suas sexualidades, suas maternidades e paternidades, suas relações afetivas, suas relações sexuais, suas formas de trabalhar, de pesquisar, de escrever e de ensinar.

Discursos familistas, heteronormativos, fóbicos, reguladores das formas de vida foram produzidos, legitimados pelos discursos científicos e, nesse ensejo, algumas Psicologias operam, de acordo com Narvaz (2009) e Barreto (2015), na contramão das psicologias ético-políticas que se afetam, se implicam, se colocam não a serviço da regulação e da normalização da vida, mas a favor da vida e das resistências e que lutam por liberar a vida lá onde ela é prisioneira.

Desse modo, não podemos silenciar o compromisso ético-político implicado nas nossas teorias e a necessidade de reflexão sobre nossas práticas, dado o efeito que produzem nos sujeitos que acreditam e recorrem a nós, na busca de alívio para suas dores psíquicas. Estamos nos referindo a todos os espaços que as Psicologias ocupam, pois é nesses encontros que os sujeitos exibem seu sofrimento, por não corresponderem às normas da sociedade patriarcal, consumista e sexista na qual vivemos.

Na investigação das possibilidades de discursos/fazerem em Psicologia, revelaram-se coerções sobre a enunciação destes que insistem e resistem, mas que, na grande maioria, são silenciados e, assim como os monstros, a punição pelo desafio às normas é a proibição de circularem livremente pelas teorias, métodos e discursos psicológicos, refugiando-se para resistir. Porém, esses discursos são relacionados às Psicologias, as quais, tendo consciência ou não, fazem política. Todavia, é na transgressão a esses dispositivos de poder que descobrimos

como o feminismo inaugurou possibilidades de reconfigurar relações de gênero e tornou visíveis as diversidades sexuais.

A multiplicidade de teorias e métodos que constituem esse campo das Psicologias, assim como a diversidade de objetos, que não podem ser reduzidos a um projeto unificado, não deve ser encarada como uma zona fronteiriça, a qual delimita os espaços de uso das Epistemes feministas, Teoria *Queer* e Estudos Culturais, entretanto, precisa funcionar como polinizadora de problematizações necessárias sobre gêneros e sexualidades, dentro de cada uma dessas abordagens e teorias. No projeto de ciência, ou das múltiplas ciências que compõem a Psicologia, convido a assumir a proposição de Haraway:

Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (Haraway, 1995, p. 16).

A ciência, nessa linha, é visionária e permite construir caminhos para outras vertentes, para os enfrentamentos necessários às desigualdades de poder, na sociedade, para a vivência de gêneros e sexualidades, ampliada pela perspectiva interseccional. Esse recorte realizado no presente campo de pesquisa, longe de esgotar as possibilidades de investigação e campos que necessitam de inteligibilidade, sinaliza múltiplos caminhos que precisam ser explorados, enunciados em nossa pesquisa, mas sobre os quais não conseguimos nos debruçar, devido aos limites de tempo e proposta deste projeto que foi executado.

Ao findar este percurso, constatamos que esta pesquisa gera aberturas para outras possibilidades, as quais poderíamos explorar, nesse campo de estudos das Psicologias, sob diferentes óticas e dimensões. Não trabalhamos, neste estudo, mas aparece, em nossos resultados, a necessidade de fazer o revisionismo das abordagens psicológicas, a partir dos Estudos Feministas e *Queer*; investigar as práticas discursivas de gêneros e sexualidades, dentro dos espaços de atuação distintos das Psicologias; examinar profundamente a relação entre violências de gêneros e sexualidades e o fazer das e dos profissionais, que parecem minimizar os efeitos da violência nas práticas de intervenção; avançar no desenvolvimento de pesquisas e intervenções de prevenção e combate ao abuso sexual e demais violências, principalmente no espaço intrafamiliar; tensionar a família, como uma problemática para as violências de gênero;

assumir a masculinidade como campo de intervenção e estudo; investir na formação que vise à melhoria da apropriação teórica pelas psicólogas e psicólogos; desenvolver pesquisas que objetivem a criação de estratégias de intervenção sobre gêneros e sexualidades, entre tantas outras possibilidades de investigação. Algumas delas já avançam e apresentam germes de invenção.

Esses temas, apesar de se mostrarem em nossa pesquisa, não faziam parte dos nossos objetivos. Desse modo, buscamos dar visibilidade a este recorte aqui focalizado, com ênfase na atuação profissional de psicólogas e psicólogos e suas práticas discursivas sobre gêneros e sexualidades.

Psicólogas e psicólogos que avançam nas discussões de gêneros e sexualidades geralmente o fazem no sentido de dar visibilidade ao debate, atualizando as esferas do dispositivo da sexualidade. Nesse sentido, é um desafio pensar em intervenções que não reiterem a ordem familiar, heteronormativa, os cuidados que assegurem uma reprodução saudável aos jovens, discussões sobre mulheres e os papéis sociais ocupados por elas. A patologização das homossexualidades, bissexualidades, transexualidades apareceu de modo velado, contudo, a binarização entre feminino e masculino, inclusive se tratando de outras expressões de gêneros e orientação sexual, foi marcada, assim como o aprisionamento das identidades e essências características ao ser feminino e ao ser masculino.

Nossa pesquisa evidenciou a fragilidade de uma ampla parcela de psicólogas e psicólogos no estado do Paraná, os quais, mesmo em níveis elevados de formação acadêmica, não tiveram discussões de gêneros e sexualidades. Isso implica dificuldades de identificar as demandas nessa área e mesmo colocá-las em perspectiva para desenvolver estratégias de intervenção.

As narrativas das experiências profissionais, reveladas no questionário *on-line*, referente à questão do que consideram facilitadores das intervenções sobre gêneros e sexualidades (Gráfico 7), reforçadas pela fala de Marina, com a expressiva manifestação de que conviver com pessoas LGBTQIA+ e a sensibilidade para as questões de gêneros e sexualidades facilitam as intervenções em Psicologia, desvelam a tensão entre um suposto saber que se baseia na experiência individual, de ser LGBTQIA+, mulher ou ter amigos representativos desse lugar de fala, mas não necessariamente trazem a competência ética e técnica de qualquer Psicologia enquanto ciência.

Ainda nessa aproximação entre os resultados quantitativos e as narrativas, as práticas discursivas narradas nos retratos analisados indicam que a formação profissional alcança o nível

da informação, da familiaridade com o debate e os termos, no entanto, não com o fazer ético, que pressupõe outros elementos que podemos conceber como “estruturantes” dos sujeitos profissionais de Psicologia.

Preciso ressaltar aqui alguns diferenciais nas práticas profissionais, no campo das Psicologias, que contêm um germe poderoso de ação, na luta para construir ações efetivas nas práticas psicológicas. Algumas delas, mesmo aparentando traçar as linhas do dispositivo da sexualidade, usam esse campo para desconstruir e desestabilizar as bases desse modo de poder e domínio sobre os corpos e as vidas.

Destaco as ações direcionadas a discutir sexualidade com crianças entre 10 e 12 anos, as quais exemplificam com diversas expressões de gênero. Para além disso, discutem, de forma integrada com o corpo, o desenvolvimento do corpo e o nosso existir em relação ao mundo. Essa é uma proposta ética, política e de muita habilidade técnica, que busca dar visibilidade aos modos de existir e, principalmente, à reinvenção desses modos de existir na conjuntura de um mundo inter-relacionado.

Outra proposta poderosa está na construção de espaço de cuidado com o outro. Não é novo isso, para as Psicologias. Chamamos de acolhimento, mas o que gostaria de sinalizar é a necessidade de que esse espaço propicie a existência desse outro como ele é, de modo íntegro e digno. Para isso, é necessário ao profissional a capacidade/habilidade de perceber a serviço do que se coloca. Haraway (1995) aponta a necessidade dos saberes localizados e parciais, ou seja, estar aliado às vidas e ao sofrimento que elas trazem, assim como toda a potência de um outro existir, ou estão a serviço de instituições, normas, governos?

A construção de uma proposta pedagógica para a formação em Psicologia, a partir dessa perspectiva, estaria centrada na compreensão dos processos ativos de construção das diferenças, entendidos como efeitos de processos culturais. Silva sinaliza:

Um currículo e uma pedagogia da diferença deveriam ser capazes de abrir o campo da identidade para estratégias que tendem a colocar seu congelamento em xeque: hibridismo, nomadismo, travestismo, cruzamento de fronteiras. Estimular, em matéria de identidade, o impensado e o arriscado, o inexplorado e o ambíguo, em vez do consensual e do assegurado, do conhecido e do assentado. Favorecer, enfim, toda experimentação que torne difícil o retorno do eu e do nós ao idêntico (Silva, 2014, p. 100).

Acreditamos que a formação enseja agenciamentos capazes de mobilizar outras perspectivas psicopolíticas pela transformação e autonomia contra poderes coercitivos e

aprisionadores da vida. O método de intervenção primeiro deveria se dar nesses agenciamentos coletivos e individuais, os quais viabilizem a expansão da consciência das práticas discursivas profissionais, de intervir no mundo e gerar comunidades, que incide na abertura de cada sujeito (profissional de Psicologia), sobre quais processos o constituíram, quais os efeitos, os trânsitos, fluxos e extratos no processo de subjetivação de sua performatividade de gênero. Dar visibilidade à expressão de gênero, que é corporificada pelas psicólogas, psicólogos e psicólogos, significa um posicionamento no mundo e nos saberes constituídos a partir dessa perspectiva parcial.

Esse desafio é acentuado pela compreensão dos modos capitalistas de trabalho, que exigem uma técnica, um procedimento, elementos que fundam uma identidade da profissão e delimitem fronteiras no fazer científico. Tais atravessamentos do feminismo e da política *queer* dilatam os horizontes para as PsicoLOGIAS, pautadas em princípios ético-políticos, os quais incluem uma compreensão interdisciplinar composta por diversidades e multidões, que visibilizem os modos outros de se viver prazeres, sexos, sexualidades e gêneros.

Por conseguinte, buscamos a defesa de PsicoLOGIAS que contestem os sujeitos de direitos genéricos, deem visibilidade às intersecções com marcadores como raça/etnia, classe, gênero, geração, entre outras intersecções. Transformar essas questões em perspectivas éticas para as PsicoLOGIAS e implicar em práticas profissionais se apresenta como o grande desafio dessa proposta de invenção de uma Psicologia que se funda em uma ética.

## REFERÊNCIAS

- ABIB, J. A. D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **Scientle studia**. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 195-208, 2009.
- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.27, n.4, p. 648-663, 2007.
- ARÁN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 399-422, 2003.
- ARENDRT, R. J. J.; MORAES, M. O. O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social. **Pesquisas e práticas psicossociais**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2016.
- BARRETO, D. J. **A invisibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em Psicologia**: Narrativas de outras perspectivas e experiências docentes. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2016.
- BARROS, G. A; MUNARI, S. R.; ABROMOWICZ, A. Educação, Cultura e subjetividade: Deleuze e a Diferença. **Revista Eletrônica de Educação**. v.11, n.1, p. 108-124, jan./maio 2017.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. [on-line] ANTRA, Brasil, 2019.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. V.1. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRAIDOTTI, R. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. **Labrys, estudos feministas**, n. 1-2, p. 1-16, jul./dez. 2002.
- BRAIDOTTI, R. **Lo posthumano**. Barcelona: Gedisa, 2013.
- BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**: Análise epidemiológica da violência sexual contra criança e do adolescente no Brasil, 2011-2017, v. 49, n. 27, jun. 2018.
- BREAKWELL, M. G.; FIFE-SCHAW, C.; HAMMOND, S.; SMITH, J. A. **Métodos de pesquisa em psicologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero** – Feminismo e Subversão da Identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

- CANGUILHEM, G. O que é a psicologia? **Impulso**, Piracicaba, v. 26, n. 11, p. 11-26, 1999.
- CASTAÑEDA, M. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa, 2006.
- CASTAÑEDA, M. **A experiência homossexual**: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. São Paulo: A Girafa, 2007.
- CECCIM, R. B.; PALOMBINI, A. L. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **Psicologia e Sociedade**[*on-line*], v. 21, n. 3, 2009.
- CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista de Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, Florianópolis, p. 131-145, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de ética profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília: CFP, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília: CFP, 2019.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n.1, 2002.
- DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p.165-185, 2008.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.; **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, G. **Derrames II: aparatos de estado y axiomática capitalista**. 1. a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2017.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DOMÈNECH, M.; TIRADO, F.; GÓMEZ, L. A dobra: Psicologia e subjetivação. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FARIA, J. H. Problematização de gênero, violência e políticas públicas nos casos de abuso sexual intrafamiliar vivenciado por crianças e adolescentes. *In*: TEIXEIRA FILHO, F. S. (org.). **Queering: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea**. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FONTE, C. A. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. **Psicologia: Teoria e Prática**, p. 123-131, 2006.

FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Revière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos: v. IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: O uso dos prazeres**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros: Curso dado no Collège de France (1983-1984)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros: Curso dado no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FRANCO, P. V.; CERVERA, J.P. **Manual para uso não sexista da linguagem**. [S.l.]: UNIPEM-REFEM, 2006.

GAGNEBIN, J. M. Walter Benjamin ou a história aberta. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. V.1. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GARCIA, M. R. V.; MATTOS, A. R. “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 3, 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. **População LGBT morta no Brasil: relatório GGB de 2018 [on-line]**. Bahia: GGB, 2018.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

HARAWAY, D.; KUNZRU, H; SILVA, T. T. **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos feministas**, n. 1, p. 7-31, 1993.

HOOKS, B. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HUR, D. H.; **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas, SP: Alínea, 2018.

LIONÇO, T.; ALVES, A. C. O.; MATTIELLO, F.; FREIRE, A. M. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 599-621, set./dez. 2018.

LHULLIER, L.A. **Quem é a psicóloga brasileira?** Mulher, psicologia e trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

LOURO, G. L. Teoria *Queer* – Uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACEDO, C. M. R; SÍVORI, H. S. Repatologizando a homossexualidade: A perspectiva de “psicólogos cristãos” brasileiros no século XXI. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1415-1436, 2018.

MARASCHIN, C. Pesquisar e intervir. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n.1 (esp.), p.98-107, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, S. L.; PATTO, M. H. S. Psicologia da violência ou violência da Psicologia? *In*: PATTO, M. H. S. **Formações de psicólogos e relações de poder**: sobre a miséria da Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

MÜLLER, R. F.; LONGHINI, G. N. Trabalho feminino, trabalho masculino: Desdobramentos da divisão sexual do trabalho. *In*: LHULLIER, L.A. (org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília: CFP, 2013.

NARDI, H. C.; SILVA, R. N. A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, p.187-198, jna./jun. 2004.

NARVAZ, M. G. **A (in)visibilidade do Gênero na Psicologia Acadêmica**: onde os discursos fazem(se) política. 2009. 305 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. **Psico**.v. 38, n. 3, Porto Alegre, p. 216-223, set./dez. 2007.

NOGUEIRA, C. Feminismo e psicologia social: contribuições para uma perspectiva crítica. *In*: TOLDY, T. M.; CARDOSO, J. C. **A igualdade entre mulheres e homens na Europa às portas do século XXI**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2000.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Bahia: Devires, 2017.

OLIVEIRA, B. B. Experiência e narrativa: entre contar e ler. **Cadernos Benjaminianos**, Belo Horizonte, p. 41-54, 2013.

PATTO, M. H. S. O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia e Educação. *In*: BOCK, A. M. B. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

PECORARO, T. **Discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual na formação de psicólogas(os)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Irati, 2015.

PECORARO, T.; GUIMARÃES, R. S. A Psicologia e a formação para gênero e sexualidades. *In*: GUIMARÃES, R. S. (org.). **Gênero e cultura: perspectivas formativas**. V. 2. São Paulo: Hipótese, 2018.

PERES, W. S. Psicologia e Políticas *Queer*. *In*: TEIXEIRA FILHO, F. S. (org.). **Queering: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea**. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

PÉREZ, G. C. La sexualidad, aún un desafío para la Psicología. *In*: TEIXEIRA FILHO, F. S. (org.). **Queering: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea**. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: nota para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./abr. 2011.

PREHN, D. R.; HÜNING, S. M. O movimento feminista e a psicologia. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 65-71, jul./set. 2005.

RAGO, M. Foucault e as artes de viver o anarco-feminismo. *In*: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 165-175.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão-SC, v. 14, n.3, set./dez. 2014.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSE, N. **Inventando nossos selves: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ROSEMBERG, F. Afinal, por que somos tantas psicólogas? **Psicologia: Ciência e Profissão**, 1984.

SAAVEDRA, L.; NOGUEIRA, C. Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. **Memorandum**, v. 11, p. 113-127, 2006.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

- SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista da ciência à ciência a uma ciência feminista? *In*: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (ed.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Redor; NEIM; Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 89-120 (Coleção Bahianas, 8).
- SCARPARO, H.; GUARESCHI, N. M. F. Refletindo sobre pesquisa e produção do conhecimento. *In*: SCARPARO, H. (org.). **Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- SAMPIERI, R. H. **Metodologia da Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.
- SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- SIQUEIRA, M. J. T. (A)s psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. *In*: ZANELLA, A. V. *et al.*(org.). **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 251-259.
- SPINOZA, B. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TELES, M. A. A. Caminhos transversais do feminismo e dos movimentos sociais. *In*: RIAL, C.; PEDRO, J. M.; AREND, S. M. F. (org.). **Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade**. Santa Catarina: Mulheres, 2010.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- ZURBA, M. C. Trajetórias da Psicologia nas políticas públicas de saúde. *In*: ZURBA, M. C. **Psicologia e saúde coletiva**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011.

## APÊNDICE A – Questionário on-line sobre a “Atuação Profissional de Psicólogas(os) sobre gêneros e sexualidades

### Atuação Profissional de Psicólogas(os) sobre Gênero e Sexualidade

Seja bem vinda(o) para colaborar com a pesquisa "Práticas discursivas, gêneros e sexualidades na atuação profissional de psicólogas(os)". Sua participação é importante para contribuir com o desenvolvimento da Psicologia nesta temática.

**\*Obrigatório**

Leia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em:

[http://bit.ly/tcle\\_TatianePecoraro](http://bit.ly/tcle_TatianePecoraro) \*

- Declaro que li o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e que os dados preenchidos abaixo pertencem a mim, concordo com os termos e aceito participar desta pesquisa.
- Declaro ainda que estou ciente e aceito que a pesquisadora Tatiane Pecoraro entre em contato comigo para uma entrevista, caso necessário.

Nome:

Sua resposta

RG: \*

Sua resposta

Telefone: \*

Sua resposta

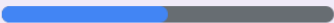
Email: \*

Sua resposta

Cidade: \*

Sua resposta

[Próxima](#)

 Página 1 de 2

## Atuação Profissional de Psicólogas(os) sobre Gênero e Sexualidade

\*Obrigatório

Com qual dos gêneros você se identifica:

- Agênero (Não se identifica com nenhum gênero)
  - Andrógino (Se identifica com os dois gêneros binários, homem e mulher, mas que em sua identidade carrega características e comportamentos desses gêneros)
  - Bigênero (Se identifica com ambos os gêneros, homem e mulher, de forma alternada ou simultânea)
  - Gênero Fluido (Que flui entre os gêneros masculino, neutro e feminino, conforme se sinta em cada dia e em cada momento)
  - Transgênero (Que não se sente de acordo com o gênero relacionado ao seu sexo biológico)
- 
- Mulher Cis (Que tem o sexo de nascimento conectado com o gênero feminino)
  - Homem Cis (Que tem o sexo de nascimento conectado com o gênero masculino)
  - Pangênero (Que possui uma identidade de gênero não normativa e adota papéis sociais em diversos gêneros na sua própria construção, podendo identificar-se tanto com o feminino, quanto com masculino. De forma alternada ou simultânea e até mesmo com nenhum dos dois)

- Transexual (Que possui identidade de gênero diferente da designada ao nascimento e que pode optar por redesignação sexual por meio de intervenção cirúrgica).
- Travesti (Pessoa que foi designada como gênero masculino no nascimento, objetiva a construção do feminino, podendo incluir ou não procedimentos estéticos e cirúrgicos).
- Outro: \_\_\_\_\_

Qual sua orientação sexual?

- Homossexual (Se relaciona com indivíduo do mesmo sexo)
- Heterossexual (Se relaciona com indivíduo do sexo oposto)
- Bissexual (Se relaciona com mais de um gênero)
- Pansexual (Se relaciona com todos os gêneros sexuais, homem, mulher, trans, etc.)
- Assexual (Não se relaciona com nenhum dos gêneros)

Qual é sua área de atuação principal na Psicologia? \*

- Clínica
- Social
- Organizacional e do Trabalho
- Escolar e ou Educacional
- Jurídica
- Psicologia do trânsito
- Psicologia do esporte
- Docência
- Saúde
- Outro: \_\_\_\_\_

Qual sua segunda área de atuação principal na Psicologia?

- Clínica
- Saúde
- Social
- Organizacional e do Trabalho
- Escolar e/ou Educacional
- Jurídica
- Psicologia do trânsito
- Psicologia do esporte
- Docência
- Não há área de atuação secundária.
- Outro: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação profissional?

- Até 3 anos.
- De 3 a 6 anos.
- De 7 a 9 anos.
- De 10 a 12 anos.
- De 13 a 15 anos.
- De 16 a 19 anos.
- De 20 a 30 anos.
- Mais de 30 anos.

Titulação (poderá marcar todas as alternativas que correspondam a sua formação).

- Graduação em Psicologia
- Outra Graduação
- Aperfeiçoamento
- Dois ou mais aperfeiçoamentos
- Especialização incompleta
- Uma Especialização
- Duas Especializações
- Três ou mais especializações
- Mestrado Incompleto
- Mestrado
- Dois ou mais mestrados
- Doutorado incompleto
- Doutorado
- Dois ou mais doutorados
- Pós-doutorado
- Dois ou mais pós-doutorados

Durante a graduação em Psicologia, teve acesso a disciplina sobre gênero e/ou sexualidade?

- Sim
- Não

Em sua formação a Universidade propôs outras atividades sobre gênero e/ou sexualidade, como: projetos de extensão, grupos de pesquisa, fóruns e congressos, entre outros?

- Sim
- Não

Encontra em sua atividade profissional demandas de gênero?

- Sim
- Não

Quais demandas de gênero são mais frequentes em sua atuação profissional?

Nesta questão você poderá marcar até 5 alternativas mais frequentes na sua prática profissional.

- Mulheres em relações abusivas e violentas
- Mulheres em sofrimento pela idealização do gênero feminino (eficiente na maternidade; corpo feminino, magro e sensual; eficiente nas atividades domésticas; entre outros)
- Pessoas LGBTI+ que sofrem homofobia ou transfobia
- Pessoas LGBTI+ que desejam “cura” para sua orientação sexual
- Homens em sofrimento pela idealização da masculinidade (provedor, viril, contido na demonstração de emoções)
- Homens em relações abusivas e violentas
- Crianças efeminadas (meninos sensíveis, delicados e que gostam de atividades descritas como tipicamente femininas) ou masculinizadas (meninas que gostam de atividades tipicamente descritas como de meninos)

Adolescentes em conflito com estereótipos de gênero

Relações de gênero no trabalho (Por exemplo: papéis sexuais marcados, geralmente em que homens assumam relações de poder, independente do cargo que ocupam, sobre as mulheres).

Relações de gênero em casais e/ou na família que geram sofrimento (Por exemplo: família com papéis de gênero marcados e com pouca transição, o pai é o provedor, viril e com seus desejos prioritariamente satisfeitos, e a mãe ocupa o lugar de cuidado do lar e das pessoas, os filhos correspondem a esses modelos de feminino e masculino).

Processos de adoção por famílias homoparentais.

Pessoas LGBTI+ em conflitos familiares por assumir gênero diferente do estabelecido no nascimento.

Violência doméstica vivenciada por mulheres e filhas.

Orientação de familiares de pessoas LGBTI+

Acolhimento e orientação de pessoas LGBTI+

Outro: \_\_\_\_\_

Encontra em sua atividade profissional demandas de sexualidade?

Sim

Não

Quais demandas sobre sexualidade são frequentes na sua prática profissional?

Nesta questão você poderá marcar até 5 alternativas mais frequentes em sua prática profissional.

Abuso sexual de crianças

Abuso sexual de adolescentes

Abuso sexual de mulheres

- Parafilias (voyeurismo, fetichismo, exibicionismo, pedofilia, zoofilia, compulsão por introduzir objetos no anus ou vagina, ninfomania, satiríase, compulsão à masturbação, entre outros).
- Avaliação de pessoas transgeneros e transsexuais
- Impotência sexual
- Hipersexualidade masculina
- Hipersexualidade feminina
- Hipersexualidade LGBTI+
- Frigidez e/ou não desejo sexual
- Crianças masturbadoras
- Orientação sobre sexualidade para crianças
- Orientação sobre sexualidade para adolescentes
- Orientação sobre sexualidade para pais
- Orientação sobre sexualidade para professores e outros profissionais
- Adolescentes e gravidez
- Sexualidade no trabalho
- Pessoas LGBTI+ e relações familiares
- Assexualidade de idosos
- Assédio Sexual
- Práticas sexuais no ambiente de trabalho
- Outro: \_\_\_\_\_

Nesta questão você poderá marcar até 4 alternativas que considere relevante para sua prática profissional.

- A minha formação profissional (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado, cursos, congressos...) garantiu aporte teórico-prático para essas questões.
- Meus referenciais teóricos na Psicologia me oferecem instrumentos para abordar as demandas de gênero.
- Busco estudar sobre o tema e me atualizar sempre que possível.
- Tenho experiência no atendimento a demandas de gênero.
- Convivo com pessoas sensibilizadas para as questões de gênero.
- Tenho habilidades pessoais que favorecem o atendimento das demandas de gênero.
- Outro: \_\_\_\_\_

**Você considera que suas competências profissionais tornam o atendimento às demandas de sexualidade no seu contexto de trabalho facilitadas por quais dos motivos a seguir?**

Nesta questão você poderá marcar até 4 alternativas que considere relevante para sua prática profissional.

- A minha formação profissional (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado, cursos, congressos...) garantiu aporte teórico-prático para essas questões.
- Meus referenciais teóricos na Psicologia me oferecem instrumentos para abordar as demandas de sexualidade.
- Busco estudar sobre o tema e me atualizar sempre que possível.
- Tenho experiência no atendimento a demandas de sexualidade.
- Convivo com pessoas LGBTI+.
- Tenho habilidades pessoais que favorecem o atendimento das demandas de sexualidade.
- Outro: \_\_\_\_\_

Você encontra dificuldades para atender demandas de gênero?

- Sim
- Não

Se na questão anterior, a resposta foi positiva, assinale quais:

Nesta questão você poderá marcar até 4 alternativas que considere frequentes nas dificuldades da prática profissional.

- Teorias da Psicologia e o modo como explicam a formação da sexualidade humana
- Não ter acesso a essas discussões durante sua formação (graduação, pós, mestrado, doutorado, cursos, congressos...)
- Dificuldades pessoais em abordar o tema
- O contexto cultural que vivemos (preconceitos, discriminações, intolerância, falta de conhecimento da sociedade em geral sobre a questão).
- O perfil das pessoas com essas demandas
- O conflito com meus princípios religiosos
- Não sei o que fazer diante da maioria dessas demandas
- Outro: \_\_\_\_\_

Você encontra dificuldades para atender demandas de sexualidade?

- Sim
- Não

Se na questão anterior, a resposta foi positiva, assinale quais:

Nesta questão você poderá marcar até 4 alternativas que considere frequentes em suas dificuldades na prática profissional.

- Teorias da Psicologia e o modo como explicam a formação da sexualidade humana
- Não ter acesso a essas discussões durante sua formação (graduação, pós, mestrado, doutorado, cursos, congressos...)
- Não ter interesse nessa temática
- Dificuldades pessoais em abordar o tema
- O contexto cultural que vivemos (preconceitos, discriminações, intolerância, falta de conhecimento da sociedade em geral sobre a questão)
- O perfil das pessoas com essas demandas
- O conflito com meus princípios religiosos
- Não sei o que fazer diante da maioria dessas demandas
- Outro: \_\_\_\_\_

Você considera que suas competências profissionais tornam o atendimento às demandas de sexualidade no seu contexto de trabalho facilitadas por quais dos motivos a seguir?

Nesta questão você poderá marcar até 4 alternativas que considere relevante para sua prática profissional.

- A minha formação profissional (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado, cursos, congressos...) garantiu aporte teórico-prático para essas questões.
- Meus referenciais teóricos na Psicologia me oferecem instrumentos para abordar as demandas de sexualidade.
- Busco estudar sobre o tema e me atualizar sempre que possível.
- Tenho experiência no atendimento a demandas de sexualidade.
- Convivo com pessoas LGBTI+.
- Tenho habilidades pessoais que favorecem o atendimento das demandas de sexualidade.
- Outro: \_\_\_\_\_

Você encontra dificuldades para atender demandas de gênero?

- Sim
- Não

Se na questão anterior, a resposta foi positiva, assinale quais:

Nesta questão você poderá marcar até 4 alternativas que considere frequentes nas dificuldades da prática profissional.

- Teorias da Psicologia e o modo como explicam a formação da sexualidade humana
- Não ter acesso a essas discussões durante sua formação (graduação, pós, mestrado, doutorado, cursos, congressos...)
- Não ter interesse nessa temática
- Dificuldades pessoais em abordar o tema
- O contexto cultural que vivemos (preconceitos, discriminações, intolerância, falta de conhecimento da sociedade em geral sobre a questão).
- O perfil das pessoas com essas demandas
- O conflito com meus princípios religiosos
- Não sei o que fazer diante da maioria dessas demandas
- Outro: \_\_\_\_\_

Você encontra dificuldades para atender demandas de sexualidade?

- Sim
- Não

Se na questão anterior, a resposta foi positiva, assinale quais:

Nesta questão você poderá marcar até 4 alternativas que considere frequentes em suas dificuldades na prática profissional.

- Teorias da Psicologia e o modo como explicam a formação da sexualidade humana
- Não ter acesso a essas discussões durante sua formação (graduação, pós, mestrado, doutorado, cursos, congressos...)
- Não ter interesse nessa temática
- Dificuldades pessoais em abordar o tema
- O contexto cultural que vivemos (preconceitos, discriminações, intolerância, falta de conhecimento da sociedade em geral sobre a questão)
- O perfil das pessoas com essas demandas
- O conflito com meus princípios religiosos
- Não sei o que fazer diante da maioria dessas demandas
- Outro: \_\_\_\_\_

Você fundamenta sua prática profissional em gênero através de que saberes ou abordagens teóricas, qual/quais? E quem são os principais autores dessa abordagem? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

Você fundamenta sua prática profissional sobre sexualidades através de que saberes ou abordagens teóricas, qual/quais? E quem são os principais autores dessa abordagem? \*

Sua resposta \_\_\_\_\_

Comente sobre sua atuação profissional no atendimento às demandas de gênero e sexualidade?

Sua resposta \_\_\_\_\_

Comente sobre sua atuação profissional no atendimento às demandas de gênero e sexualidade?

Sua resposta

---


Caso deseje fazer alguma observação, acrescentar informações, sugerir ou complementar informações sobre a temática pesquisada, utilize esse espaço.

Sua resposta

---

Voltar

Enviar

 Página 2 de 2

**APÊNDICE B - Roteiro de entrevista**

1. O que você pensa sobre gêneros?
2. Como você entende sexualidades?
3. Em que momento da sua vida teve contato com os estudos de gênero ou as discussões de gênero?
4. A sua formação em Psicologia abordou gênero e sexualidade de que modo?
5. Quais as atividades profissionais que você exerce ou já exerceu?
6. Poderia relatar suas experiências sobre gênero e sexualidade?
7. Como você compreende a constituição subjetiva ou do psiquismo de gêneros? E de sexualidades? Esta leitura é exclusiva ou agrega outros saberes?
8. Quais as práticas profissionais e métodos que você costuma adotar para intervir sobre gênero e sexualidade?
9. Os marcadores sociais de classe, raça/etnia, gênero, geração atuam de que modo na sua prática profissional?
10. Você percebe se tem diferenças com relação a gêneros e sexualidades na sua prática profissional?
11. Os estudos de gênero e sexualidade podem contribuir com as Psicologias?
12. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que considera relevante para a temática?